

Ruth Burlamaqui de Moraes

**TRANSFORMAÇÕES
DEMOGRÁFICAS
NUMA ECONOMIA
EXTRATIVISTA
PARÁ (1872 - 1920)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS



00171731

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento
de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
1984

RUTH BURLAMAQUI DE MORAES

TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS NUMA ECONOMIA
EXTRATIVISTA: PARÁ (1872 - 1920)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História, Se
tor de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal do
Paraná.

Curitiba
Universidade Federal do Paraná
1984

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior — CAPES, pela bolsa concedida durante a realização do Curso.

À Professora Doutora Altiva Pilatti Balhaná, Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História da UFPa. e orientadora da Dissertação pelas judiciosas críticas e paciente acompanhamento do trabalho.

À Universidade Federal do Pará: à Pró-Reitoria de Ensino através do seu titular Prof. Francisco Alberto Rocha pelo apoio mecanográfico; ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas pela prestimosa ajuda de sua Diretora Profa. Therezinha Moraes Gueiros; ao Departamento de História e Antropologia que me liberou das atividades acadêmicas durante o Curso.

À Professora Edila Ferreira Moura pela contribuição à parte estatística.

À minha família, especialmente à minha irmã Maria Severa, pelo apoio recebido.

S U M Á R I O

	Pág.
AGRADECIMENTOS	
Lista de Quadros	ii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Gráficos	v
INTRODUÇÃO	1
1 O Tema	1
2 Justificativas	4
3 Diretrizes Metodológicas	5
4 Objetivos	8
5 Fontes e Técnicas	11
1 ECONOMIA E POPULAÇÃO — Um Modelo de Política Demo- gráfica	16
2 MODIFICAÇÕES DO MODELO	49
3 O PERFIL DA POPULAÇÃO	95
CONCLUSÃO	134
BIBLIOGRAFIA	139

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 1 — População do Pará em 1982	24
QUADRO 2 — Exportação de Borracha	25
QUADRO 3 — Movimento de Estrangeiros Entrados no Pará — 1858-1863	35
QUADRO 4 — Colonos em Benevides, 1875	46
QUADRO 5 — Saldos Migratórios Intercensitários Brasilei- ros - Migração Interna de Nativos por Estado	60
QUADRO 6 — Famílias de Colonos no Pará em 1900	71
QUADRO 7 — Famílias de Colonos por Nacionalidade em 1900	72
QUADRO 8 — Imigrantes Introduzidos no Pará por Emílio Mar- tins e Francisco Cepeda	73
QUADRO 9 — Imigrantes Introduzidos no Pará por Emílio Mar- tins e Francisco Cepeda - Estado Civil/Profis- sões	74
QUADRO 10 — Núcleos Coloniais em 1902	76
QUADRO 11 — Imigrantes no Pará entre 1855 a 1916	80
QUADRO 12 — Lotes Gratuitos nos Núcleos Coloniais	82
QUADRO 13 — Lotes Gratuitos e por Compra nos Núcleos Colo- niais	83
QUADRO 14 — Exportação da Zona da Estrada de Ferro de Bra- gança	85
QUADRO 15 — Gêneros Exportados de 1912 a 1916 do Núcleo Colonial de Alenquer	86
QUADRO 16 — Imigrantes Nacionais e Estrangeiros nos Núcleos Coloniais do Pará	88

QUADRO 17 —	Colonos por Nacionalidade nos Núcleos Coloniais do Pará	89
QUADRO 18 —	Movimento Financeiro da Estrada de Ferro de Bragança	94
QUADRO 19 —	Produção da Borracha	106
QUADRO 20 —	Movimento do Porto de Belém do Pará	124
QUADRO 21 —	População do Pará Comparada à sua Produção ...	125
QUADRO 22 —	Exportação de Borracha: Pará	126

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1 — Escravos no Pará, Segundo o Sexo, 1888	40
TABELA 2 — Escravos no Pará, Segundo a Idade, 1888	40
TABELA 3 — Escravos no Pará, Segundo o Estado Civil, 1888	40
TABELA 4 — Escravos no Pará, por Atividades Profissionais, 1888	41
TABELA 5 — Escravos no Pará, por Domicílio, 1888	41
TABELA 6 — Colonos de Benevides em 01.01.1876, por Nacio- nalidade	47
TABELA 7 — Crescimento Médio Anual da População do Pará .	59
TABELA 8 — População do Pará, 1872-1920	96
TABELA 9 — Estrutura Etária da População Paraense, 1872 .	103
TABELA 10 — Estrutura Etária da População Paraense, 1900 .	104
TABELA 11 — Estrutura Etária da População Paraense, 1920 .	105
TABELA 12 — Taxa de Dependência Econômica da População Pa- raense, 1872-1920	106
TABELA 13 — Participação Masculina e Feminina na População do Pará	114
TABELA 14 — Índice de Masculinidade no Pará	114
TABELA 15 — Razão Criança-Mulher no Pará	115
TABELA 16 — Mortalidade Geral e por Febre Amarela em Belém	116
TABELA 17 — Densidade Demográfica do Pará	118
TABELA 18 — População do Pará e Belém	118

LISTA DE GRÁFICOS E MAPA

	Pág.
MAPA 1 — Região Bragantina	92
.....	
GRÁFICO 1 — Distribuição da População Estrangeira no Pará por Setores de Atividade Econômica, 1920	98
GRÁFICO 2 — Participação da População Estrangeira em Be- lém por Setores de Atividades, 1920	99
GRÁFICO 3 — Participação Masculina e Feminina da Popula- ção Estrangeira em Belém por Setores de Ativi- dade Econômica, 1920	100
GRÁFICO 4 — Participação Masculina e Feminina por Setores de Atividade Econômica. População de Estran- geiros Residente no Estado do Pará, 1920	101
GRÁFICO 5 — Distribuição da População Brasileira no Pará por Setores de Atividades, 1920	110
GRÁFICO 6 — Distribuição da População de Belém por Seto- res de Atividade Econômica, 1920	111
GRÁFICO 7 — Participação Masculina e Feminina da Popula- ção Brasileira do Pará por Setores de Ativida- de Econômica, 1920	112
GRÁFICO 9 — População Masculina e Feminina da População de Belém por Setores de Atividade Econômica, 1920	113

INTRODUÇÃO

1 O Tema

Pensar a população do Pará na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, pressupõe inscrevê-la no âmbito do extrativismo da borracha, produção que permeará todas as atividades da região engendrando modificações econômicas e sociais de tal modo que, invariavelmente, nos diversos discursos, aparece não apenas como nutriz de economia regional, mas a responsável por ajuntar ou dispersar homens, modificar o comportamento das populações do interior e da capital, incrementar a exportação de matéria prima em benefício do capitalismo industrial, contribuir para desarticular a agricultura e outras atividades tradicionais na província/Estado, gerando inquietação quanto ao abastecimento do interior e da capital. Por outro lado, provocadora de medidas saneadoras, tais como a proposta de imigração europeia para formação de colônias objetivando o progresso agrícola.

"Por amor de seus avantajados lucros, que só aprovei-
tão aquelles, que recebem os produtos já preparados,
e ao tesouro, que sobre elle levanta grossas sommas
pelo imposto que cobra, sofre a população, e as outras
indústrias da província sente a falta destes braços.

—Comparae a estatística de alguns ramos da produção
de vossa província em tempos que florescião, com a
época do desenvolvimento da indústria da goma elástica,
e não deixareis de reconhecer, que a lavoura do

algodão, do arroz, do café da cana foram suplantadas pelos fabulosos lucros, que esta outra offerecia, e ainda mesmo agora outros não se desenvolvem por falta destes braços, que outro emprego não procurarão¹.

Para suprir a demanda da borracha no mercado internacional havia que superar a questão de escassez da força de trabalho destinado aos seringais. Por outro lado, a população economicamente ativa é incapaz, numericamente, de satisfazer as necessidades das atividades tradicionais, seja no extrativismo de modo geral, seja na agricultura ou outras.

Por conta do extrativismo gomífero somado a outros fatores, processam-se alterações demográficas na população paraense, sobretudo quanto ao seu movimento — intensos fluxos migratórios, regional, intra e interregional, e, em menor escala, internacional — mas, também, quanto ao seu estado.

Neste contexto é que flui a problemática deste estudo transformações demográficas no Pará entre 1872 e 1920, confrontadas à economia da borracha.

Definiu-se a periodização (1872-1920), em função de abranger conjuntura plena de significativas transformações sócio-econômicas e políticas, tanto no plano regional, intra e interregional, como nacional e internacional, que

¹ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório apresentando à Assembleia Legislativa da Província do Pará, na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. — em 1º de setembro de 1862. Belém, Rhossar, 1862, p. 48.

interagem no processo histórico do Pará.

As datas balisas foram determinadas tendo-se em conta que os primeiros censos gerais para o Brasil são usados como uma das fontes básicas da pesquisa e datam, precisamente, deste período.

O primeiro censo — o de 1872 — é realizado na década em que o capitalismo industrial europeu inicia seu pique e se articula com a economia paraense de forma mais direta; é a partir dos anos 70 do século XIX que se dá ênfase à imigração e colonização européia na província e no Brasil, é quando acontecem as grandes secas no nordeste estimulando grande afluxo de nordestinos ao Pará; na Europa conflitos sociais, econômicos e políticos, são fatores de expulsão de contingentes populacionais.

O corte cronológico final é 1920, quando há novo recenseamento geral para o país. Os anos 10 deste século marcam a década de início da decadência do ciclo gomífero na região, quando se fazem presentes os efeitos gerados pelo cultivo racional de seringueiras no Oriente, quando o Estado tenta medidas *salvadoras* visando minimizar os efeitos da crise de uma economia colonial, voltada para o mercado externo.

2 Justificativas

"O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas, o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa"².

Subscreve-se a afirmação de Marc Bloch — esteio do pensamento histórico contemporâneo — reconhecendo que a histtoriografia paraense tem muitos claros, lacunas que podem ser superadas por mais estudos monográficos, resultantes de pesquisa empírica, nas mais diferentes áreas, e abrangendo períodos diversos da história regional, que promovam a discussão dos diversos temas. Leva-se em consideração, também, a riqueza de documentos nos arquivos regionais, quase inexplorada, de tal modo que é imprescindível não apenas a sua preservação, mas sua análise.

Assim, analisar as questões demográficas pertinentes à economia da borracha pretende ser um acréscimo aos estudos realizados, sobretudo considerando que, *Amazônia e vazio demográfico*, para muitos, estudiosos e leigos, representam equivalência, são quase expressões sinônimas, e, esta última, definidora da própria região. Há, portanto, uma preocupação mais com sua densidade demográfica, historicamente reduzida, do que em avaliar o que seria a sua *população ade-*

² BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa. Publicações Europa-Amé-
rica, 1965, p. 64.

quada em relação às exigências de sua economia, por exemplo. Criam-se, desta forma, por conta do desconhecimento do processo histórico, mitos, falácias, que produzem e reproduzem as condições de área periférica e de dominação.

Não basta, portanto, para explicar o comportamento da população paraense apenas conhecer-lhe os números; mas as distintas variáveis que condicionaram aquele perfil — o próprio processo histórico. Tais convicções guiaram o estudo e justificam-no.

Convém notar, porém, que este é um estudo — e muito mais um exercício acadêmico — que não se pretende acabado; a palavra definitiva sobre as questões levantadas; mas uma contribuição à explicação da história regional, mesmo porque, como indica Bachelard:

"... o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, uma ampliação dos quadros do conhecimento"³.

3 Diretrizes Metodológicas

Compreende-se a dinâmica e estrutura populacionais mais como um fator condicionado pela economia, do que esta por aquela, evidente no caso brasileiro, ocorrente no próprio processo histórico do país. Desde a colonização a ocu

³ BACHELARD, Gaston. Epistemologia (trechos escolhidos por Dominique Lecourt). Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 112.

pação espacial fez-se, quase sempre, em função da economia, daí a criação, pela Metrôpole, de uma verdadeira política populacional⁴.

Reconhecer a interligação entre economia e população não significa optar por uma simplificação e adoção de uma postura mecanicista, na tentativa de, a qualquer preço, colocar as variáveis demográficas numa camisa de força, de tal modo a enquadrá-la numa estrutura econômica menos real e mais criada por uma teoria dada. Daí reconhecer como Cardoso & Brignoli que:

"As relações da história demográfica com a história global — e muito especialmente com a história econômica e social — são múltiplas, íntimas e recíprocas. Ao considerá-las, o grande erro possível é o da simplificação exagerada"⁵.

Acrescentam os autores explicitando a questão:

"As relações entre a história econômica e a história demográfica tornam-se evidentes ao pensarmos no homem como produtor e consumidor. A oferta de mão-de-obra depende dos efetivos populacionais, de sua composição etária, da expectativa de vida, da composição dos lares etc. — elementos importantes na deter-

⁴ SINGER, Paul Israel. — Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional. In: — et alii. Estudos sobre a população brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1975: p. (Caderno CEBRAP, 20).

⁵ CARDOSO, Ciro Flamerion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. Os métodos da História. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 131, 132.

minação dos níveis salariais, dos custos de produção, dos graus de substituição do capital variável pelo capital fixo etc., se nos colocarmos no campo do capitalismo contemporâneo. O homem consumidor condiciona o tamanho e as estruturas do mercado"⁶.

Nesta linha, tem-se como inexecutável, qualquer análise demonstrativa do processo histórico da população do Pará, que não leve em conta as implicações econômicas, centradas no extrativismo, que envolveram os diversos segmentos populacionais paraenses, e sobretudo no período sob exame, que não considere a questão da produção da borracha na região.

Tal convicção — da impossibilidade de desvincular-se a dinâmica e estrutura populacionais do conteúdo econômico-social que as conformam — é reforçada pela postura de vários especialistas. É com procedem Louis Henry e Altiva Pillatti Balhana que têm estudado grupos demográficos no Brasil, sobretudo no Paraná, e não negligenciam tais variáveis na análise demográfica⁷. Do mesmo modo, Maria Luiza Marcílio, desde o seu estudo *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850)*⁸ inclui aqueles aspectos na sua expli

⁶ Idem. p. 132.

⁷ HENRY, Louis & BALHANA, Altiva Pillatti. La population du Paraná depuis de XVIII^e siècle. Population: démographie historique. Paris, nov, 1976. p. 157-86. Número especial.

⁸ MARCÍLIO, Maria Luzia. A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850). São Paulo, Pioneira. Universidade de São Paulo, 1973.

cação.

De outra forma, sob o risco de limitar a compreensão do processo histórico, não se deve restringir a análise ao conteúdo sócio-econômico regional. Procede daí a necessidade de verificar as implicações e vinculações das questões locais, como as nacionais e internacionais.

Configuradas as modificações econômicas e sociais que geram transformações demográficas, objetiva-se, partindo desta constatação, demonstrar como e em que medida o extrativismo gomífero afeta a demografia paraense no corte cronológico proposto, sem excluir outros fatores.

4 Objetivos

O interesse pelo estudo de questões demográficas relativas ao Pará tem resultado na produção de alguns trabalhos, por especialistas ou não, que contribuem para o conhecimento e a discussão da história da população paraense no período que é o de preocupação desta pesquisa.

Reveja-se os que contam. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, resolveu fazer a "história da Colonização e Imigração do Brasil", de 1820 até 1916, em que cada unidade da Federação deveria colaborar a fim de que fosse levado a termo o trabalho. No Pará, João Palma Muniz, engenheiro chefe da 3a. Secção da Secretaria de Obras Públicas,

Terras e Viação, incumbiu-se da tarefa, mesmo afirmando ser trabalho que se devia "confiar antes a um mestre da história do que a um funcionário". Factual, com judiciosas observações, sem pretender fazer análise historiográfica, é a sua obra, sem dúvida, obrigatória fonte de consulta para os que esquadrinham a questão da imigração e colonização para o Pará naquele período — "Imigração e colonização — história e estatística (1616-1916)"⁹. Ainda mais levando-se em conta a precária conservação das fontes documentais regionais e os enormes claros que se verificam, principalmente na documentação dos dois primeiros decênios deste século.

Outra obra, cujo valor maior é a de revelar a documentação sobre a colonização no Pará, privilegia a colonização na Bragantina desde os seus primórdios até os anos 50 "A Colonização no Pará" de Ernesto Cruz¹⁰.

Dois outros trabalhos diferentes dos primeiros. São teses acadêmicas. Uma do economista Roberto Santos, que faz uma alentada História Econômica da Amazônia (1800-1920)¹¹. Em dois capítulos estuda a questão de escassez de mão-de-obra, face à produção da borracha e os caminhos para a sua

⁹ MUNIZ, Palma. Imigração e colonização-histórica e estatística (1616-1916). Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

¹⁰ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Conselho Nacional de Pesquisa "INPA" 1958.

¹¹ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, I. A. Queiróz, 1980.

superação. É uma contribuição original à discussão do tema, mas que não o esgota, mesmo porque este não é o seu objetivo. A outra é produção do geógrafo Antonio Rocha Penteado — "Problemas de Colonização e uso da terra, na região bragantina do Estado do Pará"¹², na qual estuda a colonização na bragantina desde o estabelecimento da primeira colônia, em 1875 — Benevides — até os anos sessenta. Focaliza a distribuição espacial das colônias, os fundamentos históricos, o "fracasso" do sistema e a questão fundiária.

Esses estudos instigam, conduzem a indagações, induzem ao debate e a novas investigações, mesmo porque o tema é amplo, multifacetado, oferecendo enorme campo aos que se disponham a explorá-lo.

É, portanto, meta desta pesquisa a investigação de alguns pontos do rico quadro histórico do Pará no período cronológico proposto — 1872 a 1920 — centrando-o nas relações que se pressupõe terem existido, e que se procurará demonstrar, entre o extrativismo gomífero e o comportamento populacional, sem porém excluir outras variáveis que possam explicar os fenômenos demográficos em foco.

Privilegiou-se a questão da imigração/colonização, visto que na proposta do Estado estas emergem como o veículo.

¹² PENTEADO, Antonio Rocha. Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará. Belém, Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, 1967.

capaz de diversificar a economia promovendo o "progresso agrícola" e anulando os efeitos, por via de consequência, dos "desvios" da mão-de-obra da agricultura para os seringais. Além do que é notório as grandes levadas de retirantes que, constantemente, chegam ao Pará naqueles anos, fora os estrangeiros.

5 Fontes e Técnicas

"Uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade"¹³.

Esta foi, de fato, uma das dificuldades enfrentadas pela pesquisa, sobretudo no que se refere aos dados numéricos da população, principalmente aos relacionados ao seu movimento.

As limitações enfrentadas impuseram que os dados empíricos básicos fossem, substancialmente, coletados na documentação produzida pelo Estado, sejam os censos, sejam os relatórios, falas e mensagens dos presidentes da Província/Estado.

Manipular dados extraídos de documentos oficiais pode induzir o pesquisador a se tornar porta-voz do discurso do Estado, daí toda a conveniência da crítica conscienciosa sobre o testemunho, reconhecendo, como Marc Bloch que:

¹³ BLOCH, Marc. Op.cit. p. 64.

"Na nossa inevitável subordinação ao passado há uma coisa, pelo menos de que nos libertamos: condenados como sempre estamos a conhecê-lo exclusivamente pelos seus vestígios, conseguimos, todavia, saber mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou por bem dar-nos a conhecer. E, bem vistas as coisas, uma grande desforra da inteligência sobre o dado"¹⁴.

Na verdade, a proposta do historiador não é ser um inventariante de fatos, mas o de reconstrutor da história.

As fontes estão classificadas conforme as categorias criadas por Louis Henry¹⁵.

1. Dados numéricos antigos:

- relatórios, falas e mensagens dos presidentes da Província/Estado;
- recenseamento geral da população: 1872, 1900 e 1920;
- anuário e publicações estatísticas.

2. Outros documentos:

- livros de viajantes;
- legislação produzida pela Província/Estado e Go

¹⁴ Idem. p. 60.

¹⁵ HENRY, Louis. Temas de Pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica no Brasil. Revista de História. São Paulo, 27(105): 69, 1976.

verno Central;

- literatura histórica.

A mais importante fonte numérica foram os censos demográficos de 1872 a 1920.

Esses censos — os primeiros gerais para o Brasil — forneceram os dados quantitativos básicos para o estudo proposto, apesar das limitações configuradas na diversidade de critérios de um censo para outro, na heterogeneidade das informações, além de dados pouco confiáveis, os quais foram, quando possível, complementados por fontes convergentes.

Os censos não apresentam regularidade temporal, ou seja, do primeiro censo (1872) para o segundo (1890) decorrem 18 anos; deste para o seguinte (1900) há um espaço de 10 anos; e, do de 1900 para o próximo há uma diferença de 20 anos.

Por outro lado, as informações, além de não serem homogêneas não são precisas. Tanto que um dos mais expressivos estudiosos dos censos brasileiros, o especialista Giorgio Mortara afirma:

"Quem concordar na opinião de que os resultados dos censos de 1872 a 1940 podem ser considerados fidedígnos deverá chegar à conclusão de que o censo de 1900 está sensivelmente errado por falta, e o de 1920, fortemente errado por excesso. Apenas hipóteses evidentemente absurdas acerca do nível de natalidade e de mortalidade entre os censos de 1900 e 1920 poderi

am justificar o enorme aumento aparente da população nesse período"¹⁶.

Já sobre o censo de 1980 Mortara reconhece que, apesar de apresentar incorreções é muito superior, quando diz:

"Sem atribuir ao censo de 1890 um caráter de absoluta precisão, pode-se entretanto considerar suficientemente próxima da realidade a população total apurada"¹⁷.

No que respeita ao Pará o censo de 1900 foi enormemente subestimado, visto que só 26 municípios enviaram as informações censitárias, ficando em débito 22, diante do que complementaram-se os claros com estimativas baseadas no recenseamento estadual de 1896¹⁸.

Além dos censos, os relatórios, falas e mensagens dos presidentes da Província/Estado e sua legislação, forneceram dados básicos para o tema, complementados por dados de segunda mão, buscados na produção historiográfica, e outras, da época ou posteriores.

¹⁶ MORTARA, Giorgio. In: Contribuição para o estudo da demografia no Brasil. 2a. Ed., Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970. p. 14.

¹⁷ Idem, p. 15.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas/Diretoria Geral de Estatística. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro. Estatística, 1905. p. 7 (mimeo).

Os dados obtidos foram analisados com a utilização de recursos oferecidos pela estatística demográfica, considerando as limitações numéricas das fontes que dificultaram a elaboração de séries. Quadros, tabelas e gráficos pretendem, de forma aproximativa, informar sobre o perfil da população paraense entre 1872 e 1920 no contexto da borracha.

Os dados não numéricos foram obtidos, basicamente, dos Relatórios e Falas dos Presidentes da Província do Pará/Estado, além da legislação — Coleção de Leis. Os Relatórios e as Falas, existentes no Arquivo Público do Pará e no Museu Goeldi estão incompletos — há falta de alguns exemplares. Tais lacunas foram, tanto quanto possível, minimizadas recorrendo-se a fontes complementares, tais como as obras em que são citados dados extraídos daqueles documentos.

1 ECONOMIA E POPULAÇÃO — Um Modelo de Política Demográfica

"A Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado"¹

Desde o início da colonização do vale amazônico no século XVII o que se procurou foi viabilizar a ocupação da região em face dos interesses da Metrópole, ameaçados por estrangeiros que investiam sobre a área, comprometendo sua posse para Portugal e a conseqüente exploração de sua riqueza a favor do capital comercial.

Povoamento e economia ligam-se, estreitamente, à questão da ocupação humana do Pará, como de toda a Amazônia, desde os começos de sua conquista até os dias presentes. E esta articulação é sempre estabelecida de fora para dentro, alterando-se sua dinâmica na razão direta dos interesses que orientam a economia dos países que detêm a hegemonia econômica.

Nos primórdios da colonização da região, em 1616, os portugueses, na etapa final da conquista do território litorâneo colonial, ao afastarem os franceses do Maranhão, encontram-na habitada por nativos que viviam em comunidade tri

¹ CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. II.

bal, mas também já visitada e explorada, em alguns pontos, por holandeses, ingleses e franceses, até mesmo com algumas feitorias estabelecidas. Alijam uns e outros. Os conquistadores assenhoreiam-se da terra e de sua gente — e numa certa medida, ou a afasta ou a usa como força de trabalho — iniciando a exploração econômica regional com a coleta das *drogas do sertão*, suprindo o mercado internacional de novas especiarias, via Metrôpole, respeitando-se sempre o exclusivo comercial metropolitano, na linha do *antigo sistema colonial*².

A ocupação linear — à margem do rio Amazonas e de seus muitos afluentes — diminuta e esparsa³, seria sua característica. Essa linearidade, uma constante à medida que o conquistador penetra à região, é condicionada pela própria atividade econômica predatória, visto que na região ribeirinha há mais segurança, é mais fácil a entrada na densa floresta, e, sobretudo, porque era a única via de escoamento da produção rumo a Belém e daí ao exterior.

Do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, paralelamente à atividade extrativista, se estabelece a agropastoril. Com o governo de Mendonça Furtado, preposto e ir

² NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI e XVII). 2a. Ed., São Paulo, Brasiliense, 1975, p. 13 (Caderno CEBRAP, 17).

³ COSTA, Orlando. O povoamento da Amazônia. Belo Horizonte, 1969. Separata da Revista Brasileira de Estudos Políticos, (27): 151, jul, 1969.

mão do todo-poderoso Pombal, recomenda-se não apenas a coleta das *drogas*, mas o cultivo de certas espécies, dando novo impulso aos produtos de origem vegetal, ou não, comercializáveis no exterior.

O cultivo do cacau teria tal expressividade que sua produção, somada ao dos cacauais nativos, daria ensejo a que Ferreira Penna, no século XIX, afirmasse — depois de uma viagem exploratória à região — que se tornara a "principal base da riqueza pública" e até conferia *status* visto que os indivíduos o cultivavam "*porque queriam ser homens bons*"⁴.

As fazendas de gado espraíam-se pelo Marajó, planta-se café cujo excedente é exportado para as províncias vizinhas; o arroz, consumido e exportado para as províncias do Sul do Brasil e para Portugal; açúcar, mandioca, anil etc.⁵

Face a essas atividades produtivas inicia-se o trabalho compulsório com a importação de africanos; ainda que não sejam dispensados os nativos, para que, à semelhança da escavidão, disfarçada ou ostensiva exercida sobre estes, cons^{titua}-se na expressiva mão-de-obra das fazendas e da agricu^ltura, ao mesmo tempo em que o indígena e seus descendentes — os caboclos — seriam a mão-de-obra dominante no extrativis^{mo}

⁴ PENNA, Domingos Soares Ferreira. Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 261.

⁵ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará. Belém, Rhossard, 1862.

mo, a época colonial e mesmo posteriormente.

Por outro lado, há o cuidado de povoar a região com mais elementos do Reino — enquadrado à perspectiva colonista portuguesa, como garantia de que seus objetivos seriam atingidos — quando:

"desembarcam em Belém alguns milhares de casais açor⁶
rianos e de degredados; que deram começo aos núcleos
de Bragança, Macapã e Vila Viçosa da Madre de Deus"

As primeiras décadas do século XIX é a "*fase de deca-
dência*" (1800-1840) do *ciclo agrícola* da região na classifi-
cação de Roberto Santos⁷, quando fatores convergentes engen-
dram a desarticulação de uma economia característica frágil,
oscilante, vigindo em função do mercado externo da qual é
dependente, daí sujeita aos reveses das crises internas ou
às mudanças dos interesses capitalistas. Por isso mesmo que,
à emancipação política do Brasil, e posterior adesão do Pa-
rá à nova ordem institucional, não corresponde um avanço sô-
cio-econômico na Província, ou seja, a estrutura de produção
é a mesma: basicamente extrativismo destinado à exportação,
incipiente agricultura de subsistência, criação de gado pa-
ra o consumo local, mas insuficiente, e pouca coisa mais. Pe-
lo contrário, a primeira metade do século XIX configura-se
por crescente crise, abrangendo, como faces de uma mesma ques

⁶ REIS, Artur César Ferreira. Síntese de história do Pará. São Paulo,
Revista dos Tribunais, Amazonia Edições Culturais, 1972. p.62.

⁷ SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Pau-
lo, T.A. Quêiroz, 1980. p. 13.

tão, a política, a economia e a sociedade.

Para tentar legitimar este quadro, um sucedâneo de medidas são indicadas, que se avolumam à medida que crescem as exigências do capital, a maioria dos quais não apenas inoquas, mas jamais postas em execução.

Por outro lado, as *lutas de independência* no Pará, culminaram com o maior conflito social da região e do país — a Cabanagem — que, como saldo, dada a vitória do grupo no poder, ocasionaria o esvaziamento da Província, quando expressivo percentual de sua população economicamente ativa, ou não, seja de livres, seja de escravos, pereceria na luta.

Estima-se a população do Pará, à época em 200.000 habitantes, dos quais 70.158 viviam em Belém⁸. O que vale dizer que 64,92% no interior e 35,07% na capital. Morreu durante a luta parcela substancial da mão-de-obra engajada no campo e que produzia sobretudo para a subsistência e abastecimento de Belém.

Soares Andréia, braço do poder, testemunha a situação de penúria que se abate sobre a Província:

⁸ SOUZA, Joaquim Norberto Silva. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império de cada província de per si.

Rio de Janeiro, Perseverança, 1970. p. 26. Microf.

"... assim foi destruída a maior parte dos engenhos e fazendas, e extinta até a semeadura dos gêneros mais preciosos do sustento ordinário : e há distritos aonde não deixaram vivo um só homem branco; e, por toda a parte se sente falta da população de todas as classes"⁹.

Numa medida casuística, em face do quadro sócio-político inquietador, objetivando-se a desestabilização dos cabanos, organiza-se o Corpo de Trabalhadores.

"Instrumento político muito hábil, visou desarticular os cabanos, atraindo aqueles que vagavam sem profissão definida, destinando-os ao serviço da lavoura, do comércio e das obras públicas e que seria composto de índios, mestiços e pretos, que não fossem escravos e não tivessem propriedades, ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente"¹⁰.

O Corpo de Trabalhadores, instalado em todos os municípios chegou a contar com 7.250 trabalhadores, além de oficiais e 65 inferiores, totalizando 7.385 indivíduos¹¹. Nem por isso, ao que se infere do próprio discurso oficial, a questão do abastecimento, crucial problema do período, foi resolvido.

⁹ SOARES, Andréia. Apud SALLES, Vicente. O negro no Pará, sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971, p. 264.

¹⁰ SALLES, Vicent. O negro no Pará, sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971, p. 272.

¹¹ Idem, p. 273.

Apesar de todo o empenho do Estado em desarticular os polos geradores de tensão social e rebeldia política, tomando medidas coercitivas como aquelas, além da destruição de quilombos, pouco resultou de efetivo na tentativa de minimizar o quadro descrito. A população continuava a sofrer os efeitos da miséria no interior, abandonando-o em direção à capital, aumentando a carência alimentar, sem que Belém pudesse oferecer condições alternativas de sobrevivência.

Ao contrário, na segunda metade do século XIX, a par de todos os problemas herdados do período anterior, cresce a crise do abastecimento e da mão-de-obra para a agricultura, justamente quando se dá uma reorientação à economia regional com o extrativismo gomífero, para o qual todos os esforços e interesses locais convergem, mais uma vez, como resposta às exigências do capitalismo industrial externo.

"A produção de borracha absorvendo grande parte da mão-de-obra, de tal modo afasta os trabalhadores de outros místeres, quase extinguindo outras indústrias de que se ocupavam os povos da Amazônia; o café, o açúcar, o urucu, baunilha, o cravo e outros produtos que eram cultivados ou apenas colhidos, vão quase desaparecendo do mercado; e algumas vilas do interior outrora populosas e quase florescentes decrescem e caminham para uma total decadência por causa da imigração dos seus habitantes para o interior das ilhas. Gurupá e Porto de Moz acham-se neste caso"¹²

¹² SA E ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de. Relatório do Presidente apresentado ao Vice-Presidente Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, ao passar-lhe a administração, em 12.5.1860. Belém, Comercial, 1860, p. 41.

A partir dos anos 70, fase em que tem "*início a plena hegemonia do capitalismo industrial*"¹³, quando os artefatos de borracha são cada vez mais diversificados, dado sobretudo a expansão da indústria automobilística e ao processo da vulcanização, a economia regional tende a especializar-se mais, a fim de fazer face à demanda crescente, ávida em absorver a ampla produção de goma elástica, na ocasião só produzida na Amazônia. O Pará, como de resto toda a região, deveria, exclusivamente, fornecer matéria prima ao mercado industrial europeu e norte-americano. Mesmo sapatos de borracha, feitos de forma artesanal e que eram exportados, não mais se fabricam. A produção de látex não poderia ser desperdiçada em tão prosaica atividade. Toda ela deve ser, inexoravelmente, destinada ao exterior, de onde, mais tarde, poderia voltar sob a forma de produtos acabados.

Ora, este quadro de interesses capitalistas, levando a região, por via externa, do capitalismo comercial ao industrial, requerendo maior volume de mão-de-obra no setor extrativista gomífero, e gerando também uma insuficiência nos setores tradicionais, exigia uma tomada de posição diante da questão.

Daí que, ao nível do discurso oficial, seja através das falas, mensagens, relatórios dos presidentes da Província/Estado, seja através da rica legislação, cogita-se da

¹³ SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1938). In: FAUSTO, Boris. História geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1975, v. 1, t. 3. p. 348.

questão, propõe-se soluções, às quais, estão subjacentes, não obstar o incremento da produção gomífera.

E, é neste nível mesmo que se constata a profunda contradição entre a proposta do discurso e a sua concretização, entre a necessidade provincial/estadual e as medidas aventadas, entre os interesses locais, os do capitalismo externo e a hegemonia exercida internamente pelo centro sul.

Neste quadro a população paraense configura-se como inadequada às solicitações da demanda da borracha e às necessidades crescentes do abastecimento via agricultura. A questão demográfica é constantemente focalizado nos discursos oficiais.

Veja-se que, nos anos 70 do século XIX, a população do Pará apresentava o seguinte comportamento:

QUADRO 1

População do Pará em 1872

ESCRAVOS	LIVRES	TOTAL
27.458	247.779	225.237

Fonte: Censo de 1872

Paralelamente confira-se o crescimento de exportação de borracha do Pará significando o aumento do número de trabalhadores neste setor.

QUADRO 2
Exportação de Borracha

A N O S	TONELADA
1865	3.217
1866	3.405
1867	3.531
1868	3.897
1869	5.067
1870	4.228
1871	4.681
1872	5.337

Fonte: CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará, seu comércio e indústrias de 1719 a 1920.
Belém, Tavares Cardoso, 1920. p. 101.

Reiteradas vezes o Estado aponta como veículo capaz de reorientar a economia paraense, sobretudo a agricultura, a imigração e imigração estrangeira. Seria um mecanismo prioritário e, para alguns, único, com condições de acionar a emperrada economia agrícola paraense, e superar a crise de mão-de-obra.

Tal idéia não é original, nem é nova. Tanto no âmbito provincial como no nacional é entusiasticamente defendida, principalmente a partir de 1850, quando a extinção do tráfico negreiro para o Brasil cessa e a lavoura cafeeira está em plena expansão.

Com a Revolução Industrial o *"mundo inteiro se torna*

ra agora uma colônia britânica"¹⁴, e a Inglaterra, que muito se beneficiara com o "Comércio Triangular", liderará, a partir de então, o movimento objetivando o fim do tráfico negreiro e da própria escravidão. É que "... a ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão"¹⁵. Assim, em 1807, cessa o tráfico para as Índias Ocidentais e em 1833 é decretado o fim da escravidão no domínio britânico, acelerando, deste modo, o término do tráfico de escravos para o Brasil, sob pressão inglesa, o que ocorre em 1850. Coloca-se, então, o problema de mão-de-obra alternativa, principalmente para os cafezais, visto que, supostamente, tal evento acarretaria a desarticulação da grande lavoura. E a proposta salvadora é a imigração estrangeira. No Pará, num processo de mimetismo, a imigração européia também é preconizada.

Compondo o quadro de desagregação da estrutura agrária tradicional, representada pela grande propriedade escravocrata, é que se coloca, portanto, o problema da imigração para o Brasil na segunda metade do século XIX.

É para onde remetem a questão especialistas como Altiva Pílati Balhana e outros, em estudo de 1873:

¹⁴ WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro, Americana, 1975, p. 159.

¹⁵ Idem, p. 152.

"Nous pouvons donc dire que l'histoire du Brésil, de 1850 que commencement de la société industrielle de la década de 1930, n'a été qu'une lente désagrégation de la "société traditionnelle" représentée par la grande propriété, et par la recherche d'un nouvel ordre social. L'histoire de l'immigration au Brésil est contenue dans ce processus historique et doit être comprise dans ces termes"¹⁶.

José de Souza Martins reforça a explicação quando, ao inserir a imigração no âmbito da crise do Brasil agrário, referindo-se ao *"descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico"*, diz que:

"A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade da terra e abolição da escravidão) associou-se, portanto, a uma política de imigração, trazendo para o País o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário"¹⁷.

Não se trata, agora, de imigrantes para o povoamento, dado os claros demográficos, como anteriormente. Pelo contrário, são transformações sociais e econômicas da *plantation* que solicitam maior volume de mão-de-obra no momento em que se desagrega o trabalho escravo e se amplia a produção de café.

¹⁶ BALHANA, Altiva Pilatti et alii. L'immigration au Brésil de la fin du XVIII siècle à nos jours. In: Les migrations internationales de la fin du XVIII siècle à nos jours. Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS, Paris, 1980. p. 112.

¹⁷ MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973. p. 17.

Norteados, portanto, pelas circunstâncias conjunturais da economia e da sociedade, o Governo Imperial tomará uma série de medidas regulamentando a imigração e a colonização para o país. O Estado, sob inspiração do setor hegemônico, visará suprir suas necessidades.

Toda uma legislação disciplinará a questão que, se abrange o país como um todo, não será nunca o resultado das especificidades regionais, como de resto é toda a conduta do Estado monárquico unitarista, centralizador.

É certo que os governos provinciais tomarão medidas locais quanto à imigração e colonização. Mas, não a partir de um modelo próprio, criado como resultante de necessidades concretas e atentando às peculiaridades econômicas, sociais, políticas, ecológicas e culturais das regiões.

No conjunto de medidas para viabilização do projeto do governo, como intérprete do setor hegemônico do país, é que se coloca a Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854.

É ela um instrumento regularizador da propriedade, acabando com o velho sistema colonial de doação de terras públicas (sesmarias ou datas) — que já sofrera modificação com a Independência — objetivando criar obstáculos ao desvio de força de trabalho dos cafezais e favorecer a implantação de ferrovias no país. Quando estabelece que as terras devolutas do Estado só podem ser adquiridas mediante compra — tornando-se a terra uma mercadoria — veda, ou pelo menos dificulta, aos migrantes, e a todos os de menor renda,

a propriedade da terra. Este propósito é bastante explícito no artigo 18 da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, ou seja, a *Lei das Terras*:

"O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro, certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em Estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estes mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem"¹⁸

Associa-se, portanto, a questão da terra à imigração, ou melhor, à drenagem de força de trabalho para a grande propriedade agro-exportadora e não como veículo de instalação da pequena propriedade agrícola no Brasil.

"A caótica situação da propriedade rural e os problemas de força de trabalho impeliram os setores dinâmicos da elite brasileira a reavaliar as políticas de terras e de trabalho. A Lei de Terras de 1850 expressa os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época"¹⁹.

¹⁸ DEMORO, Louis. Coordenação de leis de imigração e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960. p. 44.

¹⁹ COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977. p. 133.

Convém apontar ainda que o braço do Estado terá abrangência na questão da imigração e colonização. Nada lhe escapa. Assim é que, por Decreto de 1858, regulariza o transporte para imigrantes, subsidiando-o na medida em que isenta

"dos direitos de ancoragem, ou terão uma redução dos mesmos direitos na razão de sua tonelagem, e do número de colonos"²⁰

os navios que carregavam colonos para quaisquer porto do Império.

Em 1867 o Governo Central, pelo Decreto nº 3784 faz regulamento para as colônias do Estado, visando à

"a conveniência de regular e uniformizar a criação e o regime das colônias do Estado, dando-lhes a própria administração, e garantindo o bem estar e a sorte futura de seus habitantes"²¹.

Mais tarde, em 1876, organiza a Inspetoria Geral de Terras e Colonização²² que teria, nas províncias, órgão correspondente e sujeito.

Esta amostragem da legislação nacional, pertinente à imigração e colonização no século XIX, evidencia o interesse do Estado, representando as aspirações de um setor, em solucionar o grave problema da força de trabalho para a grande propriedade, no momento de superação do escravismo.

²⁰ DEMORO. Op. cit., p. 52.

²¹ Idem. p. 58.

²² Idem, ibidem, p. 69.

A questão que se coloca é: por que a imigração estrangeira, preferentemente, seja no centro-sul, seja no Pará? Somente o déficit de força de trabalho disponível no país, somadas ao abolicionismo, às dificuldades européias e a necessidade de criação de um mercado de mão-de-obra com trabalhadores livres, seriam suficientes para explicar a preferência pela mão-de-obra européia?

Em Relatório de 1867, dizia o Presidente da Província do Pará, que o imigrante europeu era a solução para as dificuldades provinciais:

"O que lhe falta?

A primeira condição para o desenvolvimento e a prosperidade de um país: o trabalho assíduo, constante e inteligente.

É somente de braços que precisa o Pará, e estes elle não pode esperar senão da emigração européia, e d'outra raça não deverá que ser"²³.

Acrescenta que as qualidades requeridas deste imigrante que traria, inexoravelmente, a prosperidade à Província é serem "*activos, intelligentes e moralizados...*"²⁴. Mais do que isso, por efeito de contágio, ou perfeita simbiose junto aos trabalhadores locais, instrumento de aperfeiçoamento destes:

²³ VELLOZO, Pedro Leão. Relatório do Presidente ao passar a administração ao 1º Vice-Presidente Barão de Arary em 9 de abril de 1867. Belém, Rhossard, 1867. p. 16.

²⁴ Ibid. Op.cit.. p. 19.

"Esses trabalhadores não sô por si: trarão riqueza, como também serão, por seu benéfico exemplo, causa para melhor aproveitamento dos braços que já temos"²⁵.

Em 1873 afirmava o Presidente Domingos José da Cunha que a imigração não só supriria a falta de braços, mas introduziria "*idêias mais adiantadas sobre a agricultura*"²⁶, veiculando a idéia de que o estrangeiro, necessariamente, viria municiado de tecnologia agrícola aprimorada capaz de superar àquela que se fazia na região.

Contrapondo-se, o trabalhador nacional é apresentado com características estereotipadas, como protótipo do preguiçoso, incapaz de responsavelmente prover o seu sustento e fazer agricultura de mercado, não levando em conta as condições concretas em que se dá o trabalho no Brasil, identificado, desde a Colônia, com trabalho escravo, por isso considerado despreciativamente e sem considerar as peculiaridades regionais.

Portanto, configura-se também, como responsável pela preferência à mão-de-obra européia, a conotação de degradação que envolve o trabalho no Brasil, sobretudo o trabalho manual, gerada no meio e por conta do sistema escravista, tão bem ressaltada por Emília Viotti:

²⁵ VELLOZO, Pedro Leão. Op.cit. p. 19.

²⁶ CUNHA Jr, Domingos José. Relatório do Presidente ao passar a administração da Província ao 3º Vice-Presidente Guilherme Francisco Cruz. Belém, Diário do Gram-Pará, 1873. p. 25.

"A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas, marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessa situação foi a desmoralização do trabalho... Por isso para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo, "Trabalho é pra negro". A idéia de trabalho trazia consigo uma sugestão de degradação"²⁷

No Pará, além destas justificativas para a imigração, acrescenta-se a constante evasão de trabalhadores da agricultura e mesmo de outras atividades tradicionais em direção aos seringais, como indicado:

"Convergindo todas as vistas para os rios Madeira, Purus, Negro, Javary e outros grandes rios da província do Amazonas, para elles emigrarem anualmente milhares de braços d'esta província, os quais virão a fazer grande falta, porventura não se procuram do substituí-los, pois não nos voltam os que escapam às moléstias por irem acompanhados de suas famílias"²⁸.

Para suprir estes claros demográficos, abrandar a carestia que se tornara intolerável, a importação crescente dos produtos alimentícios os mais vulgares, como a farinha

²⁷ COSTA, Emília Viotti da. De senzala à colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965. p. 9.

²⁸ CUNHA-Jr., Domingos José. Relatório do Presidente _____ de 1º de julho de 1873. Diário do Gram-Pará, 1873, p. 38.

de mandioca e promover a agricultura abandonada, o Estado justificava a imigração estrangeira.

Neste quadro multifacetado, onde se somam às questões locais, as regionais, as nacionais e internacionais, é que se dá a inserção do Pará na política nacional de imigração. A partir da legislação nacional, cuja mola do processo migratório é a lei geral nº 601, de 1850, o governo provincial traçará as diretrizes que deverão nortear, teoricamente, a imigração e colonização no Pará.

O aparato legal, porém, é insuficiente para, concretamente, desencadear um processo imigratório de resultados satisfatórios, condizentes com a proposta do discurso. De fato, entre os anos 50 e 70 do século XIX, tateia-se, tentando compatibilizar as sugestões do governo imperial com as tomadas de decisão na Província para implementar a imigração e colonização.

Já em 1853, Sebastião do Rego Barros cria uma caixa especial destinada a criar fundos para a introdução de imigrantes-colonos no Pará²⁹.

Algumas colônias são formadas: a militar de Óbidos (1854), extinta dez anos depois; que nunca passou, no breve período de sua existência, de um posto militar avançado em região estratégica, e a colônia militar de São João do Ara-

²⁹ BARROS, Sebastião do Rego. Falla do Conselheiro _____ Pre-sidente da Província do Pará, à Assembleia Legislativa Provinci-al no dia 15 de agosto de 1854. Belem, Aurora Paraense, 1854. p. 52.

guaia, semelhante àquela. Nas suas características. 'O de Almeida, através de favores do Estado, criou, no Pinheiro, colônia particular — a colônia Nossa Senhora do 'O (1853) — destinada a implementar a agricultura, mas que resultou ineficaz para os fins pretendidos.

Contudo, estrangeiros, a maioria portugueses, vão chegando ao Pará, entre 1856 e 1863, num total de 3.180.

QUADRO 3

Movimento de Estrangeiros Entrados no Pará—
1858-1863

A N O S	T O T A L
1856	232
1857	486
1858	385
1859	348
1860	462
1861	473
1862	446
1863*	328
TOTAL:	3.160

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Pará, 1863.

* de janeiro a setembro de 1863.

Tais imigrantes, quase sempre, teriam como ocupação o comércio³⁰, pondo-se de lado, concretamente, o argumento-base da imigração européia para o Pará, ou seja, a imigração européia dirigida para a formação de colônias agrícolas ainda era uma falácia, vicejando apenas no plano do discurso.

Esponetaneamente americanos do sul dos Estados Unidos, vivendo questões político-sociais, desejam vir ao Pará como colonos. Para tanto, seu agente de imigração L.W. Hartings, e depois de sua morte Love, estabelece contrato com o governo provincial, autorizado pelo Ministério da Agricultura, em 1866. Por conta do contrato o governo destinaria 60 léguas quadradas de terras devolutas aos imigrantes, para venda a prazo, adiantaria as passagens, além de fazer estrada ligando a colônia a Santarém, sede do município onde esta se situaria. Todos os bens dos colonos, hipotecados, responderiam por suas dívidas³¹.

Resultante deste contrato chegaram ao Pará, em 1867, 109 colonos norte-americanos, dos quais 63 prosseguiram viagem para Santarém imediatamente, e os outros aguardariam no Pinheiro, em Belém, navio até seu destino final³². Apesar da imprecisão dos dados numéricos nas fontes oficiais, sabe-se que, em 1870 poucas famílias haviam permanecido em Santa

³⁰ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório do Presidente _____ à Assembléia Legislativa, na 2a. sessão da XIII legislatura em 1º de novembro de 1863. Belém, Rhossard, 1863, p. 11.

³¹ VELLOZO, Pedro Leão, Op.cit., p. 19-21.

³² DIÁRIO GRAM-PARÁ, 1867 Apud GUILHON, Norma de Azevedo. Confederados em Santarém. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1979. p. 89-90.

rêm. Algumas regressaram aos Estados Unidos, outras ficaram em Belém ou se dirigiram para o interior. Cerca de 100 colonos americanos, alguns ingleses, e até brasileiros — viviam na colônia em 1874³³.

A colônia americana de Santarém, apesar de altos e baixos, teve relativo sucesso, seja considerando a permanência de alguns de seus primeiros componentes ali, integrando-se à sociedade local, seja pela produção agrícola, desenvolvendo-se o estabelecimento de serrarias, fabricação de carroças. Mas, ainda não se poderia afirmar que tenha tido a eficácia dos objetivos propostos pelo Estado ao planejar a imigração estrangeira.

Agudizam-se nos anos 70 os problemas da carestia alimentar, a necessidade de abastecimento de Belém e do interior, agravadas pela evasão de braços livres que

"começam nestes últimos 10 anos a emigrar aos seringaais do Amazonas tomando recentemente essa emigração quase às proporções de um êxodo"³⁴.

Em 1871 lamentava-se o presidente provincial:

"não temos braços, se diz, e no entanto 5.000 pessoas imigraram desta província do Amazonas nos três últimos anos"³⁵.

³³ AZEVEDO, Pedro Vicente de. Relatório do Presidente Dr. — à 1a. sessão da 19a. Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1874. Belém, Diário do Gram-Pará, 1974. p. 63.

³⁴ AZEVEDO, Pedro Vicente de. Op.cit., p. 62.

³⁵ GRAÇA, Abel. Relatório do Presidente da Província do Pará — na abertura da 1a. sessão da 18a. Legislatura da Assembleia Legislativa do Pará, em 20 de janeiro de 1872. Belém, Diário do Gram-Pará, 1872. p. 58.

Fica claro que a questão não é, só a insuficiência de braços para a agricultura, mas a solicitação crescente de trabalhadores para a borracha. E estes devem ser recrutados entre os nacionais.

Ao lado destas questões, cumpre apontar o abolicionismo que atinge também o Pará, onde a população escrava era relevante para a agricultura.

Apesar da inexpressividade numérica da escravidão negreira no Pará — se comparada a do nordeste e do centro-sul — e a inexistência de uma *grande lavoura*, de todo modo, o fim do tráfico e a caminhada direcionada à emancipação — completa, como a Lei do Ventre-Livre de 1871, geravam expectativa quanto aos seus possíveis efeitos na economia, sobretudo sobre a frágil agricultura provincial. Tais temores, dada a mentalidade da época, justificavam-se pela evasão da força de trabalho do campo para os seringais. Nestas o trabalho era sempre livre, mas sua expansão, subtraindo à lavoura substancial número de seus efetivos, dificultava a produção de subsistência, insatisfatória à demanda, o que agora era agravada pelo abolicionismo:

"A pequena agricultura nesta província, como em todas as outras, é servida por braços escravos, pois bem a escravidão aí está a extinguir-se...

E se precisamos fazer face pelo número à diminuição sensível dos braços escravos, não podemos prescindir de trabalhadores para o aumento da prosperidade de nossa lavoura"³⁶.

³⁶ CUNHA Jr., Domingos José. Op.cit., p. 44.

Nos anos 70 intensificaram-se as alforrias e manumissões com verbas do governo central, através de ação de particulares, de clubes etc.

Só na capital, desde a vigência da Lei de 1871, até fins de 1873, foram aforriados pela *liberdade particular* 272 escravos do sexo masculino e 347 do sexo feminino, sendo esta a classificação das libertações, segundo seus responsáveis³⁷:

. Deputados Provinciais	04
. Câmara Municipal de Belém	09
. Governo Provincial	20
. Diretoria da Festa de Nazaré	04
. Irmandade do Divino Espírito Santo de Abaeté	01
. Sociedades Nacionais	10
. Associação Filantrópica de Emancipação	01
. Filantrópica de Particulares	112
. Pelos manumitidos	151
. Pelos possuidores	307

Segundo o relatório do Conselheiro Francisco José Cardoso³⁸, em 1888, o quadro da escravidão no Pará era o seguinte:

³⁷ AZEVEDO, Pedro Vicente de. Relatório do Presidente da Província à 1a. sessão da 19a. Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1874. Belém, Diário do Gram-Pará, 1874, p. 49.

³⁸ V. pág. 30.

TABELA 1

Escravos no Pará, Segundo o Sexo, 1888

HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL
5.196	49,32	5.339	50,67	10.533

TABELA 2

Escravos no Pará, Segundo a Idade, 1888

IDADE	TOTAL	%
Menores de 30 anos	6.065	57,57
Maiores de 30 a 40 anos	2.619	24,85
Maiores de 40 a 50 anos	1.315	12,48
Maiores de 50 a 55 anos	411	3,90
Maiores de 55 a 60 anos	125	1,18

TABELA 3

Escravos no Pará, Segundo o Estado Civil, 1888

ESTADO CIVIL	TOTAL	%
Solteiros	10.415	98,88
Casados	104	0,98
Viúvos	16	0,15

TABELA 4

Escravos no Pará, por Atividades Profissionais

1888

PROFISSÃO	TOTAL	%
Trabalhadores Agrícolas	8.636	81,97
Artistas	413	3,92
Jornaleiros	1.486	14,10

TABELA 5

Escravos no Pará, por Domicílio, 1888

LOCALIZAÇÃO	TOTAL	%
Centro Urbano	496	4,71
Zona Rural	10.039	95,29

Todas estas questões remetem o Estado, nos anos 70, para a primeira tentativa real de implantação do modelo de colonização que vinha anunciando — a colonização com imigrantes europeus:

"Não é meu intento, senhores, tratar já de promover uma corrente de imigração em larga escala.

Pretendo, por enquanto tratar da imigração pelo sistema de colônias, fundadas aqui junto à capital na Estrada de Bragança"³⁹.

Apontava-se como vantagens para a imigração na província, revelando um exaquerado ufanismo. Incorrendo em equívoco, as "... leis libérrimas", e "... clima ameno" o estrangeiro seria aceito como um irmão, e as terras abundantes, de solo excelente onde teria o seu quinhão:

"ahi temos milhares de léguas de terrenos devolutos, próprios para todo gênero de cultura, e que ainda não foram tocados pela mão do homem"⁴⁰.

Para viabilizar seu projeto o Estado sente a necessidade de dotar a Província de infra-estrutura mínima para sua implantação, indo desde uma agressiva propaganda das excelentes qualidades do solo e clima, até a solicitação do Governo Central de 6 léguas de terras na Estrada de Bragança para as colônias e criação de

"um sistema de impostos bem pensado e desenvolvido, e impulso às vias de comunicação."⁴¹

facilidade de transporte para escoamento de produção. E afirmava-se que

³⁹ CUNHA Jr, Domingos José. Op. cit., p. 3

⁴⁰ Idem. p. 3.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 43.

"esse transporte só pode satisfazer-se por estrada de ferro"⁴².

Depois de outras leis inócuas, pela Lei nº 809 de 1874, autoriza-se o governo provincial a conceder privilégio por 40 anos a quem construir estrada de ferro entre Belém e Bragança⁴³.

Confrontando-se o projeto às condições concretas são notórias as contradições que enfrentou. Assim, no mesmo momento em que se alardeia a promoção do *progresso agrícola* via imigração européia para colônias agrícolas, aponta-se como entraves à agricultura

"... dificuldades criadas pelos prazos e jûros de 12, 15 e 18% dos empréstimos de que todos os dias precisa, e sem os quais não pode alargar seus trabalhos"⁴⁴.

Cogita-se da construção de estrada de ferro objetivando o escoamento da produção das futuras colônias que se instalariam às suas margens, para o centro consumidor — Belém. A lei determinava que às margens da estrada fossem colocados 10.000 colonos — 2.500 por ano — pelo contratante, pa

⁴² CRUZ, Guilherme Francisco. Relatório com que o Presidente _____ passa a administração da Província ao Dr. Pedro Vicente Azevedo, em 17 de janeiro de 1874. Belém, Gram-Para, 1874, p.15.

⁴³ PARÁ. Leis e Decretos etc. Collecção das leis da Província do Gram-Pará, 1874. Belém, Diário do Gram-Para, 1874, t. 36, parte primeira, p. 16.

⁴⁴ CRUZ, Guilherme, Op.cit., p. 15.

ra o que o Estado destinava 10 léguas quadradas de terra⁴⁵. Ora, a estrada só começaria a ser construída em 1883 — através de novo contrato — quando, de fato, a colonização na bragantina já havia sido iniciada. Suprimiu-se, através de um Acordo entre os concessionários e o Governo, em 1885, a obrigatoriedade de introduzir imigrantes no Pará e colocar colonos ao longo da estrada⁴⁶. Adiante, a contradição se amplia, quando, por Regulamento, se barateiam os terrenos mais distantes das vias férreas e que ficam mais caros se às suas margens:

"O preço das terras devolutas estabelecidas com aquele Regulamento ficou à razão de 8\$000 por hectare, para os terrenos de lavoura e campos de criação, distantes mais de dois quilômetros das margens dos rios navegáveis ou de estradas de ferro; 10\$000 por hectare, para os mesmos terrenos, quando à margem dos ditos rios e estradas, dentro de dois quilômetros citados; e 15\$000 por hectare, para os terrenos da indústria extractiva"⁴⁷

A prevalência deste critério significava, na prática, um dispositivo destinado a frear o acesso das melhores terras aos pequenos agricultores — dentro do espírito da Lei de Terra — e a indicação de que a Estrada de Ferro de Bragança se destinou muito mais a servir ao capital finan

⁴⁵ PARÁ, Leis e Decretos. Colação das leis da Província do Gram-Pará, 1874. Op.cit., p. 16.

⁴⁶ Apud CRUZ, Ernesto. A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política. Belém, SPVEA, Falângola, 1855. p. 75.

⁴⁷ Apud MUNIZ, Palma. Op.cit., p. 154.

ceiro e industrial inglês do que ser um veículo do crescimento agrícola paraense e supridor do mercado de Belém. Até a cláusula do contrato que obrigava a introdução de imigrantes que se localizariam ao longo da estrada, foi eliminada em 1883.

Mesmo na ausência de uma infra-estrutura — tudo ficou na letra da lei — reservada uma área na Estrada de Bragança, inicia-se o que pretendia ser o modelo da política de colonização com imigrantes estrangeiros na Província. A 13 de junho de 1875 inaugurava-se a Colônia de Benevides — mais tarde denominada Santa Izabel de Benevides — com 20 colonos, a maioria dos quais franceses, razão de ser conhecida também como *colônia francesa*. Na realidade, no período de ~~menos de 1 ano~~, indivíduos de 11 nacionalidades diferentes por ali passaram, constituindo-se numa verdadeira babel.

No quadro ao lado, vê-se o intenso fluxo e refluxo de imigrantes na recém-instalada colônia, conforme relatório do Presidente Sã e Benevides⁴⁸.

⁴⁸ Sã E BENEVIDES, Francisco Maria. Relatório do Presidente _____ à Assembléia Provincial, em 15 de fevereiro de 1876. Belém, Gram-Pará, 1876. p. 48-50.

QUADRO 4,
Colonos em Benevides, 1875

ENTRADA DE COLO- NOS EM 1875	N A C I O N A L I D A D E										TOTAL	PERMANE- CERAM
	France- ses	Argenti- nos	Italia- nos	Belgas	Espa- nhóis	Suiços	Ale- mães	Inglese	Prussia- nos	Norte-A- merica- nos		
13-06	16	2	1	1	-	-	-	-	-	-	20	12
10-07	27	-	5	4	9	-	-	-	1	-	46	10
10-08	19	-	4	-	21	2	9	3	-	1	58	2
29-08	20	-	11	-	1	1	-	-	-	-	33	2
07-09	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
30-09	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
01-10	6	14	-	-	-	-	-	-	-	-	20	6
	87	2	35	5	32	3	9	3	2	1	179	32

Fonte: Relatório do Presidente da Província, em 15 de fevereiro de 1876.

Num breve período de 4 meses, dos 179 imigrantes entrados na colônia permaneceram apenas 32, ou seja, 17,87% evidência da precariedade do empreendimento. E, no ano seguinte, a 19 de janeiro, viviam em Benevides apenas 43 colonos.

TABELA 6
Colonos de Benevides em 01.01.1876, por
Nacionalidade

NACIONALIDADE	TOTAL	%
Franceses	24	55,81
Belgas	4	9,30
Argentinos	2	4,66
Italianos	2	4,66
Espanhóis	8	18,60
Prussianos	1	2,32
Brasileiros*	2	4,66

Fonte: Relatório do Presidente da Província, em 15 de fevereiro de 1876.

* A viúva de um residente e um menino filho de frances.

Considerando que dos 179 imigrantes entrados na colônia em 1875 só 43 permaneceram, constata-se que, entre outubro de 1875 a 19 de janeiro de 1876, entraram 147 indivíduos, dos quais 2 eram brasileiros. Portanto, 82,12% dos moradores eram novos colonos contra os 17,87% de remanescentes do ano da inauguração da colônia. Os franceses continuavam a ser mais

da metade — 55,81%, seguidos pelos espanhóis que representavam 18,60% do total de colonos.

A instabilidade da colônia era o caminho para a sua falência e com ele o projeto do governo, de através da implantação de colônias exclusivamente com pessoal estrangeiro, conduzir a Província à superação da crise da agricultura e suprimento do mercado da capital. Em 1877 ali foram colocados cearenses que, correndo da seca no nordeste, começavam a chegar à Província, terminando, de forma melancólica, o primeiro projeto de colonização estrangeira na bragantina. Foi o fim de um modelo, antes mesmo que tomasse corpo e de fato se implantasse para que fosse testado.

A partir daí, dados novos, impõem ao Estado uma reorientação à sua política populacional — sem que abandone todos os pressupostos anteriores — que visaria preservar o modelo econômico e, ao mesmo tempo, fazer face à investida de nordestinos à região e à superação de fracasso de Benevides, portanto do próprio modelo de imigração que fora considerado a salvação da situação de penúria no Pará.

2 MODIFICAÇÕES DO MODELO

"... criando um núcleo colonial nas terras patrimoniais da província, onde sejam recebidos sob o regime colonial, todos os imigrantes cearenses"¹.

~~Condições históricas concretas conduziram à reelaboração do discurso e da *praxis* do Estado concernentes à política de imigração e colonização. O Estado, como mediador desta política, diante do malogro de Benevides, e face aos numerosos contingentes de *retirantes* que, a partir de 1877, aportam no Pará, propõe, ao regularizar a imigração destes, um novo modelo de colônias — colônias mistas.~~

~~Convém considerar a questão da imigração — nordestina para a Amazônia — e para o Pará em particular — nos anos 70 do século XIX, e seguintes, já que se constituiu numa variável relevante da política de colonização local, modificando-a, além de representar valioso contingente de força de trabalho para os seringais, e estrada de ferro de Bragança e tantas outras atividades produtivas.~~

As secas atingiram o nordeste com certa periodicidade que parece ter se intensificado a partir do século XVIII. O Barão de Studart elaborou um quadro cronológico das secas do

¹ BRAGA, D. Pinto. Relatório de _____ In: CARMO, José Joaquim de. Falla do Dr. _____ ao abrir a 1ª sessão da 21ª. Legislatura da Província do Pará em 22 de abril de 1878. Belém, Província do Pará, 1878. Anexos, p. 2.

Ceará, qualificando-as, desde o século XVII até o século XX²:

1614	secca
1892	secca intensa
1710-11	secca intensa
1721	secca que assolou até a Bahia
1723-27	grande secca
1736-36	secca parcial
1741	secca parcial
1745-46 e 1772	secca parcial
1777-78	grande secca
1783	secca parcial
1790	grande secca
1804	secca parcial
1809	secca parcial
1810	secca parcial
1816-17	secca parcial
1824-25	grande secca
1827	secca parcial
1830-33	secca parcial
1844-45	secca intensa
1877-79	grande secca
1891	secca parcial
1898	secca parcial
1900	secca parcial
1902-03	secca parcial
1907	secca parcial
1915*	grande secca
1919*	grande secca

² STUDART Apud CAMARA, Dornelles. Colocação no Amazonas dos flagelados do nordeste. Manaus, Imprensa Pública, 1919, p. 21-22-23.

* As secas de 1915 e 1919 não constam da obra citada.

A delibitada economia do nordeste, na grande estiagem de 1877-80, não tinha os meios de enfrentar os consideráveis prejuízos econômicos e os custos sociais com conseqüente deslocamento de suas populações mais atingidas, quando

"... desapareceram quase todo o rebanho da região e pereceram de cem a duzentas mil pessoas!"³

A seca entretanto, não é explicação suficiente para o fenômeno do expressivo afluxo de nordestinos para o norte, tomando proporções de êxodo, ainda mais considerado seu caráter periódico e as mazelas que sempre trouxera consigo. Há que levar em conta o fator atração, representado pela borracha. Celso Furtado coloca a *transumância amazônica* no final do século passado, no mesmo plano da

"grande corrente migratória de origem européia para a região cafeeira!"⁴.

Antes mesmo da seca dos anos 70, nordestinos, principalmente maranhenses, chegariam ao Pará para o trabalho nos seringais, assim como continuariam a chegar, de diversas procedências, nos interstícios das secas, arregimentados por propostas de seringalistas ou espontaneamente. Aumentar a produção de borracha era vital para o mercado consumidor mundial. E,

"esse aumento de produção deve-se exclusivamente ao influxo de mão-de-obra, pois os métodos de produção em nada se modificariam!"⁵.

³ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 14 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1976, p. 133.

⁴ FURTADO, Celso. Op.cit., p. 129.

⁵ Idem, p. 131.

Deste modo, quando fatores ecológicos e climáticos se juntam a dificuldades econômicas e sociais, convergem para que o nordestino tente solucionar seus problemas, ainda que temporariamente, vindo para a Amazônia, onde uma nova fronteira econômica abria-lhe perspectiva (enganosa, é certo) de superação da crise que enfrentava.

No primeiro momento o governo provincial toma algumas medidas emergenciais, em 1878, considerando o número avultado de migrantes nordestinos que vão chegando à Província a cada dia. Destacam-se entre estas providências a consideração sobre o lugar de destino final dos retirantes. Alternativas foram-lhes oferecidas: dirigirem-se para o Amazonas às expensas do governo; permanecerem no Pará sob a condição de que, não conseguindo emprego dentro de três dias, trabalhariam em obras públicas ou na agricultura; os que se definissem pela agricultura seriam encaminhados ao campo para serviço público ou particular, ou para trabalho agrícola em lotes já demarcados⁶.

Neste momento a preocupação imediata não é dar prioridade à agricultura, mas resolver a crucial questão do que fazer com tão grande contingente humano, carente de tudo, que chega a Belém, cidade sem condições de abrigar-lhe convenientemente, e prover-lhe trabalho. Portanto, não se cria

⁶ CARMO, José Joaquim de. Falla do Dr. _____ Presidente do Pará ao abrir a 1a. sessão da 21a. Legislatura da Assembléia Legislativa do Pará, em 22 de abril de 1878. Belém, A Província do Pará, 1878. Anexos. p. 1-2.

obstáculo quanto ao lugar de destino final, permitindo até mesmo que os imigrantes prossigam para a Amazônia, onde os seringais sófregos por mão-de-obra os receberiam.

Noutro momento o governo cria o serviço de colônias do Estado para os retirantes:

"De todos as medidas a tomar-se no sentido de diminuir os sofrimentos dos infelizes emigrantes cearenses, a mais profícua, a que se destaca como verdadeira garantidora do mais prompto e benéfico resultado, a que mais se coaduna com os interesses do imigrante, da província e do país, é sem dúvida a criação de um núcleo colonial, regido pelo systema misto e localizado nas terras patrimoniaes da província"⁷.

É, quando pela primeira vez, se fala de colônias mistas, ou seja, compostas de nacionais e estrangeiros, numa reorientação do projeto agrícola do Estado, demonstrando que não se descartara a ideologia da necessidade da imigração europeia para o Pará, que teria

"... alcance político, econômico e civilizador dessa congregação"⁸,

como se lê no relatório que sugere ao governo o novo modelo de colonização:

De outro modo, concomitante a esta orientação, à medi

⁷ BRAGA, D. Pinto. Op. cit. p. 1.

⁸ Idem. p. 2.

da que cresce a demanda internacional da borracha, para que haja oferta correspondente, é inelutável ampliar, a qualquer custo, a força de trabalho para os seringais. Prepostos de seringalistas tudo fariam para atrair nordestinos à região para a exploração da hévea.

"As secas, assolando as populações, forçam os cearenses à emigração espontânea; e o dono de seringais não encontra dificuldades em obter a mão-de-obra necessária. Basta recrutá-la nos milhares de flagelados que aportam por essa época a Manaus ou ao Pará. As mais das vezes são antigos emigrantes, crescidos na confiança do patrão, que regressam à sua aldeia e recontam maravilhas da floresta... Logo os matutos deixam à família o pouco que lhes restar em fazenda e dinheiro, e feitos já "paroaras" (assim se chamam no Ceará os emigrantes que se dirigem para a Amazônia) entregam-se nas mãos do engajador que os vai provendo de tudo — roupas, algum dinheiro, passagens no comboio, a estadia de alguns dias do "frege-moscas" de Fortaleza"⁹.

Não apenas migrantes arregimentados no nordeste pelos recrutadores, a soldo dos seringalistas, iam aos seringais, mas muitas vezes, aqueles retirantes que como colonos haviam permanecido no Pará nos diversos núcleos coloniais.

A borracha constituía-se num fator de desvio, levando os migrantes das colônias a migrações inter e intra-regionais. Não raro, encontram-se em documentos oficiais referências a esta situação:

⁹ VEIGA, Simões. De quem & dalem mar. Portugal e Amazônia: estudo de política econômica. Manaus, 1916. p. 205-206.

"... resultou que muitos dos que tinham lotes, com o fito de maior ganho, se aplicaram no fabrico da borracha"¹⁰.

Roberto Santos, tratando a questão, repele que os governos da Região tenham recrutado migrantes nordestinos para os seringais, prática que considera *enganosa e corrupta*, dizendo que:

"Não há evidências de que a administração pública dos Estados da Amazônia se haja envolvido com promoções de emigração no Nordeste para fins de exploração da borracha; ao contrario, existem algumas indicações quase diretas de que a migração patrocinada oficialmente tenha claros objetivos agrícolas; entre estas avultam o desejo entranhado de colonizar a zona Bragantina, o grande investimento na estrada de ferro de Bragança e a suspensão total de contratos para a introdução de imigrantes desde o início da administração Augusto Montenegro"¹¹.

Se não há nos documentos evidências de que o Estado arregimentava imigrantes nordestinos para os seringais, não os há também para demonstrar, no que se refere às colônias, medidas impeditivas, ou que dificultassem ao colono abandonar o seu lote. Há, é certo, reclamações e, aparentemente, uma impotência para conter o desvio de colonos para a produção de borracha. Por outro lado, a migração nordestina subsidia

¹⁰ ABREU, José Coelho da Gama. Relatório do Presidente da Província do Pará à Assembléia Provincial na 2a. sessão da 22a. Legislatura em 15 de fevereiro de 1881. Belém, Diário de Notícias, 1881, p. 43.

¹¹ SANTOS, Roberto. *Op.cit.* p. 106-107.

da, nem sempre objetivava, pelo menos desde o início, os núcleos coloniais, mesmo porque só se organizou a colonização nordestina quando os *flagelados* afluíram a Belém. Tanto que, apenas em 1878 é que se recomenda que todos os nordestinos trazidos pelo governo se destinem às colônias agrícolas ou à agricultura fora dos núcleos.

Anteriormente, nas Instruções Provisórias para o serviço de socorro aos imigrantes cearenses, no artigo 2º fica acertado que

"Efetuarão o desembarque, desde que este se possa realizar, e consultados sobre o ponto da província para onde pretendem ir, e o gênero de trabalho a que se pretendem entregar, o funcionário encarregado de dirigir os e encaminhá-los os envidará todos os seus esforços para que, no mais breve espaço de tempo possível, sigam para o seu destino"¹².

Dez anos depois, quando outra grande seca atinge o nordeste, o governo do Pará, ao receber grande número de retirantes, solicita e recebe crédito do governo central, cria uma comissão de socorro e nomeia um fiscal da emigração na província, e

"... por conta do crédito de 5.000\$000 para transporte d'esses imigrantes tenho mandado dar-lhes passagens para o Amazonas e para diversas localidades do interior d'esta província, providenciando ao mesmo tempo para que muitos d'elles fossem convenientemente estabelecidos nos núcleos de Benevides, San

¹² BRAGA, Murтинho D. Pinto, Op. cit., p. 1.

ta Izabel, Araripe e Apehu, situados ao longo da re
ferida estrada de Bragança"¹³.

Justificando estas providências o governo informa que
o faz porque

"... julguei preferível o alvitre de mandar dar-lhes
transporte para essas localidades, não só porque sa-
tisfazia assim a exigência de grande número desses
imigrantes, como porque d'isto resultava nas peque
nas economias para os cofres públicos, prestando-lhes
de uma só vez auxílio e dando-lhes destino mais pro
veitoso, sem a obrigação de continuar a sustentá-
os enquanto aqui estiverem sem encontrar trabalho ou
ocupação conveniente"¹⁴.

Assim, pelo menos indiretamente, ainda que forçado pe-
las circunstâncias conjunturais, o Estado nem sempre induziu
a fazer agricultura no Pará, deixando-o à vontade para deci-
dir.

Por outro lado, grande número de retirantes seria usa-
do como mão-de-obra na construção de estrada de ferro de Bra-
gança e em outras obras públicas.

Pode-se argumentar que, nos documentos citados, em ne-
nhum momento o governo fala que os imigrantes devam ir para
os seringais. Apenas dava-lhes liberdade de destino. Infe-
re-se, entretanto, das condições reais da divisão do traba-

¹³ PERNAMBUCO, Manoel José de Almeida. Relatório do Presidente da Pro-
víncia _____ ao passar a administração ao Vice-Présiden-
te Sr. Joao Policarpo dos Santos Campos, em 18 de março de 1889.
Belém, Costa, 1889, p. 53-54.

¹⁴ Idem, p. 54.

lho, numa economia predominantemente extrativista, e num período de supremacia da borracha sobre outros produtos, a exigir crescente força de trabalho, que grande parte deste contingente de migrantes não teria outra alternativa senão ser absorvido pelo amplo mercado de trabalho que eram os seringais. A exportação da borracha de 3.738 toneladas em 1872 passara para 10.281 em 1900¹⁵. Por isso dizia o Conselheiro Francisco José Cardoso que existia um paradoxo em se querer impor aos imigrantes a agricultura se o extrativismo era a principal fonte de riqueza da província¹⁶.

O que não há dúvida é que muitos cearenses abandonaram os núcleos coloniais e foram para os trabalhos, sazonais ou permanentes, dos seringais, sem que o governo, objetivamente, nada tenha feito para detê-los.

Numa região de ínfimo nível tecnológico, onde o sistema primitivo dos meios de produção é corrente, a força de trabalho é fundamental no processo de produção. Nas relações que se estabeleceram no âmbito do extrativismo da borracha a força de trabalho, representada pelos migrantes nordestinos, seria substancialmente responsável pelo atendimento dos objetivos últimos da produção gomífera — a satisfação dos interesses do capital industrial internacional por uma remuneração aviltante.

¹⁵ CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará: seu comércio e indústrias de 1719 a 1920. Belém, Tavares Cardoso, 1920, p. 263.

¹⁶ CARDOSO, Francisco José. Fala do Conselheiro 1º Vice-Presidente da Província do Pará, em 20 de outubro de 1887. Diário de Notícias, 1887, p. 12.

Neste contexto não há que se surpreender que, nem sempre, o destino teórico dos retirantes — a agricultura — seja atendido e sim os seringais, mesmo quando o Estado subsidiava a imigração/colonização e mesmo à sua revelia.

Quantificar precisamente — dada a precariedade dos dados disponíveis — o efetivo de migrantes nordestinos que ingressou no Pará, a partir dos anos 70 do século passado até 1920, é tarefa difícil, talvez impossível, e destes quantos teriam se destinado às atividades extrativistas da borracha, e, até mesmo quantos se fixaram nas colônias do Estado.

Há, porém, evidência de que o significativo incremento da população do Pará neste período foi decorrente, em grande parte, da imigração interregional, sobretudo de nordestinos. A variação intercensitária do censo de 1872 para o de 1920 foi de mais de 708.270 habitantes, correspondendo a um crescimento médio anual expressivo, mesmo considerando uma superestimativa para o censo de 1920.

TABELA 7
Crescimento Médio Anual da População do Pará

PERÍODOS	%
1872 e 1890	0,99
1890 e 1900	3,09
1900 e 1920	4,11

Fonte: Recenseamento de 1920, v. 4.

Graham & Buarque de Hollanda Filho criaram um quadro de saldo migratório de nacionais no Brasil. Nele detecta-se a evidente relevância da migração interna para a Amazônia neste período.

QUADRO 5

Saldos Migratórios Intercensitários Brasileiros
Migração Interna de Nativos por Estado

ESTADOS.	1872-1890 (milhares)	1890-1900 (milhares)	1900-1920 (milhares)
Amazonas	37.467	55.939	18.110
Pará	-56.468	53.385	93.382
Ceará	-198.219	-83.098	-76.170

Fonte: GRAHAM, Douglas H. & BUARQUE DE HOLANDA FILHO, Sêrio. — Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record - 1872-1970. São Paulo, IPE/USP, 1970, p. 106. mimeo.

Constata-se que, Amazonas e Pará, tiveram progressivo aumento de fluxo migratório internos nos períodos intercensitários de 1872 a 1920, gerando saldos, excetuando-se, no caso do Pará, 1872 a 1890, quando é negativo. É possível que este saldo negativo seja resultante das imprecisões do censo de 1890, mas também de dois fatores fundamentais: a descoberta de novos seringais no Amazonas a atrair mão-de-obra paraense, e a imigração de nordestinos, seja para o Amazonas, seja para o nordeste conforme várias denúncias contidas em relatórios oficiais. Já o Amazonas tem saldo sempre positivo. O Pará que possuía a princípio o eixo da economia gomí-

fera, vai, pouco a pouco, sendo ultrapassado pelo Amazonas que se constituiria um polo de atração para os nordestinos. Por outro lado, o alto índice positivo do saldo migratório interno de nacionais para o período intercensitário seguinte (1890-1900), resultou da plena expansão da produção de borracha além das secas nordestinas, atraindo e expulsando população, respectivamente. Quanto ao índice do período intercensitário de 1900-1920, bastante elevado, deve-se considerar, além da superestimativa do censo de 1920 as grandes secas de 1915 e de 1919, mais uma vez agentes de expulsão de contingentes populacionais para a Amazônia, mesmo quando a produção de borracha entrara em crise. Por outro lado, o Ceará, que de todos os Estados nordestinos foi o que mais expulsou população nessa conjuntura, teve desde o primeiro censo, até 1920, saldo migratório sempre negativo.

O fluxo e refluxo de nordestinos seria uma constante. Entre junho de 1919 e maio de 1920 — uma grande seca ocorrera em 1919 — chegaram a Belém 20.139 cearenses, dos quais 11.447 destinaram-se à zona bragantina, subsidiados pelo governo, para os núcleos coloniais¹⁷. Cessadas, porém, as circunstâncias que haviam provocado o êxodo, muitos — como é usual nos processos migratórios — voltaram ao seu lugar de origem. Os próprios governos nordestinos procuravam embargar os que continuavam a sair quando as chuvas já haviam chegado... Dizia em ofício o Presidente da Província do Ceará, em janeiro de 1878, ao Capitão do Porto:

¹⁷ Vide notas 2 e 7 às pag. 50 e 53, respectivamente.

"... não devendo V.S.S. proceder mais o alistamento d'indivíduos que pretendão emigrar para outras províncias, pois já cessou a razão que determinava a administração a concorrer para isso, facilitando transporte, e outros meios, deve reputar finda a missão de favorecer, com víveres, os que pretendes sem embarcar"¹⁸.

Anos mais tarde o governo do Pará solicitava ao Ministério do Império permissão — tendo conseguido — para repatriar aqueles retirantes que não se adaptavam ao trabalho dos núcleos coloniais e acrescentava:

"Verificando que com aquelles retirantes nenhum resultado poderia auferir, tratei de internar pelos municípios centrais da Província e pela Província do Amazonas todos aquelles que quizessem dedicar-se à lavoura"¹⁹.

Estima-se em 14.000 os primeiros migrantes nordestinos enviados aos núcleos coloniais do Estado, em 1879: cerca de 9.000 na Colônia de Benevides; 500 em Santarém — Colônia Bom Gosto; e São José de Tentugal com 3.500. Em julho deste ano só restavam em Benevides 7.488, ou 16,82% de evasão, resultantes de refluxo migratório para o Ceará, além dos que se dirigiram para o povoado de Pinheiro, próximo a Belém, ou

¹⁸ AGUIAR, J.J. Ferreira de. Ofício ao "Capitão do Porto". Fortaleza, 1878. 1a. sessão de Manuscritos, nº 488.

¹⁹ BRAGA, Antonio José Ferreira. Relatório com que o Ilmo Sr. Presidente da Província do Pará, Dr. _____ abriu a sessão extraordinária da 26a. Legislatura da Assembléia Provincial em 18 de setembro de 1889. Belém, A.F. da Costa, 1889, p. 19-20.

para os seringais²⁰.

"Nunca me persuadi que o núcleo conservasse o número de habitantes que tinha, pois nunca os retirantes deixaram de declarar que, logo que as circunstâncias de sua província natal melhorassem, se retirariam"²¹.

Enquanto nordestinos estão chegando na região a emigração estrangeira, entretanto, não é esquecida.

Todavia, ignorou-se, no plano-legal, durante 20 anos, o Relatório Murinho Pinto Braga que sugeria a implantação de colônias mistas no Estado, embora, de fato, colônias deste tipo já funcionassem. Em 1898 eram oito. Neste hiato de tempo algumas providências foram tomadas pelo Estado, concernentes especificamente à imigração e colonização. A maior parte constituiu-se num descompasso entre a lei e sua execução, entre o teórico e o real. Ficaram como virtualidades — apesar de alguns ensaios — entre outras propostas, a fundação de quatro colônias açorianas (1882), a localizar-se no Tocantins, Pinheiro, Benevides e Tapajós²²; a introdução de 2.000 colonos europeus, sendo 1.000 açorianos e os demais de outras nacionalidades (1883)²³, e de 100.000 europeus no

²⁰ ABREU, José Coelho da Gama. Falla do Ilmo Sr. Presidente da Província do Pará _____ na abertura da 2a. sessão da 21a. Legislatura da Assembleia Legislativa em 16 de junho de 1879. Belém Liberal do Pará, 1879. p. 20-21.

²¹ Idem, p. 36-37.

²² PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 1099, de 8 de novembro de 1882. In: Coleção das Leis da Província do Gram-Pará. Belém, Jornal da Tarde, 1883, t. 48, p. 84-85.

²³ PARÁ. Leis e Decretos. Atos do Governo da Província do Pará. Belém, Diário da Tarde, 1883, t. 45, p. 202.

prazo de dez anos (1895)²⁴. A legislferência raiava pelo absurdo. A imigração dirigida pelo Estado precariamente conseguiu alguns resultados. A maioria dos contratos, mesmo com a criação da Sociedade Paraense de Imigração, foram inoperantes para concretizar a política de imigração.

Paes de Carvalho, em 1898

"reorganiza o serviço de imigração e colonização do Estado"²⁵.

De fato, foi mais uma sistematização da legislação. Examinando o diploma legal é possível detectar e caracterizar as linhas mestras da proposta, que, na forma da lei, instituiu colônias mistas, a fim de confrontá-las à sua aplicação ou não. Persiste a ideologia, adredemente defendida, da superioridade técnica do europeu sobre o nacional, mas defende-se o convívio de ambos porque

"Lado a lado, estrangeiros e nacionais se completarão, trazendo em geral os primeiros uma competência mais experimentada, influindo naturalmente os segundos para que no espírito d'aquelles se opere o lento movimento, que faz o homem conciliar o amor da própria pátria com o do novo país hospitaleiro, que lhes garante a propriedade, o lar, a educação da família e uma justa intervenção na vida da sociedade que o acolhe"²⁶.

²⁴ PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 330, -e 21 de janeiro de 1896. In: Collecção das Leis do Estado do Pará. Belém, Imprensa Official, 1899. p. 353, 354.

²⁵ PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 583, de 21 de junho de 1898. In: Collecção das Leis Estaduais do Pará. Belém, Imprensa Official, 1900. p. 581, 585.

²⁶ CORRÊA, Innocencio Serzedello. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado pelo Secretário Dr. _____ em 28 de fevereiro de 1899. Belém, Imprensa Official, 1899. p. 272.

A imigração, fosse dirigida ou espontânea, deveria objetivar, prioritariamente, a agricultura, de tal modo que o imigrante teria como alternativa para a sua localização: os núcleos coloniais, havendo disponibilidade de lotes; os estabelecimentos agrícolas ou industriais de particulares; ou em terras devolutas²⁷. Nos núcleos ou nos estabelecimentos agrícolas, entendia-se que o colono estrangeiro traria consigo a tecnologia indispensável ao florescimento do empreenimento. Ao colono nacional porém, despossuído das virtudes que qualificavam o tipo de agricultor ideal, tais como ser *morigerado*, *inteligente* e detentor de tecnologia agrícola avançada, era mister que apreendesse as qualidades daquele, quer pela proximidade na colônia, onde o seu exemplo deveria frutificar, quer pela profissionalização nos institutos agricolas que deveriam ser criados.

"Tendo diante dos olhos a demonstração perene das vantagens da instrução agrícola, elles serão levados pelo natural impulso a praticar por imitação seus lucrativos ensinamentos. D'esta forma se transformarão em trabalhadores tão bons como os colonos estrangeiros, tendo sobre estes a superioridade de ligarem-se à terra que cultivam, com o amor profundo de filhos do paiz"²⁸.

Cada núcleo teria um máximo de 300 lotes a serem ocucupados por uma maioria de estrangeiros para apenas um terço de nacionais, consetâneo com a ideologia que presidia a

²⁷ PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 583, de 21 de junho de 1898. Op.cit. pá. 581.

²⁸ CORRÊA, Innocencio Serzedello. Op. cit., p. 50.

política de imigração/colonização. A distribuição dos lotes obedeceria o critério de apenas um por família, pelo qual o colono receberia um título provisório. Estes lotes de 25 hectares, ou seja, 250 metros de frente por 1.000 de fundos, seriam vendidos à razão de oito mil réis por hectare. Para garantia do ressarcimento da dívida o Estado exigia além do próprio lote, todas as benfeitorias e a produção agrícola. Só poderia ser vendido o resultado da colheita depois de serem deduzidas as prestações devidas ao governo.

O colono, eventualmente, poderia pleitear mais de um lote agrícola. Neste caso teria que, necessariamente, comprá-lo à vista, inclusive as benfeitorias executadas pelo governo, como derrubada da mata, demarcação, moradia, etc. Também poderia obter um lote urbano, mas após dois anos de instalado no lote agrícola que, comprovadamente, estivesse produzindo.

Além dos núcleos coloniais do Estado, este possibilitava que particulares tivessem estabelecimentos agrícolas que se constituíssem alternativas de localização para os imigrantes que se destinassem às atividades agrícolas. Estas concessões especiais seriam: os *burgos agrícolas* objetivando promover a industrialização dos produtos agrícolas no próprio local através de parceria ou tabelas de preço aprovadas pelo governo; propriedades particular com terra para colonos; e propriedade particular em que o imigrante poderia trabalhar como assalariado.

O concessionário do burgo agrícola obrigava-se a não

reter para si mais de um terço de sua propriedade, a qual deveria ser repartida, mediante indenização, entre imigrantes estrangeiros e nacionais, objetivando a formação de pequenas propriedades. Nestes burgos agrícolas particulares, que poderiam ser subsidiados pelo Estado, o número de famílias seria limitado a cem, sendo um terço de nacionais.

Quer para os estabelecimentos agrícolas do Estado, quer para os de particulares, o governo subsidiava as passagens do lugar de origem ao lugar de destino, a permanência em Belém — na hospedaria, enquanto aguardava viagem para os núcleos — os implementos agrícolas, sementes (os primeiros seriam gratuitos) e alimentação nos primeiros seis meses. Fornecia médico e remédios, proteção às viúvas e órfãos de imigrantes para que pudessem continuar, produtivamente nos núcleos, concessão de crédito etc.

Na tentativa de que os colonos pudessem industrializar sua produção agrícola o Estado poderia conceder crédito para a montagem de engenhos e outros, que não deveriam ser mais de um por núcleo. Tal limitação evidencia a preocupação de que as máquinas não ficassem ociosas, visto que a produção era pequena, insuficiente para estimular concorrência. Para a execução de contratos por conta de verbas do governo exigia-se, como garantia da política agrícola, que o imigrante fosse agricultor, mas não o sendo essa política era posta de lado e admitia-se todo aquele que fosse *apto para outras profissões úteis*. Ora, trabalho haveria em várias frentes, nos diversos serviços que se implantavam no

Pará, como a construção da Estrada de Ferro de Bragança, por exemplo.

Outras condições eram requeridas aos imigrantes para que fossem considerados válidos: boa saúde, sem defeito físico e de boa conduta. Limitava-se a idade a um mínimo de 15 anos e um máximo de 45. O limite de idade indica a preocupação de que viessem indivíduos capazes de produzir imediatamente, que se constituíssem a força de trabalho para as diversas atividades.

Só excepcionalmente poderiam vir imigrantes fora desses parâmetros. Seriam tolerados quando fossem parentes daqueles que sempre tivessem convivido com o chefe da família que houvesse imigrado, exigindo-se, neste caso, um *atestado de convivência*²⁹.

Para obter êxito no cumprimento destas exigências deveria haver severa fiscalização nos pontos de embarque pelo agente consular designado pelo Governo do Estado e pela Diretoria da Repartição das Obras Públicas, Terras e Colonização, na chegada ao Pará.

A administração dos núcleos coloniais era responsabilidade do Estado, mas abria-se a possibilidade de que os próprios colonos, quando atingissem o número de 50 famílias, formassem uma junta colonial, a ser eleita pelos chefes de famílias, a fim de que suas necessidades fossem atendidas, sem

²⁹ PARÁ. Leis e Decretos. Decreto nº 556, de 04 de maio de 1898. In: CORRÊA, Innocencio Serzedello, Op. cit. p. 279-280.

ferir os dispositivos legais, o que parece, segundo os documentos, nunca chegou a se concretizar:

"Desde que na colônia se achem localizadas, pelo menos, cinquenta famílias, os chefes elegerão uma junta colonial, composta de estrangeiros e nacionais, encarregada de promover, em conformidade com as disposições legais, as necessidades dos colonos"³⁰.

O Estado proibia proposta de particulares para localização de imigrantes em seringais ou castanhais por serem atividades que exigiam prévia adaptação, segundo entendia:

"Serão inadmissíveis propostas de proprietários de seringais, de castanhaes ou de quaesquer estabelecimentos a que não se possam prestar os imigrantes, em virtude das condições indispensáveis de aclimação prévia"³¹.

Por fim o governo estendia o benefício da lei que favorecia os imigrantes aos nacionais existentes no Estado, desprovidos de terra, quando dizia:

"O governador do Estado fica auctorizado a prestar auxílio aos nacionais já existentes no Estado, que não possuindo terrenos onde possam dedicar-se à agricultura, desejem com este fim obter favores analogos aos que pela presente lei são facultados aos imigrantes"³².

³⁰ PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 583, de 21 de junho de 1898. In: CORREIA, Serzedello, Op. cit., p. 582.

³¹ Idem.

³² Idem, ibidem. p. 585.

Constata-se que a Lei nº 581 não revogou, em substância, a legislação anterior que regia a imigração. Continuava em vigor a Lei nº 223, de 1884, referente à introdução de imigrantes estrangeiros no Estado, exceto no que dizia respeito à gratuidade de um lote colonial de 25 hectares que o colono receberia ao chegar³³. Pela nova lei os lotes seriam comprados pelos interessados, extinguindo-se a gratuidade.

A legislação foi elaborada mais em função do imigrante estrangeiro que do nacional. O próprio termo imigrante designava, na lei, o estrangeiro, como fica evidente na citação acima. São, portanto, por extensão ou analogia, é que abrangia o nacional. Veja-se, por exemplo, que havia um cuidado maior com o europeu que com o nacional em relação às providências que possibilitassem um mínimo de condições para abrigar os colonos recém-chegados aos núcleos coloniais. Àquele deveria receber lotes demarcados, desmatados e com casa, se possível, preocupação inexistente quando se trata do nacional. Embora, mesmo para os estrangeiros, a lei nunca foi plenamente executada.

Todavia, como a lei não tem efeitos mágicos, e sim é confrontada ao real, seriam os nacionais, numericamente, os mais atingidos pela legislação, na medida em que seria flagrantemente superior o número de migrantes nacionais em relação aos estrangeiros que vieram ao Pará, destinando-se

³³ PARÁ. Leis e Decretos. Lei nº 223, de 30 de junho de 1894. In: Collecção das Leis Estaduais do Pará. Anos de 1891 a 1900. Belém, Imprensa Official, 1900. p. 237.

aos núcleos coloniais. O modelo de colônias mistas seria implantado, mas não tal qual projetado. A predominância deveria ser de estrangeiros, dois terços, o que quase nunca ocorre. Há, pelo contrário, nas colônias, uma maioria de nacionis. É o que se demonstra no quadro ao lado, segundo recenseamento feito pelo Estado do Pará em outubro de 1900, conforme citado por Palma Muniz³⁴.

QUADRO 6

Famílias de colonos no Pará em 1900

FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS	TOTAL
Brasileiros	1.610	9.275
Indígenas	41	205
Espanholas	612	3.283
Portuguesas	7	27
Alemães	1	4
Belgas	1	3
Italianas	12	63

Fonte: MUNIZ, Palma, Op. cit., p. 93.

Verifica-se pelo quadro acima que em três núcleos — Santa Rosa, Couto de Magalhães e Núcleo Modelo — os estrangeiros superam os nacionais. No Núcleo de Santo Antonio de Maracanã há mais indígenas que "brasileiros". O maior grupo de imigrantes estrangeiros é o dos espanhóis. São 2.314 famílias, num total de 12.860 imigrantes nas diversas colônias

³⁴ MUNIZ, Palma, Op. cit., p. 93.

do Estado.

QUADRO 7

Famílias de Colonos por Nacionalidade em 1900

NACIONALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS	TOTAL
Brasileiros	1.610	9.275
Indígenas	41	205
Espanhóis	612	3.283
Portugueses	7	27
Alemães	1	4
Belgas	1	3
Italianos	12	63

Fonte: Recenseamento do Estado em 1900. In: MUNIZ, Palma.
Op.cit. p. 93.

Para dinamizar a introdução de colonos no Pará o Estado fez contrato com vários indivíduos que se responsabilizariam por tal tarefa. Esta iniciativa não logrou o êxito que se esperava. Acabaram sendo rescindidos os contratos por falta de cumprimento. Entre os contratantes estavam Emílio Adolpho de Castro Martins, Francisco Cepeda, William Brice e Júlio Benavides, que deveriam introduzir no Pará 38.000 imigrantes europeus, antilhanos e japoneses. Desses apenas os dois primeiros introduziriam alguns colosos entre 1886 e 1900, quando seus contratos foram suspensos e em seguida rescindidos pelo Governador Augusto Montenegro em 1902, devido trazerem mais ônus que benefícios ao Estado.

QUADRO 8

Imigrantes Introduzidos no Pará por
Emílio Martins e Francisco Cepeda

ANO DA INTRO- DUÇÃO	TOTAL	I D A D E S					RECUSADOS	CONTRATANTES
		Maiores de 45 anos	De 45 a 12 anos	Maiores de 12 até 7 anos	Menores de 7 a 3 anos	Menores de 3 anos	Pela Admi- nistração	
1896	1.916	13	1.317	200	192	191	3	E. Martins
	979	27	722	100	68	56	6	F. Cepeda
1897	1.848	31	1.375	141	126	158	17	E. Martins
	1.098	15	860	106	82	135	0	F. Cepeda
1895	2.166	45	1.462	219	215	183	42	E. Martins
	876	23	577	96	77	90	13	F. Cepeda
1899	1.032	5	826	62	61	71	7	E. Martins
	798	5	614	60	53	65	1	F. Cepeda
1960	1.560	5	1.281	115	101	82	76	E. Martins
	856	20	612	66	53	77	28	F. Cepeda
	13.329	189	9.646	1.165	1.028	1.108	103	

Fonte: PALMA MUNIZ. Relatório de 1902.

QUADRO 9

Imigrantes introduzidos no Pará por Emílio Martins
e Francisco Cepeda

Estado Civil/Profissões

ANO	ESTADO CIVIL		PROFISSÃO			CONTRATANTES
	Solteiros	Constitu- indo famí- lias	Lavradores	Outras	Sem pro- fissão	
1896	248	1.665	387	47	1.479	E. Martins
	643	330	799	43	131	F. Cepeda
1897	509	1.322	480	181	1.170	E. Martins
	249	949	1.081	82	35	F. Cepeda
1898	448	1.676	699	232	1.193	E. Martins.
	153	710	800	57	6	F. Cepeda
1899	285	640	433	27	265	E. Martins
	282	515	772	7	18	F. Cepeda
1900	538	1.046	754	59	771	E. Martins
	263	565	161	161	39	F. Cepeda
TOTAL	3.718	9.418	6.833	896	5.407	

Fonte: PALMA MUNIZ. Relatório de 1902.

Desse grupo pouco mais de 51,26% de lavradores, como exigido no contrato. Expressivo era, portanto, o número dos "sem profissão", 42%, ao lado de 6,7 de "outras". Aliás, esta seria uma constante entre os colonos que se estabeleceram no Estado. A população economicamente ativa era de 76%, considerando os maiores de 45 anos e os de 12 a 45 anos, o que significa que cedo começava o trabalho, em torno de 12 anos.

Além desses colonos, cerca de 8.000 nordestinos, entre

1899 e 1900 chegaram ao Pará, a maioria dos quais ficaria ao longo da Estrada de Ferro de Bragança nos núcleos coloniais, e alguns prosseguiriam viagem para Manaus e Acre³⁵.

O Estado do Pará enfrenta dificuldades financeiras no início do século. As colônias não apresentam o rendimento esperado. As despesas para mantê-las são grandes. Augusto Montenegro, Governador do Estado, por Decreto de 21 de abril de 1902, emancipa vários núcleos coloniais da bragantina. Paralizados os serviços à colonização patrocinados pelo Estado, grande número de colonos abandonou seus lotes. Palma Muniz afirma que o *"êxodo era importante, principalmente por parte das famílias estrangeiras"*³⁶ de tal sorte que o governo para minimizar seus efeitos, impedindo o despovoamento das colônias, concede lotes gratuitos à famílias de brasileiros desde que ali permanecessem por um período mínimo de dois anos. Apesar desta providência, Montenegro, em outubro de 1902, emancipa todas as colônias do Estado, cessando, assim, todo o serviço oficial de imigração estrangeira. Considerava Augusto Montenegro um erro o modo pelo qual se processou a imigração estrangeira no Pará, dizendo que

"A imigração estrangeira, do modo por que foi tratada entre nós, constitui o maior dos erros de quem a iniciou, por meio de onerosíssimos contratos então assinados. Dela pouco resta e com certeza cada vez mais se apagarão os seus vestígios, ficando somente para atestá-las os enormes dispêndios do Tesouro"³⁷.

³⁵ MUNIZ, Palma. Op.cit.. p. 96.

³⁶ Idem. p. 99.

³⁷ Apud. CRUZ, Ernesto. Op.cit.. p. 83.

QUADRO 10

Núcleos Coloniais em 1902*

NÚCLEOS COLONIAS	Total dos Colonos	Colonos Nacionais	Colonos Es- trangeiros	Lotes Agrícolas
Santa Rosa	721	653	68	184
Ferreira Pena	482	346	134	96
José de Alençar	1.311	1.302	9	221
Inhangapi	890	889	1	143
Ianetana	535	521	14	138
Benjamin Constant	2.551	1.799	748	527
Anita Garibaldi	727	645	87	134
Jambu-Açu	1.980	1.425	555	377
Marapanim	925	821	110	158
Granja América	270	270	-	50
Sta. Rita do Caranã	139	139	-	22
Outeiro	68	38	30	14
Monte Alegre	532	331	201	100
Acará	181	181	-	30
TOTAL	11.312	9.360	1.960	2.194

Fonte: CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém, 1958, p. 82.

* Deixaram de ser incluídas 4 colônias por não terem enviado o Relatório.

Pelos contratantes, Cepeda e Martins, foram introduzidos, entre 1896 e 1900, 13.329 imigrantes, e ao serem emancipados as colônias só restaram 1.960 imigrantes estrangeiros, 14,7% em 14 colônias do Estado. Um número inexpressivo, num espaço de 6 anos, quando nenhum trabalho conseqüente de ocupação e produção da terra foi realizado.

Augusto Montenegro crê, como a maioria dos seus antecessores, que é eficaz o processo de colonização para um

bom desempenho agrícola. Nessa direção se empenha para, numa valorização do colono nacional, colocar o maior número de brasileiros, principalmente nordestinos, em novos núcleos que criaria às margens da Estrada de Ferro de Bragança. É, assim uma reorientação à colonização.

Considera, porém, insuficiente para o sucesso das colônias os favores até então concedidos pelo Estado. É preciso estimular a agricultura de diversas formas. O fomento dar-se-ia através de prêmios aos lavradores, criação de instituições modelares de agricultura, incentivo ao crédito, distribuição de sementes e implementos agrícolas, gratuidade dos lotes e beneficiamento de produtos da agricultura.

É bem verdade que não é um pioneiro neste procedimento. Já nos anos 60 do século XIX várias leis se fizeram neste sentido. Paes de Carvalho em 1898 preconizava medidas semelhantes. E depois de Montenegro há inúmeras leis e decretos nesta direção. Mas, o que de concreto se fez? Muito pouco pelo que é revelado nos documentos. Cria-se a Estação Experimental Augusto Montenegro para dar suporte técnico aos agricultores, além de sementes e instrumentos agrícolas. Em abril de 1907 funda-se a Estação de Igarapé—Açu e posteriormente a Estação de Agricultura Prática de Peixe-Boi. As escolas, estaduais ou isoladas, deveriam ministrar, obrigatoriamente, o ensino agrícola, com aulas técnicas e práticas. Pelos registros pouco se fez neste setor. Mas o Instituto Lauro Sodré dava orientação agrícola aos seus alunos, tendo sido criado nos terrenos ao fundo da instituição um Campo Experimental da Agricultura, pelo agrônomo norte-

americano C.F. Baker. E, no setor creditício atuou o Banco da Lavoura, o qual, segundo Luiz Cordeiro, auxiliava a lavoura³⁸.

Ainda é Augusto Montenegro que considera prioritária a ampliação e conclusão da Estrada de Ferro de Bragança para viabilizar o sucesso da implantação de colonos às suas margens e favorecer o escoamento dos produtos agrícolas coloniais. Mas, a crise gerada pela desvalorização cambial, num Estado cuja saúde financeira dependia da receita gerada pela entrada de divisas por conta da pauta de exportação de um só produto básico, impediram o sucesso deste e de outros itens do programa do governo. Por outro lado, às difficultades financeiras, somam-se as políticas, tal era o clima conflituoso, na capital e no interior, gerando intranquilidade social.

O fomento à agricultura foi além de precário, insuficiente e instável até 1920. De igual modo é o processo de colonização. Afinal os insumos para a agricultura no plano do governo estão imbricados ao programa de colonização.

Novos núcleos de colonização continuariam a ser criados na zona bragantina. A maioria deles é ocupado por nordestinos, principalmente cearenses. Novos contingentes de migrantes estão chegando a chamado de parentes já estabelecidos ou correndo da seca. Entre 1899 a 1900 cerca de

³⁸ CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará (seu comércio e indústrias, de 1921 a 1920). Belém, Tavares Cardoso, 1920. p. 132.

8.000 deles aportam no Pará, dos quais muitos ficaram nos núcleos coloniais e outros prosseguiram para o Amazonas e o Acre³⁹. De igual modo a "grande seca" de 1915 a 1916 estimulou outros nordestinos para o Pará, chegados entre agosto e junho de 1916, num total registrado de 18.255, sendo que destes 181 foram para o Acre e 909 para o Amazonas, dois regressaram ao nordeste e 17.163 permaneceram no Estado, dos quais 11.337 na zona da Estrada de Ferro de Bragança, segundo informações de Palma Muniz⁴⁰.

Cearenses	16.068
Riograndenses do Norte	1.691
Pernambucanos	262
Maranhenses	95
Paraybanos	26
Piauienses	14
Bahianos	12
Alagoanos	3
Diversos	76

Vê-se que, dos que ficaram no Pará, 5.826 imigrantes não se dirigiram para os núcleos coloniais, preferindo se engajarem em outras atividades das quais não foram encontrados registros.

De junho de 1919 a maio de 1920 chegaram a Belém 20.139 cearenses, sendo que 11.447 foram conduzidos à zona da Estrada de Ferro de Bragança com passagens doadas pelo

³⁹ MUNIZ, Palma. Op.cit. p. 96.

⁴⁰ Idem. p. 103.

governo estadual⁴¹, portanto, para as colônias.

Palma Muniz, levantando a entrada de imigrantes, nacionais e estrangeiros, no Pará, entre 1855 a 1916, revela que foram 74.363, número subestimado. É que o Estado não teve serviço oficial de imigração entre 1890 a 1895 e 1902 a 1915, quando expressivo número de nacionais entrou no Estado, que não foram, portanto, computados.

QUADRO 11

Imigrantes no Pará entre 1855 a 1916

ANO	NÚMERO
1855	262
1856	190
1866	80
1867	117
1871	18
1874	21
1875	180
1876	139
1877	800
1878	12.500
1879	278
1886	108
1889	3.480
1896	2.895
1897	3.046
1898	3.042
1899	9.830
1900	10.416
1901	5.956
1916	18.255
TOTAL	74.363

Fonte: MUNIZ, Palma, Op.cit. p. 107

⁴¹ SODRÉ, Lauro. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em sessão solene de abertura da 3a. reunião de sua 10a. Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo Governador—. Belém, Imprensa Oficial, 1920. p. 116.

O quadro revela que o período de maior incidência de imigrantes para o Pará é coincidente com as grandes secas, no NE: 1878, 1899, 1900 e 1916. Porém, considerando o conjunto do quadro, constatou-se que é justamente no período de maior valorização da borracha, depois de 1889, que há contingente expressivo de imigrantes e constante. Volume que se altera para mais nos piques das secas. É mais um indicativo de que não apenas a seca, mas toda a conjuntura regional, tornam o Pará, como toda a região, receptivo — um foco de atração — aos imigrantes. Aliás, Penteado, ao se referir à importância do ciclo da borracha para a colonização da região diz que

"Não deixa de chamar a atenção o fato de que as datas contidas no citado mapa* coincidem de maneira notável com o chamado "ciclo da borracha"⁴².

A produção da borracha não só exigiu maior volume de mão-de-obra para os seringais, mas que para o Pará fossem atraídos imigrantes para a produção agrícola nos núcleos coloniais a fim de abastecer Belém de gêneros alimentícios indispensáveis.

Para tanto o Estado fez gastos expressivos com terras, passagens e outros serviços para os imigrantes. Apenas com passagem e terra entre 1890 e 1916 o governo do Estado do Pará dispendeu 3.376:467\$478⁴³.

* Referência a um mapa elaborado pelo autor, v. p.92.

⁴² PENTEADO, Antonio Rocha. Op. cit. p. 119.

⁴³ MUNIZ, Palma. Op.cit. p. 108.

Convém apontar que Augusto Montenegro instituiu a gratuidade dos lotes agrícolas nos núcleos coloniais tendo sido distribuídos 2.464 títulos, correspondente a 2.114:613\$000, discriminados por ano entre 1903 e 1916.

QUADRO 12

Lotes Gratuitos nos Núcleos Coloniais

1903	1.012
1904	336
1905	364
1906	68
1907	67
1908	80
1909	149
1910	289
1911	48
1912	50
1913	42
1914	14
1915	24
1916	57

Fonte: MUNIZ, Palma. Op.cit. p.101-102

Considerando, porém, os títulos expedidos mediante compra e os gratuitos, o quadro assim se apresenta, até 1916, nos diversos núcleos coloniais do Pará.

QUADRO 13

Lotes Gratuitos e por Compra nos Núcleos Coloniais

N O C L E O S	Nº DE LOTES	TÍTULOS EXPEDIDOS								
		MONARCHIA Compra	R E P U B L I C A							
			L.SODRE compra	P.DE CARVA LHO compra	A.MONTENEGRO		J. COELHO		E. MARTINS	
					Compra	Gratuitos	Compra	Gratuitos	Compra	Gratuitos
Acarã	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alenquer	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Almoço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anhangá	500	-	-	-	-	155	-	-	-	-
Anita Garibaldi	403	-	-	-	-	218	-	10	-	-
Apehú	527	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Augusto Montenegro	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araripe	76	11	68	8	-	-	-	-	-	-
Benjamin Constant	559	-	-	-	-	285	-	21	-	-
Bom Gosto	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capanema	278	-	-	-	-	-	-	38	-	75
Castanhal	218	-	74	26	59	-	-	1	-	-
Couto de Magalhães	44	-	-	-	-	10	-	3	-	-
Cupijó	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de Curuçá	77	-	-	-	3	20	-	-	-	-
Ferreira Penna	218	-	-	-	-	26	-	-	-	-
Granja Américo	92	-	-	-	-	81	-	5	-	-
Ianetama	213	-	-	-	-	118	-	62	-	-
Inhangapi	164	-	-	-	1	125	-	1	-	-
Itacema	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itacayuna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itauajury	147	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Jambu-Assu	500	-	-	3	14	318	-	18	-	-
José de Alencar	218	-	-	1	-	203	-	3	-	-
Marapanim	307	-	-	6	-	167	-	8	-	-
Monsarás	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outeiro	14	-	-	-	6	8	-	-	-	-
Pedro Teixeira	500	-	-	-	-	-	-	-	-	31
Pinheiro	232	60	-	45	7	1	-	1	-	-
Ramal de Salinas	80	-	-	69	5	-	-	-	-	-
Salvaterra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Antonio do Prata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Izabel de Benevides	672	188	101	72	47	-	-	-	-	-
Sta. Rita do Caraná	25	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Santa Rosa	223	-	-	-	2	80	-	4	-	-
São Luiz	1.000	-	-	-	-	-	-	364	-	8
Tentugal	280	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Val-de-Cans	107	-	-	-	-	-	-	-	60	-

Fonte: MUNIZ, Palma. Op. cit. p. 105.

A exportação dos núcleos coloniais do Estado do Pará, nos anos de 1910 a 1916, foi não somente de produtos agrícolas, mas de produtos extrativos, como tradicionalmente: borracha, óleos, cumaru, cipó e madeira são alguns dos produ^{to}s. A colônia de Alenquer quanto a produtos agrícolas só exportou feijão, milho, cacau e tabaco e um subproduto — a cachaça. E, na bragantina, o principal gênero é a farinha de mandioca, 14.581.753 kg.

O povoamento da bragantina através da colonização, com o fim de prover Belém de produtos agrícolas essenciais, não surte efeitos eficazes para os graves problemas do abasteci^{me}nto da capital que não eram diferentes dos do interior.

Alertava Paes de Carvalho para o estado de carência alimentar de Belém, onde faltava desde a carne à farinha de mandioca. Sugeriu que mediante subsídios do Estado fosse importada carne do Rio Grande do Sul e denunciava em 1900.

"Ainda não teve uma satisfactória solução a questão da alimentação pública d'esta Capital. Em quasi todo o interior do Estado essa falta também se faz sentir, de sorte que podemos assignalar a anormalidade de vivermos em um paiz rico e atravessarmos uma epocha de prosperidade relativa em uma luta com o magno problema de boa subsistência para uma população laboriosa e em constante augmento"⁴⁴.

⁴⁴ CARVALHO, Dr. José Paes de. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. — Governador do Estado; em 5.2.1900, apresentando a proposta do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém, Pyp.do Diário Official, 1900.p. 21.

QUADRO 14
Exportação da Zona da Estrada de Ferro de Bragança

GENÉROS		1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916 1º Semestre
Algodão	kg	-	-	-	6.701	800	15.959	6.209
Alcool	lit.	-	-	-	20.249	7.001	80.511	81.967
Arroz	kg	-	90.308	79.769	117.916	413.540	1.032.804	522.885
Animais	um	5.817	2.658	963	223	213	193	44
Aves	bico	36.076	39.867	31.259	35.534	25.198	16.250	7.751
Borracha	kg	-	1.090	394	390	-	90	-
Cachaça	lit.	2.023.500	1.930.978	2.521.900	1.136.162	510.219	718.615	396.562
Camarão	kg	-	-	-	950	-	188	-
Cebo	kg	-	-	-	-	-	-	-93
Cipô	kg	210	-	-	3.020	480	365	-
Farelo	kg	-	-	-	-	-	32.812	19.250
Farinha	kg	14.581.753	13.551.366	8.269.775	8.419.808	8.218.177	11.328.504	8.738.996
Feijão	kg	10.155	9.263	25.572	274.811	318.951	204.770	26.781
Frutas	kg	480.000	471.230	551.798	532.267	598.998	519.350	203.001
Madeiras	ton.	31.728	27.540	28.620	25.460	28.550	26.360	-
Milho	kg	1.830.751	1.687.110	2.494.986	2.479.603	1.823.283	3.699.353	2.067.941
Peixe	kg	-	-	-	1.090	-	50	102
Peles	kg	680	677	375	5.695	21.903	44.779	33.415
Rapadura	kg	-	-	-	70.581	105.822	167.694	77.592
Tabaco	kg	442.000	456.101	453.436	303.668	117.585	191.743	112.485
Tapioca	kg	142.635	132.901	137.005	128.093	147.564	145.921	60.552

Fonte: MUNIZ, Palma, op.cit. p. 106.

QUADRO 15

Gêneros Exportados de 1912 a 1916 do Núcleo
Colonial de Alenquer

GÊNEROS	UNIDADE	1912	1913	1914	1915	1916 1º Sem.
Borracha	Kilogr.	18.655	8.000	18.000	7.865	8.015
Cumaru	"	115.626	12.618	43.308	4.500	580
Castanha	Hectl.	16.637	200	8.930	5.521	6.000
Cacau	Kilogr.	4.300	3.800	5.032	5.600	6.600
Cachaça	Litro	9.960	2.520	-	2.064	1.392
C.de Veado	Um	1.085	925	1.301	813	538
Feijão	Kilogr.	7.060	930	4.676	3.000	2.600
Milho	Litro	85.623	125.200	165.320	179.360	205.061
Óleo de Copahyba	Litro	2.115	1.610	1.511	3.600	3.960
Tabaco	Kilogr.	-	109	536	800	113

Fonte: MUNIZ, Palma. Op.cit., p. 107.

O quadro que se configura em 1900 não é diferente nos anos seguintes até 1920, apesar de se formarem novos núcleos coloniais na bragantina. Mas, a fixação dos colonos nos núcleos era precária e inconstante, tanto dos nacionais quanto dos estrangeiros, principalmente destes últimos. Os remanescentes dos estrangeiros são poucos nas colônias entre 1910 e 1920. Só no núcleo colonial de Benjamin Constant é que subsistiram alguns estrangeiros. Mais uma vez o modelo de colonização do governo — com colônias mistas — se mostrava inoperante, e, mais que isso, desaparece. Muitos nacionais também vão, pouco a pouco, abandonando a bragantina. A decadência da exportação da borracha os atingiu. Alguns se deslocam para Belém, outros regressam ao nordeste. Seguindo a pé de Bragança e Benjamin Constant levadas de nordestinos chegam ao Maranhão. De todo modo há os que permanecem e há nova leva de nordestinos, como já referido, que se dirigem para a zona colonial às margens da Estrada de Ferro de Bragança, como em 1916 e 1919.

QUADRO 16

Imigrantes Nacionais e Estrangeiros
nos Núcleos Coloniais do Pará*

COLÔNIAS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	
Jambu-Açu	1980	espanhóis	647
		portugueses	23
Monte Alegre	532	espanhóis	248
Benjamin Constant	2.551	espanhóis	256
Marapnim	925	espanhóis	405
		portugueses	19
José de Alencar	2.347	espanhóis	13
Santa Rosa	721	espanhóis	624
		alemães	4
Ferreira Pena	482	espanhóis	145
Anita Garibaldi	746	espanhóis	131
		belgas	3
		italianos	37
		americanos	5
		cubanos	16
Ianetama	602	espanhóis	32
		italianos	14
Couto de Magalhães	33	espanhóis	57
Núcleo Modelo (Outeiro)	68	espanhóis	25
		portugueses	5
		italianos	7
Benevides	8.000	espanhóis	33
		franceses	106
		portugueses	1
		belgas	14
		italianos	35
		ingleses	3
		americanos	1
		suíços	4
		prussianos	1
		argentinos	2
Inhangapi	890	italianos	184
		suecos	1
Santarém	278	ingleses	18
		americanos	267
Salvaterra	226	-	
Sto. Antonio de Maracanã	113	-	
Granja Américo	270	-	
Óbidos	232	-	
Acará	204	-	
Sta. Rita de Caranã	139	-	
	21.339		4.117

Fonte: CRUZ, Ernesto. Op.cit. p.165 a 168.

* Os dados são incompletos visto que alguns núcleos coloniais não constaram da estatística.

QUADRO 17

Colonos por Nacionalidade nos Núcleos

Coloniais do Pará

COLONOS	TOTAL
Espanhóis	3.316
Franceses	106
Portugueses	63
Alemães	15
Belgas	17
Italianos	282
Ingleses	21
Americanos	273
Cubanos	16
Suiços	4
Prussianos	1
Argentinos	2
Suecos	1
Brasileiros	21.339

Fonte: CRUZ, Ernesto, op.cit., p.168

Dos estrangeiros há predominância dos espanhóis, sendo que só em Jambu-Açu somam 647. São ao todo 3.316 espanhóis para 4.117 estrangeiros ou 80,5%. Não é um caso singular no contexto da imigração estrangeira para o Brasil à época — período entre 1903 e 1913 — como demonstra Douglas B. Graham.

"... portugueses e espanhóis tomaram o lugar dos italianos como principal fonte sul-européia de imigração para o Brasil, representando aproximadamente 60% do total acumulado que entrou no país entre 1903 e 1913"⁴⁵.

No caso paraense, entretanto, os imigrantes portugueses, ao contrário do que ocorre no sudeste, são muito poucos, inexpressivos mesmo nos núcleos coloniais. Somam 63 ou 1,5% dos imigrantes nos diversos núcleos. Já na cidade de Belém, e nas principais cidades do interior, como Santarém, estão ativamente engajados — tradicionalmente — às atividades do comércio.

Os americanos ficariam em Santarém, salvo algumas exceções. Para aí foram confederados no século passado fugindo aos reveses da guerra no seu país de origem, formando em Santarém uma colônia.

Imigrantes italianos deveriam ter vindo em quantidade maior para os núcleos coloniais por força de contrato. Mário Cataruzza assinou contrato com o governo pelo qual comprometia-se a introduzir 200 famílias italianas. Para abrigá-las criou-se o Núcleo Anita Garibaldi, mas o contratante só introduziu 19 famílias. O governo rescindiu o contrato⁴⁶. Assim nos diversos núcleos estiveram apenas 282 italianos, ou 6,8%.

⁴⁵ GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro. In: Estudos Econômicos, vol. 3, nº 1. São Paulo, IPE-USP, abril 1973. p. 44.

⁴⁶ MUNIZ, Palma. Op.cit., p. 86.

Os brasileiros, maciçamente nordestinos, são 21.339, 83,8% do total. Estão distribuídos por todos os núcleos ma joritariamente, exceto no Santa Rosa. E, exclusivamente, em cinco outros: Santarém, Santo Antonio de Maracanã, Granja América, Óbidos, Acará e Santa Rita de Caranã.

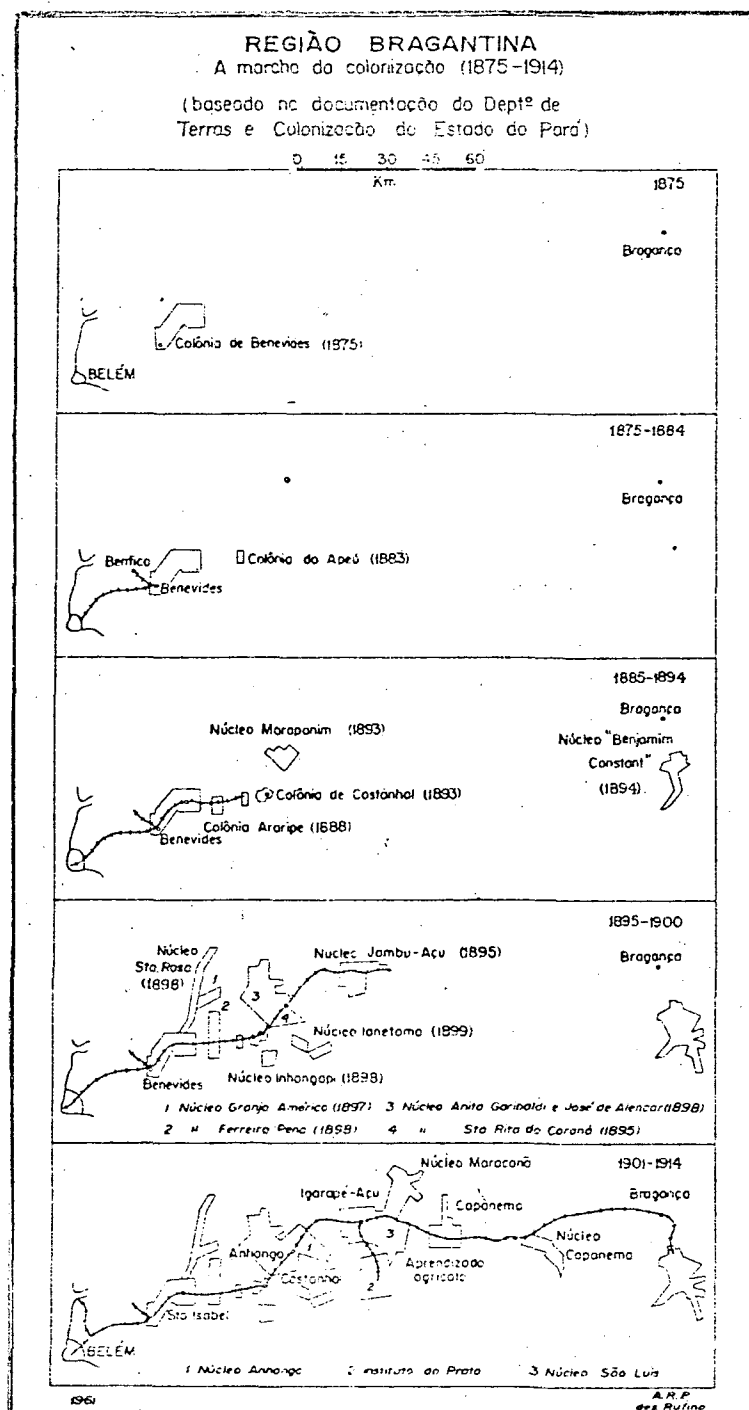
A partir do início da segunda metade do século XIX cons tantemente se reitera a necessidade da criação de colônias no Estado. Mas, o caminho percorrido pela colonização no Pará foi não apenas lento, como sujeito às variações legais e as impostas pelas circunstâncias históricas.

Da primeira colônia, a de Benevides, em 1875, de vida efêmera com colonos estrangeiros — ressurgiria com nacionais — até 1883, apenas mais uma colônia foi estabelecida, a de Apeú, com açorianos que se recusaram sequer a descer do trem, por não haver a menor infra-estrutura. De fato nunca exis tiu. Mais duas entre 1885 e 1894, Castanhal e Araripe, e dois núcleos, ambos sem comunicação por via férrea, o núcleo de Marapanim e o de Benjamin Constant às proximidades de Bra gança.

Há aceleração do processo nos últimos cinco anos do século XIX. Santa Rosa, Jambu-Açu, Ianetama, Inhangapi, Granja Américo, Anita Garibaldi, José de Alencar, Ferreira Pe na, Santa Rita de Caranã. Nos anos seguintes, entre 1901 e 1914, novos núcleos e colônias: Santa Izabel, Anhangá, Iga rapê-Açu, Maracanã, Capanema, Instituto do Prata, São Luiz, além do Aprendizado Agrícola.

A lentidão da implantação de colônias ao longo da re

Mapa 1



Fonte: PENTEADO. Op. cit. p. 113.

gião bragantina — entre Belém e Bragança — acompanhou a morosidade da construção da Estrada de Ferro de Bragança. Construída por particulares sob a bandeira da imigração/colonização estrangeira, logo seus construtores descomprometiam-se a colocar colonos às suas margens. Que outros o fizessem. Tudo com o beneplácito do governo. Só em 1883 era colocado o primeiro trilho. Em 1889 era inaugurada. Festejava-se a primeira estrada de ferro da Amazônia com a alforria de 30 escravos. E, pouco a pouco, vai sendo povoada a partir da criação de colônias e vai se ampliando até alcançar a cidade de Bragança — o fim da linha. Deficitária quase sempre, tinha enorme dívida para com os banqueiros Seligman Brothers de Londres. Os produtos e passageiros da bragantina foram insuficientes para torná-la rentável. Mas a borracha era capaz de arcar com todos os prejuízos. De todo modo facilitou a comunicação e escoamento da produção da bragantina para Belém. Fica evidente que, à medida que se amplia a estrada novos núcleos coloniais surgem. Daí não se deve inferir que a colonização deveu-se exclusivamente à estrada. Seca no nordeste, aumento da produção da borracha, carência alimentar de Belém induzem à colonização na área.

A imigração para o Pará resultou mais da iniciativa dos próprios imigrantes — espontânea portanto — do que das medidas tomadas pelo Estado para dirigi-la. De modo geral as iniciativas oficiais revelaram-se inócuas para implantar os modelos desenhados. E a colonização, seja no Baixo-Amazonas — Santarém, Alenquer, Óbidos, Monte-Alegre — seja na Bragantina, resultaram de situações concretas, inimaginadas

QUADRO 18

Movimento Financeiro da Estrada de Ferro de Bragança

(em cruzeiro velho)

ANOS	RECEITA	DESPESA	DÉFICITS	SALDO
1909	786.816,10	1.401.206,78	614.390,67	
1910	1.010.371,40	1.587.876,05	577.504,65	
1911	1.019.852,82	2.042.075,55	1.022.222,72	
1912	861.087,17	2.152.486,88	1.291.399,73	
1913	846.144,32	1.816.327,37	970.183,05	
1914	572.022,35	1.532.214,55	960.192,20	
1915	964.851,73	1.183.010,54	218.158,81	
1916	1.387.608,40	1.346.309,28		41.299,11
1917	1.393.159,28	1.278.938,20		114.221,08
1918	1.450.582,92	1.289.266,21		161.316,71
1919	1.428.700,79	1.316.640,71		112.060,08
1920	1.387.754,89	1.225.079,84		162.675,05

Fonte: CRUZ, Ernesto. A Estrada de Ferro de Bragança, visão social, econômica e política. Belém, SPVEA/Falângola, 1955, p. 101.

pelo Estado, o qual diante delas, toma medidas para enfren-
tá-las. Todavia, medidas que não consultaram, o mais das
vezes, a realidade amazônica, mas tão somente foram cópias
mal feitas do que se propunha no sudeste e no sul. Daí não se
conseguir sequer a diversificação efetiva e permanente da
economia. Ou, ao menos fornecer alimento suficiente para a
bastecer as próprias colônias e a capital.

3 O PERFIL DA POPULAÇÃO

"Tudo é instável e todos se querem retirar com bolsos recheiados, embora o façam quasi sempre com elles vazios...

Os próprios filhos da terra sô pensam ter alguma coisa para se retirarem"¹.

O quadro desenhado por Luiz Cordeiro no início dos anos vinte inscreve-se no amplo espectro da perplexidade, da desorientação da população e do Estado, diante da crescente crise conseqüente à queda da exportação. Crise que atinge, inexoravelmente, toda a sociedade paraense e amazônica. E é o climax de uma situação cujas raízes estão fincadas na dependência estrutural desta sociedade.

Há, desde o início da produção gomífera em larga escala, visando ao atendimento do capitalismo industrial, a preocupação de superar quaisquer entraves à satisfação da demanda. Entre as dificuldades a transpor está a da mão-de-obra insuficiente que é suprida na medida em que abre claros nos setores tradicionais da economia, e com os contingentes nordestinos que chegam ao Pará. Busca-se, por sua vez, preencher tais claros, principalmente os da agricultura voltada ao abastecimento de Belém, lançando mão da imigração e colonização estrangeira às proximidades da capital². As relações sociais da produção se alteram. O perfil da população se adapta aos novos tempos, ao gosto dos que determinam a nova

¹ CORDEIRO, Luiz. Op.cit. p. 250.

² V. capítulo anterior.

ordem econômica.

A população paraense é crescente no período, mas não por expressiva contribuição de estrangeiros como se pretendia. Nunca é mais do que 2,3% o percentual de estrangeiros no conjunto da população. E a participação decresce rapidamente, à exceção de 1920, sobe, mas sem atingir o índice de 1872.

TABELA 8
População do Pará, 1872-1920

ANOS	TOTAL	BRASILEIROS	%	ESTRANGEIROS	%
1872	275.237	269.260	97,6	6.557	2,3
1890	328.455	324.416	98,7	4.039	1,2
1900	445.356	440.892	99,0	2.201	0,5
1920	983.507	960.859	97,7	22.089	2,2

Fonte: Censos demográficos

Douglas Graham & Sérgio Buarque de Holanda Filho³ fizeram estimativas de saldos migratórios líquidos, intercensitários. Para o Pará, o saldo migratório de estrangeiros é de +17,9 em 1.000 no período intercensitário 1900-1920. Nos períodos intercensitários anteriores é sempre negativo. De 1872-1920 é -57 e 1890-900 atinge -197 em 1.000.

Essa população estrangeira pelo censo de 1920* está

³ GRAHAM, Douglas & BUARQUE, Sérgio de Holanda Filho. Op.cit. p. 106.

* Não há dados que permitam estender a análise para os censos anteriores.

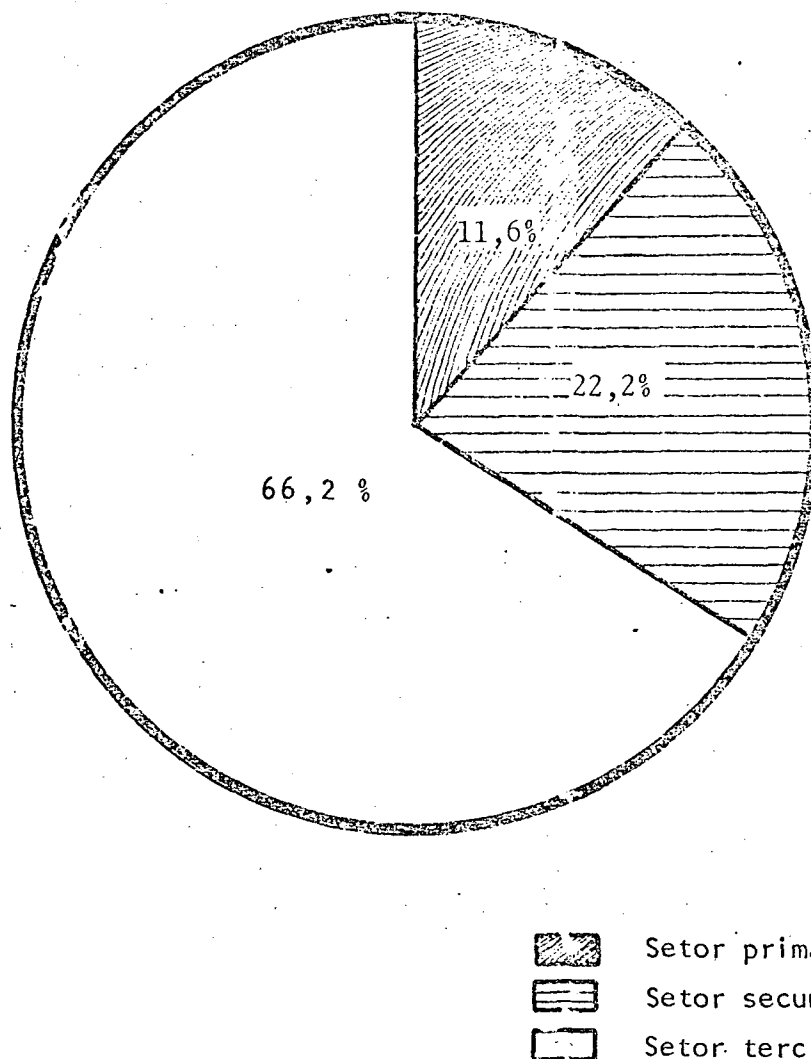
distribuída pelos diversos setores de atividades econômicas, tanto em Belém como no interior do Pará.

Convém anotar que mais da metade dos estrangeiros, correspondendo a 66,2%, está concentrada no setor terciário. São os banqueiros, os proprietários das casas exportadoras, alguns industriais, técnicos dos grandes empreendimentos públicos, e setor de transportes. Aquele percentual se reduz substancialmente nos setores secundário e primário, 22,2% e 11,6%, respectivamente. O que confirma as observações feitas ao longo do capítulo 2, quanto à falência da vinda de imigrantes estrangeiros, como colonos, ou não, para o setor agrícola. É tal o desânimo do Governador Augusto Montenegro, mais do que isso, o descrédito que vota à imigração e colonização feita pelo Estado até então, que determina a suspensão deste serviço em termos oficiais a partir de 1902*. Assim, os estrangeiros que a partir daí entram no Pará, qualquer que sejam as razões, e fazem sem a interferência do Estado. No setor primário o maior contingente é o do setor agrícola, e, em menor percentual, os que se dedicam à criação, caça e pesca e outros. No setor secundário se entregam às atividades da construção civil, metalúrgica, alimentação, entre outras.

Para Belém o quadro é semelhante, isto é, o maior percentual de estrangeiros está no setor terciário. Cai a participação no setor primário que fica em 7,3% e aumenta o se

* V. p. 75.

GRÁFICO 1
Distribuição da População Estrangeira no Pará por Setores de
Atividade Econômica
1920

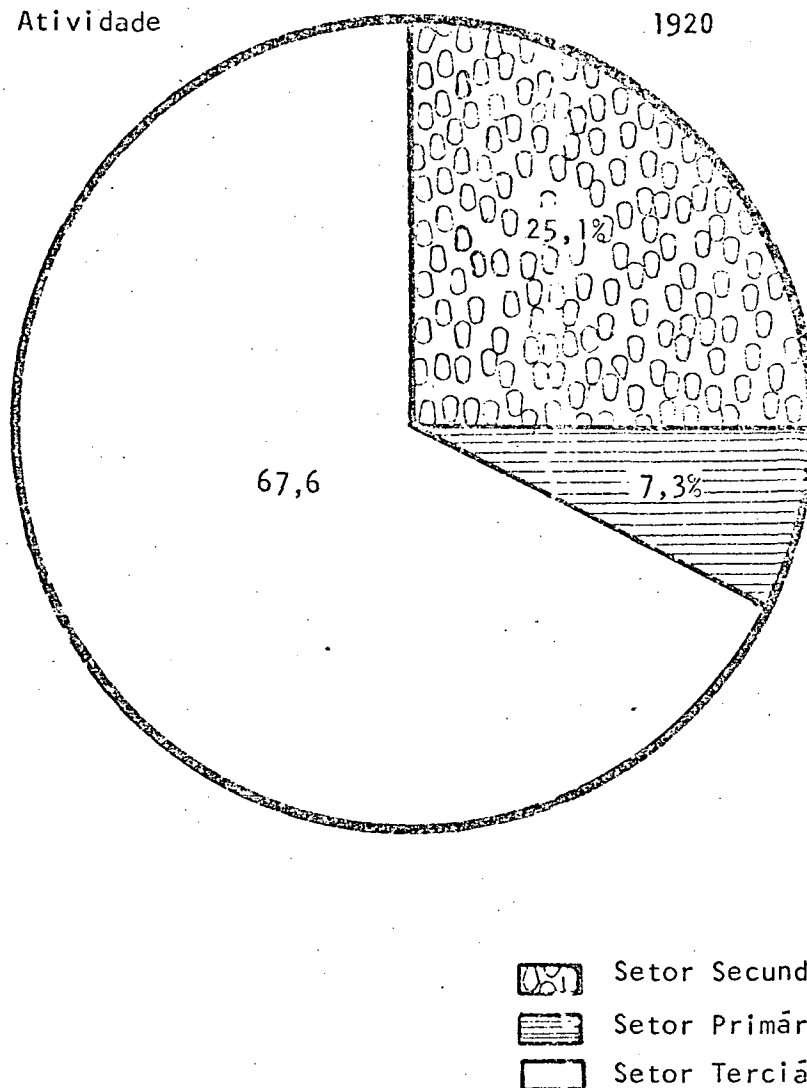


tor secundário para 25,1%, o que é esperado, visto que as atividades primárias, como as da agricultura, se dão mais no interior que nas cidades.

Considerando a PEA, masculina e feminina, entre os estrangeiros, tanto na capital como no Estado integralmente, constata-se o que é a norma para a sociedade da época. As mulheres têm uma participação muito pequena como força de

GRÁFICO 2

Participação da População Estrangeira em Belém por Setores de Atividade



trabalho, sobretudo no setor primário, onde só 2,1% estão inseridas, coincidentemente em Belém e no total do Pará, contra 97,9% de homens.

No setor secundário estão alocados 82,5% de homens e 17,5% de mulheres em Belém. Para todo o Pará neste setor há 83,4% homens para 16,5% de mulheres. Por outro lado, há mais mulheres engajadas neste setor em Belém que em todo o Pará, cerca de +1%. Já no setor terciário a participação

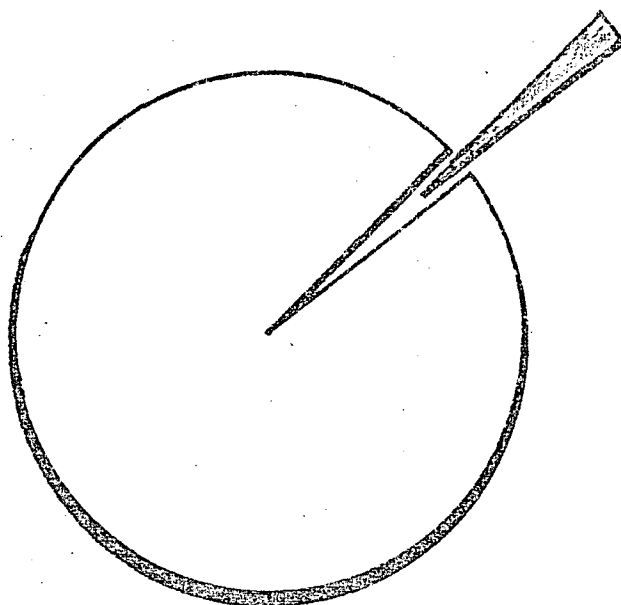
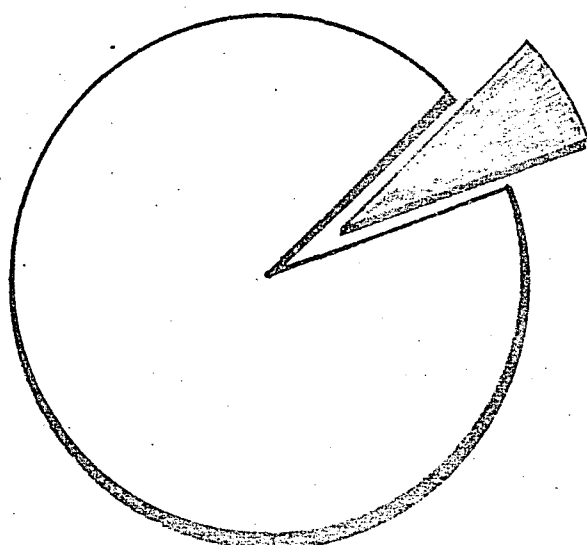
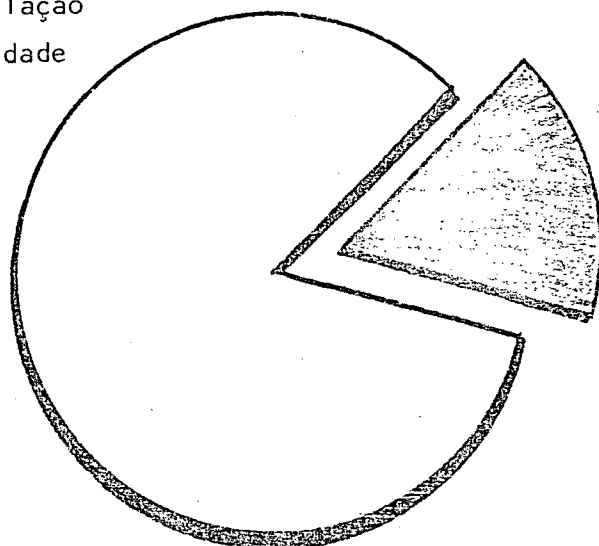
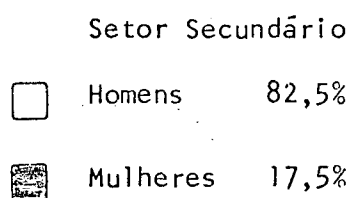
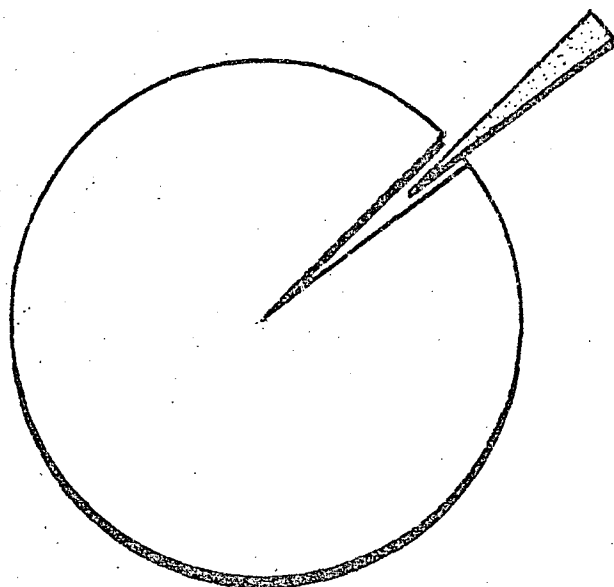


GRÁFICO 3

Participação Masculina e Feminina da População Estrangeira em Belém por Setores de Atividade Econômica — 1920.





Setor Primário

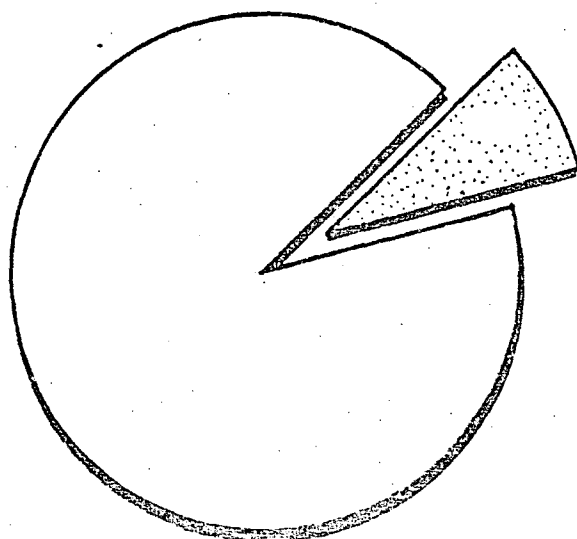
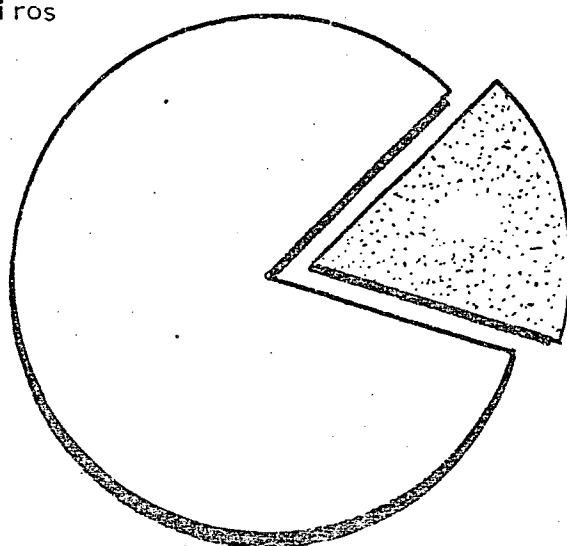
<input type="checkbox"/>	Homens	97,9%
<input checked="" type="checkbox"/>	Mulheres	2,1%

GRÁFICO 4

Participação Masculina e Feminina por Setores de
Atividade Econômica. População de Estrangeiros
Residente no Estado do Pará — 1920

Setor Secundário

<input type="checkbox"/>	Homens	83,4%
<input checked="" type="checkbox"/>	Mulheres	16,6%



Setor Terciário

<input type="checkbox"/>	Homens	92,8%
<input checked="" type="checkbox"/>	Mulheres	7,2%

das mulheres é de 8,3% em Belém e 7,2% no total, enquanto a masculina fica, respectivamente, em torno de 91,7% e 92,8%. O setor que tem maior percentual de participação feminina é o secundário.

Analisando-se a estrutura etária da população paraense constata-se que é uma população jovem. Os grupos etários de 39 a zero anos compreendem mais que 53% da população nos diversos anos dos censos. Em 1872 é de 54,1%, aumentando ligeiramente em 1900 quando é de 55,6%, para reduzir-se em 1920 com um percentual de 53,8%. Portanto, metade da população é constituída de jovens.

A população economicamente ativa foi considerada a que se insere na faixa etária dos 10 aos 69 anos, contrariamente ao que preconiza o censo de 1970 que a determina dos 15 aos 70 anos. Justifica-se a incorporação de menores nos cálculos da PEA dado que na região amazônica, área de intenso extrativismo e agricultura de subsistência, de modo geral, cedo se começa a trabalhar.

Tanto que de igual modo se procedeu para se determinar a taxa de dependência econômica da população paraense no mesmo período.

Assim, em 1872 a PEA é constituída de 65,3% em 1872; sobe ligeiramente em 1890 para 66,9% e em 1920, altera-se bastante para mais (talvez devido à superestimativa do censo) para 70,6%, ainda mais considerando que já se está em plena crise da borracha levando ao desemprego.

TABELA 9
Estrutura Etária da População Paraense
1872

GRUPOS DE IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
0-4	27.060	19,0	22.048	16,7	49.108	17,9
5-9	21.403	15,0	19.479	14,7	40.882	14,9
10-14	15.981	11,2	15.090	11,4	31.071	11,3
15-29	42.611	30,0	43.165	32,5	85.776	31,2
30-39	14.173	9,9	13.352	10,1	27.525	10,0
40-49	9.299	6,5	8.636	6,5	17.935	6,5
50-59	5.787	4,1	5.270	4,0	11.057	4,0
60-69	3.264	2,3	2.976	2,2	6.240	2,3
70-79	1.641	1,2	1.517	1,1	3.158	1,1
80 e mais	1.208	0,8	1.102	0,8	2.310	0,8
TOTAL	142.427	100,0	132.635	100,0	275.062	100,0
Idade ignorada	70	-	105	-	175	-

Fonte: Sinopse do recenseamento de 1920.

TABELA 10

Estrutura Etária da População Paraense, 1900

GRUPO DE IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
0-4	37.417	16,4	35.109	16,3	72.526	16,3
5-9	36.271	15,9	32.928	15,2	69.199	15,6
10-14	27.031	11,9	25.085	11,6	52.116	11,8
15-29	68.680	30,3	67.153	31,0	135.833	30,6
30-39	26.983	11,9	25.445	11,8	52.430	11,9
40-49	16.142	7,1	15.180	7,0	31.322	7,0
50-59	8.437	3,7	8.273	3,9	16.710	3,8
60-69	3.980	1,7	4.104	1,9	8.084	1,8
70-79	1.618	0,7	1.917	0,9	3.535	0,8
80 e mais	951	0,4	1.123	0,4	2.074	0,4
TOTAL	227.512	100,0	216.317	100,0	443.829	100,0
Idade ignorada	959	-	568	-	1.527	-

Fonte: Sinopse do recenseamento de 1920.

Havia em 1872 53 pessoas na idade de dependência econômica para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa. Nos anos de 1900 e 1920 este índice cae, havendo, respectivamente, 49,6 e 41,6 dependentes econômicos para cada 100 indivíduos. Ora, se a dependência diminue, supõe-se que haja diminuído a natalidade, ou por outro lado, um aumento da mortalidade infantil. Nesta pesquisa apenas se constata o fenômeno dado a indigência dos dados não permitir, no momento, dirimir os motivos da ocorrência.

TABELA 11
Estrutura Etária da População Paraense, 1920

GRUPO DE IDADE	HOMENS n	%	MULHERES n	%	TOTAL n	%
0-4	68.341	13,6	66.512	13,9	134.853	13,7
9-9	73.105	14,6	69.515	14,5	142.620	14,5
10-14	64.890	12,9	60.242	12,6	125.132	12,7
15-29	148.942	29,7	151.671	31,6	300.613	30,6
30-39	67.061	13,4	58.917	12,3	125.978	12,9
40-49	43.042	8,6	36.086	7,5	79.128	8,1
50-59	21.114	4,2	19.837	4,1	40.951	4,2
60-69	10.187	2,0	10.720	2,2	20.907	2,1
70-79	3.377	0,7	4.355	0,9	7.732	0,8
80 e mais	11.439	0,3	2.134	0,4	13.573	0,4
TOTAL	501.498	100,0	479.989	100,0	981.487	100,0
Idade ignorada	1.189	-	831	-	2.020	-

Fonte: Sinopse do recenseamento de 1920.

TABELA 12
Taxa de Dependência Econômica da
População Paraense, 1872-1920

ANOS	POPULAÇÃO			Taxa de Dependência Econômica (D/100)
	0-9 anos	10-69 anos	70 anos e +	
1872	89.990	179.604	5.468	53,1%
1900	141.725	296.495	5.609	49,6%
1920	277.473	692.709	11.305	41,6%

Fonte: Sinopse do recenseamento de 1920.

Convém anotar que alguns dados da produção e da exportação fornecem subsídios importantes — ainda que numericamente insuficientes — para o conhecimento da divisão social do trabalho no Pará, já que os censos anteriores a 1920 não possuem tais informações.

A produção e exportação da borracha é crescente, como é possível observar nos dados que seguem:

QUADRO 19
Produção da Borracha

ANOS	TONELADAS	VALOR/CONTOS
1872-73	3.738	6.418
1890-91	7.304	19.067
1900-01	9.466	49.632

Fonte: CORDEIRO, Luiz. Op.cit. p. 263.

Era uma produção que se espraiava por todo o Pará. Raro, muito raro, era o município onde não se produzia a borracha. Das ilhas — às proximidades de Belém — ao Baixo Amazonas, do Xingu ao Marajó, por todo canto a "hevea brasiliensis" é procurada e o seu látex exportado para os grandes centros consumidores europeus e americanos.

Em 1906 a Amazônia exportou 14.840.000 de libras de borracha, sendo que destas o Pará foi responsável por ... 5.259.000 de libras, tendo os lugares abaixo uma parte neste mister (em contos de reis)⁴

Abaeté	630	Faro	319
Acará	332	Gurupá	860
Afuá	905	Igarapê-Assu	485
Alenquer	770	Igarapê-Miry	598
Almeirim	240	Irituia	347
Altamira	840	Itaituba	1.281
Anajás	1.070	Juruty	146
Aveiro	310	Macapá	838
Bagre	354	Marabá	283
Baião	518	Maracanã	328
Bragança	1.635	Marapanim	263
Breves	1.590	Mazagão	816
Belém	58.941*	Melgaço	698
Cachoeira	940	Mocajuba	415
Cametá	1.570	Moju	355
Chaves	1.037	Monte Alegre	524
Conc.do Araguaia	480	Montenegro	190
Curralinho	572	Muaná	402
Curuçá	286	Óbidos	1.189

⁴ Idem. p. 194

* O alto valor não significa que Belém seja o maior produtor, mas o centro exportador devido seu porto.

Ourém	251	São Caetano	217
Ponta de Pedras	280	São Domingos	308
Portel	651	São João do Araguaia	269
Porto de Móz	114	São Miguel do Guamã	476
Praíha	199	São S. da Boa Vista	195
Quatipuru	392	Soure	858
Salinas	265	Souzel	698
Santarém	1.239	Vigia	372
		Vizeu	264

Produzia ainda o Pará arroz, algodão, açúcar, andiroba, castanha-do-pará, cravo, cumaru, cachaça, farinha de mandioca, guaraná, cacau, tabaco, urucu, milho, copaíba, algodão, madeira e vários outros produtos, sendo grande parte produção extrativista mais que agrícola ou industrial. Em 1918 havia na capital

"... 175 estabelecimentos fabris situados na capital, ocupando 2.242 operários que percebiam anualmente 2.491 contos de salários"⁵.

Pelo número de operários vê-se que eram pequenas indústrias. Ainda não se industrializava verdadeiramente o Pará.

~~Naquele número não foram incluídas as gráficas, olarias,~~ construção naval, engenhos de açúcar, movelarias, entre outras.

No setor financeiro, em 1890, destacam-se a existência de 8 bancos, 2 deles ingleses — o Englihs Bank e o London & Brazilian Bank — várias companhias de seguro.

⁵ Idem, ibidem. p. 246.

Inúmeras eram as companhias de navegação, nacionais e estrangeiras, companhias de gás, de bondes, estrada de ferro, telefone, telégrafo e um forte comércio de importação e de exportação.

Com a modernização de Belém, amplia-se o serviço público, aumentando o número de funcionários burocratas.

A amostragem dos vários setores é o indicativo de que o setor primário recebe maior percentual da força de trabalho. E neste é a produção de borracha, pelo seu volume e ocupação no espaço paraense que, sem dúvida, absorve maior número de trabalhadores.

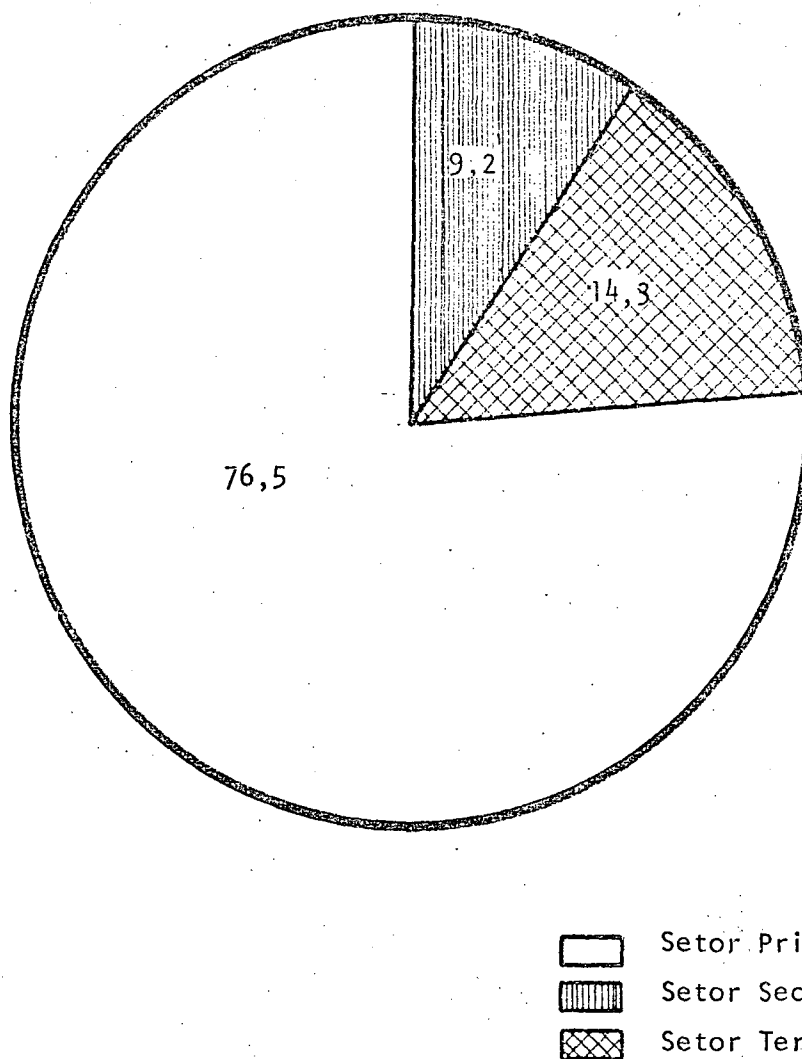
No início dos anos vinte 76,5% da PEA está alocada no setor primário, enquanto 9,2% participam do setor secundário e 14,3% do setor terciário.

Para Belém os índices revelam que o setor mais aquinhado é o terciário. É na capital que se concentram todos os fatores de fruição permitidos pelas grandes rendas geradas pelas divisas advindas da exportação gomífera. Logo abaixo vem o setor primário com 38,9%, e o setor secundário com 21,6%.

Quanto à distribuição nas diversas atividades por sexo, verifica-se que as mulheres participam mais intensamente nos setores secundário e terciário. No setor primário é semelhante a participação feminina no interior e na capital. Certamente as oportunidades para o trabalho da mulher fora do setor primário são maiores em Belém que no interior, da

GRÁFICO 5

Distribuição da População Brasileira no Pará por
Setores de Atividades — 1920

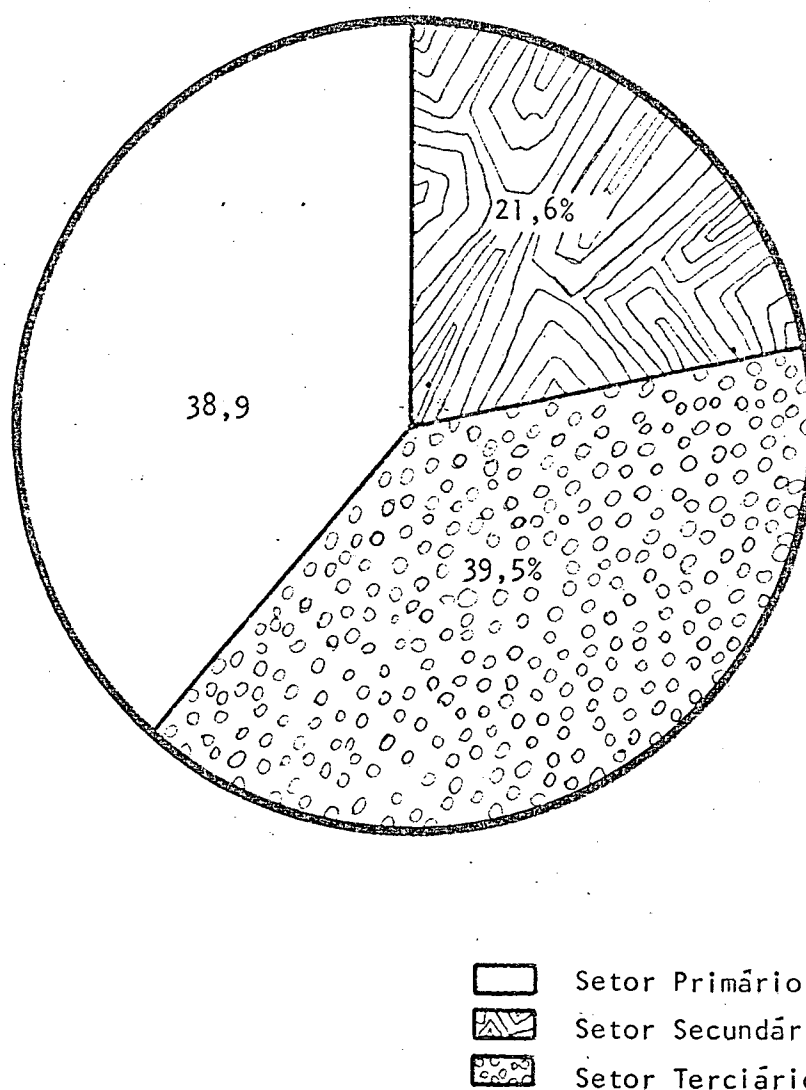


do que é na capital que há a concentração de atividades nos setores secundário e terciário. E, provavelmente, um menor preconceito ao ingresso da mulher na força de trabalho.

A distribuição da população por sexo, nos anos dos censos, revela que há sempre um percentual maior de homens que de mulheres. Este índice de masculinidade é usual nos lugares onde o fluxo imigratório é acentuado. Se é baixa a imigração estrangeira, é, de outra forma, bastante expressivo

GRÁFICO 6

Distribuição da População de Belém por Setores de Atividade
Econômica — 1920

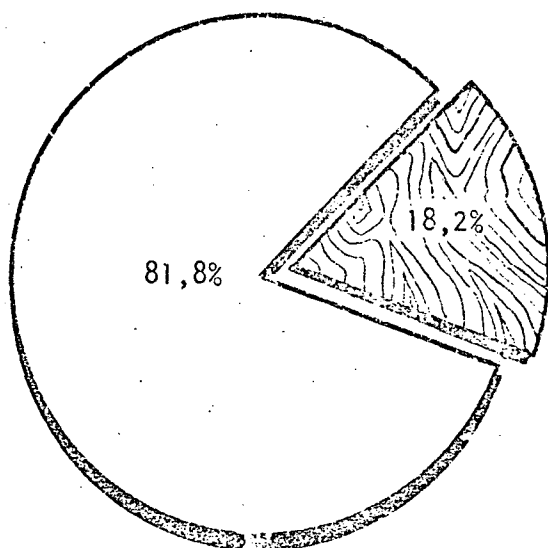


o ingresso de nacionais, principalmente de nordestinos, no Pará, chegando a haver saldo positivo nos períodos intercensitários de 1890 a 1900 e 1900 a 1920 com +53.385 e +93.382 por mil, respectivamente.*

* v. p. 47.

GRÁFICO 7

Participação Masculina e Feminina da População Brasileira do Pará por Setores de Atividade Econômica — 1920



Setor Primário



Homens



Mulheres

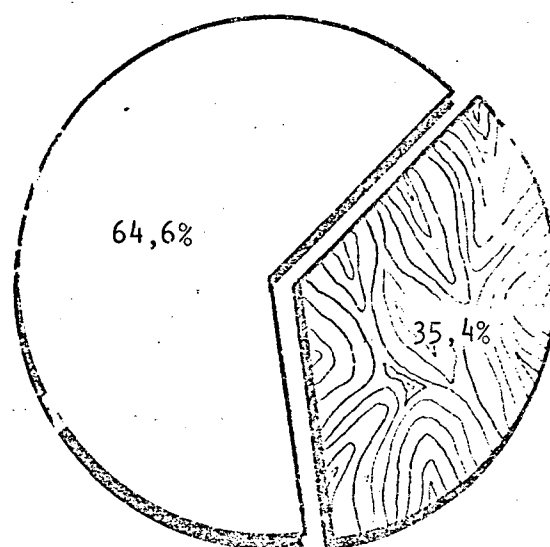
Setor Secundário



Homens



Mulheres



Setor Terciário



Homens



Mulheres

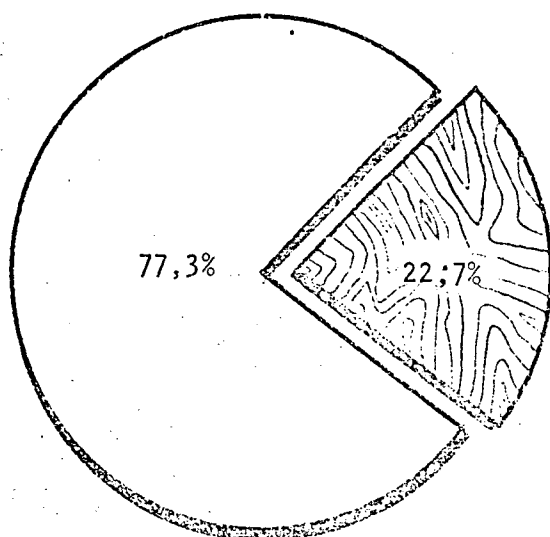
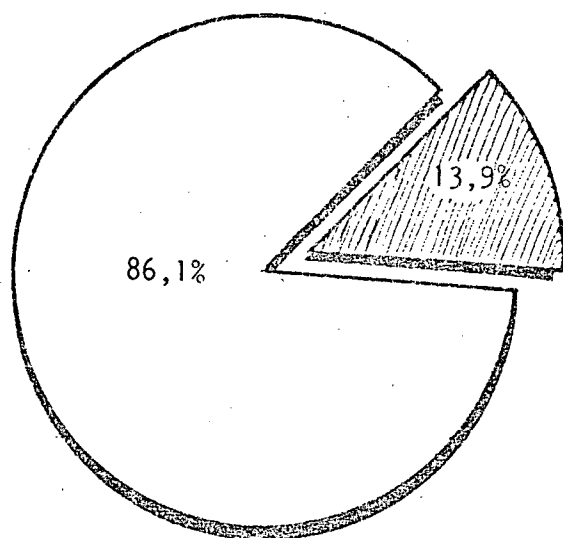


GRÁFICO 8

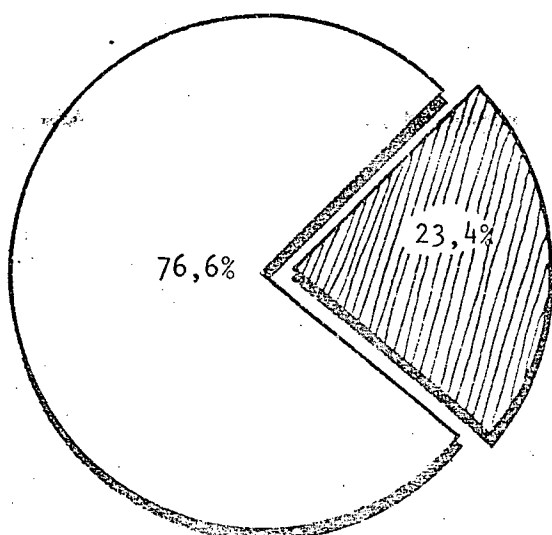
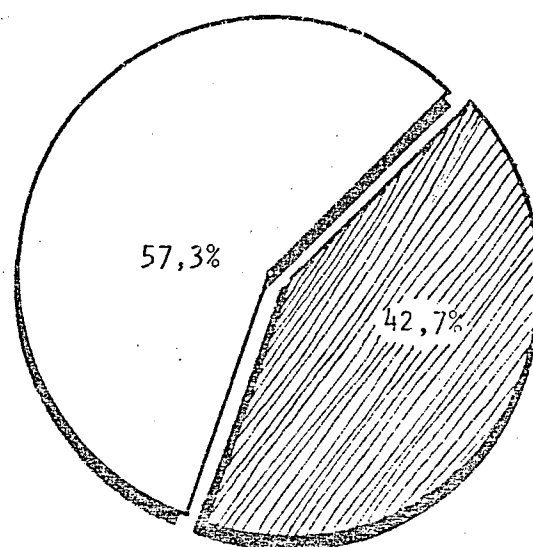
População Masculina e Feminina da
População de Belém por Setores de
Atividade Econômica — 1920

Setor Primário
Homens
Mulheres



Setor Secundário

Homens
Mulheres



Setor Terciário

Homens
Mulheres

TABELA 13
Participação Masculina e Feminina na População
do Pará

ANOS	HOMENS	%	MULHERES	%
	Nºs ABS.		Nºs ABS.	
1872	142.479	51,7	132.740	48,2
1890	166.357	50,6	162.098	49,3
1900	228.471	50,3	216.885	48,6
1920	502.687	51,1	480.820	48,8

Fonte: Censos demográficos

TABELA 14
Índice de Masculinidade
no Pará

ANOS	ÍNDICES
1872	107,3
1890	102,3
1900	105,3
1920	104,5

Fonte: Censos demográficos

Os índices de masculinidade confirmam que o contingente de imigração para o Pará é significativo. Em 1890 há um acentuado decréscimo que pode ser resultante da reemigração de nacionais na própria região e mesmo refluxo ao nordeste quando cessa a grande seca 1877/78. Volta a crescer no período seguinte quando é intenso o fluxo de nordestinos para o Pará; diminuindo ligeiramente em 1920, quando já são visí

veis os efeitos da crise gomífera sobre a população. O retorno de imigrantes so não foi mais acentuado devido as secas de 1915/18 e 1919 que mais uma vez expulsam população do nordeste para o norte, como observado no capítulo anterior.

Nos grupos de idade de zero a 14 anos, em todos os censos, a população enquadra-se na regra, ou seja, nascem mais homens que mulheres. Confirma-se o usual também para as faixas etárias de 60 anos a mais, quando é maior o número de mulheres, que o de homens. Configura-se como exceção o censo de 1872 quando, em todos os grupos de idade, há mais homens que mulheres, salvo no grupo de 15 a 29 anos no qual as mulheres são ligeiramente majoritárias, ou seja. 43.165 mulheres para 42.811 homens ou 30,0% destes para 32,5% daquelas.

Outra variável do comportamento da história demográfica paraense que se considerou foi a razão criança-mulher.

TABELA 15
Razão Criança-Mulher no Pará

ANOS	POPULAÇÃO 0-4 anos	POPULAÇÃO FEMININA 15-49 anos	RAZÃO CRIANÇA—MULHER (p/1.000)
1872	49.108	85.153	753,7
1900	72.526	107.778	672,8
1920	134.853	246.674	546,7

Fonte: Sinopse do recenseamento de 1920.

Há progressivo decréscimo da razão criança-mulher entre 1872 e 1920. Infere-se que tal quadro pode ser resultante de uma diminuição da natalidade ou provocado por modificações nos padrões da mortalidade que teriam se elevado. Não há como testar firmemente estas hipóteses, desde que não se teve acesso aos índices de natalidade e mortalidade nos anos dos censos. Contudo, estudos realizados pelos pesquisadores Rubens Britto e Eleyson Cardoso sobre febre amarela no Pará lançam tênue luz sobre a questão. Fazendo um levantamento sobre mortalidade geral para Belém entre 1850 e 1913 revelam o progressivo aumento da mortalidade que chegou a 49,2 de coeficiente por 1.000 habitantes em 1900. Verificam ainda que índice tão elevado se devia, em grande parte, à febre amarela que então grassava sob forma epidêmica.

TABELA 16

Mortalidade Geral e por Febre Amarela em Belém

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	MORTALIDADE GERAL (p/1.000 hab.)	MORTALIDADE P/FEBRE AMARELA (p/100 óbitos)
1872	34.644	30,6	6,79
1890	50.064	44,6	1,07
1900	96.560	49,2	9,81
1910	151.086	28,2	8,25
1913	172.804	20,2	0,09

Fonte: BRITTO, Rubens & CARDOSO, Eleyson. A febre amarela no Pará.
Belém, Ministério do Interior/SUDAM, 1973. p. 170 a 176.

Para erradicar a febre amarela o governador João Coelho traz a Belém o sanitarista Oswaldo Cruz que, depois de eficiente trabalho declara, em 1912, que a terrível doença es

tava definitivamente erradicada em Belém. De fato, em 1913 o índice de mortalidade por febre amarela é de 0,09 em 100 óbitos e a mortalidade geral, por todas as causas, é 20,2 por 1.000 habitantes.

À permanecerem baixos os índices de mortalidade, supõe-se que houve em 1920 uma diminuição da natalidade, que poderia ter sido causada pela evasão de homens para fora do Pará — Amazonas, Acre e NE — não levando, no primeiro momento, as famílias, como consequência da crise da borracha. É uma hipótese que pode ser objeto de estudo posterior. Outra questão é identificar o comportamento sanitário de toda a população do Pará e não apenas de Belém.

A ocupação espacial da população do Pará ao longo do seu imenso território de 1.388.318 km²*, é, não apenas desigual e heretogênea, mas extremamente rarefeita. A sua densidade demográfica é baixíssima, nunca chegando a um habitante por km². Mas, a pequena densidade demográfica não é a questão crucial. A distribuição espacial, e, mais ainda, a qualidade de vida da população é que importa considerar. Não há que reforçar a imagem do vazio demográfico, como lembra Armando Mendes⁷.

Belém congrega grande percentual da população paraense. Em 1872 22,5% da população paraense vivia em Belém, de

* Lembra-se que, neste momento histórico, o Amapá faz parte do território paraense.

⁷ MENDES, Armando. A invenção da Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônia - Série Tavares Bastos, s/d. p. 31.

TABELA 17

Densidade Demográfica do Pará

ANOS	POPULAÇÃO p/km ²
1872	0,2
1890	0,2
1900	0,3
1920	0,7

Fonte: Censo de 1920

TABELA 18

População do Pará e Belém

ANOS	PARÁ	BELEM	%
1872	275.237	61.997	22,5
1890	328.455	50.064	15,2
1900	445.356	96.560	21,6
1920	983.507	236.402	24,0

Fonte: Sinopse do Recenseamento de 1920

crescendo para 15,2% em 1890 (número que pode não ser real devido a subestimativa do censo deste ano). De 445.356 habitantes do Pará em 1900, 21,6% vivem na capital e, em 1920, são 24%.

No interior os municípios mais populosos, como Santarém, Bragança, Breves, não chegam a 18.200 habitantes em 1900. Cametá é exceção, com 18.903. Estes números referem-se aos municípios na sua totalidade e não apenas à sede. As

sim, vai se diluindo a população do Pará, quase sempre acompanhando a margem dos rios.

A concentração demográfica de Belém, sua rápida urbanização a partir de fins do século passado, acompanham a crescente produção da borracha. É esta que explica a existência de uma metrópole na Amazônia já nas últimas décadas do século XIX.

O índice de urbanização de Belém chegou a ser tão expressivo que entre 1900 e 1920 equiparava-se ao da "capital do café", suplantando-a ligeiramente. A taxa de crescimento geométrico para Belém e São Paulo era, respectivamente, 4,6 e 4,5⁸. É uma época de incremento populacional, implantação de inúmeros serviços urbanos e variada dinamização da sociedade belemense.

Há na caracterização de Belém/capital da borracha a própria lógica da dependência, atingindo amplo espectro — a infra e a superestrutura. Se, de um lado, financeira e comercialmente é submissa à Inglaterra, de outro, culturalmente, alinha-se à França.

O "francesismo" é cultivado com empenho pela burguesia paraense. Às escolas de França eram enviados seus filhos. Recria-se, ao sabor do "gosto" francês, a "belle-époque" nos trópicos. A "art nouveau" irradia-se nas suntuosas casas,

⁸ BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens & PATARRA, Neide Lopes. In: Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. Caderno CEBRAP, 20. Estudos sobre a população brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1975. p. 24.

nos mobiliários, nos adornos e utensílios domésticos.

O governador Tristão de Araripe, em 1886, fez publicar "Província do Pará: dados estatísticos e informações para os imigrantes" onde retratava a capital na última vintena do século XIX:

"A cidade de Santa Maria de Belém é uma das mais importantes e comerciais do Império, rivalizando com as capitais de Pernambuco e Bahia; tem uma população de cerca de cem mil habitantes, é sede do governo da província, da diocese, da assembleia provincial, da relação do districto, de uma vigararia geral que comprehende 51 parochias, e da camara do municipio, tem 11 igrejas, 3 palácios públicos, 2 batalhões de linha e um de policia, uma thesouraria da fazenda, uma alfândega tão importante como as da Bahia e de Pernambuco, dois importantes arsenais militares, um de marinha e outro de guerra, diversas repartições provinciais e geraes, seis hospitais, uma companhia de bombeiros, 5 bancos, 4 companhias de seguros, muitas pontes, rampas e trapiches públicos e particulares, numerosos hotéis, cafés e bilhares, duas importantes companhias de bonde, carroças, água encanada, iluminação a gaz carbonico, muitos palacetes particulares, canos de esgoto, calçamento a paralelepípedos nas principaes ruas da cidade, a estação central da estrada de ferro de Apehú, telegrapho submarino e terrestre, uma importante estação de telefones, quatorze praças quasi todas arborizadas, 6 folhas diárias e diversos periódicos, grande número de médicos e advogados, três juizes de direito e três substitutos, muitas escolas e estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária para ambos os sexos, muitas livrarias typographicas, officinas de encadernação, fundição etc"⁹

⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. Província do Pará: dados estatísticos e informações para os imigrantes. Pará, Diário de Notícias, 1886, p.140.

Se na penúltima década do século passado Belém apresentava-se como a 3a. cidade brasileira, é na administração do Senador Antonio Lemos, Intendente de 1897 a 1908, que mais ainda firmaria o seu conceito de "capital da borracha"¹⁰. Belém ganha dois novos mercados, o de São Brás e o de Ferro no Ver-O-Peso, com belíssima arquitetura, onde pontificavam os imponentes trabalhos em ferro, os balcões de mármore e as balanças inglesas. Novas ruas, sob traçado moderno surgem no bairro do Marco da Léguas. Grande número de ruas foram calçadas com granito português e outras de macadame. Ao redor do Teatro da Paz (1878) fez-se calçamento de paralelepípedos de madeira para não incomodar as platéias de seus espetáculos... Melhorias nas praças, ampliação da rede de esgoto, valas para escoamento das águas pluviais, saneamento, combate a doenças epidêmicas, foram outras providências urbanísticas.

Ao lado de um comércio florescente — com suas inúmeras lojas de importação e exportação, onde se encontrava o que de melhor e mais atual havia na Europa, desde comestíveis ao vestuário, móveis, livros ou remédios — coexistia a preocupação com a vida intelectual com a instalação de uma Biblioteca e Arquivo Público, um museu de botânica, zoologia — hoje Museu Paraense Emílio Goeldi — grêmios literários, estudos de música com a criação de escola especializada.

Belém surpreendia e deslumbrava. Euclides da Cunha ao visitá-la no início do século não ficou infenso ao que viu e declarou

¹⁰ LEMOS, Antonio José. O município de Belém, 1897-1902. Pará, Alfredo Augusto Silva, 1902. p. 213 a 216.

"O que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis, e com a sua gente de hábitos europeus e generosa, foi a maior surpresa de toda a viagem"¹¹.

A capital tudo é possível como decorrência de não apenas ser a capital do Estado, mas a via obrigatória de passagem de toda a produção econômica do Pará, e, igualmente, do Acre e do Amazonas. Isto significava a taxaçoão daqueles produtos pelo governo da capital e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma infra-estrutura capaz de fazer face ao enorme fluxo de mercadorias e indivíduos que circulam em função da intensa mobilização comercial. Para atendimento desta exigência cria-se o "Port of Pará", modernizando-se o porto com um cais capacitado a enfrentar o grande fluxo de embarcações e mercadorias. Paralelamente cresce a construção naval.

Informa Luís Cordeiro que a média da construção naval de vapores "*que era de um a três, anualmente, eleva-se a 12 em 1899-1900*"¹². De 1890 a 1912 66 vapores fluviais foram construídos com 22.487 toneladas. A flotilha chegou a ter 107 vapores. Mas, de 1912 em diante, com o declínio do comércio de importação e exportação, nada mais se construiu, pelo contrário, até muitos dos existentes ficaram sem função.

¹¹ VENÂNCIO FILHO, Francisco. Euclides da Cunha e seus amigos. São Paulo, 1938 p. 7.

¹² CORDEIRO, Luiz. Op.cit. p. 186.

"De 1912 para adiante não mais se construiu um vapor para a navegação fluvial do Amazonas, por encomenda da praça do Pará, e chegaram a se contar por dezenas os que jaziam no porto, quasi abandonados, enterrados na lama à margem do rio que ladeia o litoral"¹³.

Na demonstração ao lado¹⁴ vê-se que, concomitantemente, sobe o número de navios de longo curso — não estão consideradas as centenas de pequenas embarcações que chegam e saem diretamente do cais do porto e dos pequenos trapiches espalhados pela cidade — e a tonelagem. As oscilações decrescentes dão-se no período de crise cambial no início do século e, posteriormente, a partir de 1912, último ano de crescimento do valor da exportação da borracha. No período da guerra na Europa cresce, mais uma vez, o movimento no porto de Belém.

Convém registrar, comparativamente, o tamanho da população em relação à sua produção e consumo. Configura-se claramente que a produção do Pará exportada é superior à importação em todos os anos de 1872 a 1918. O volume do dinheiro é considerável. E é justamente este quadro que permite à população, sobretudo a de Belém, fruir da vida faustosa propiciada pela conjuntura.

¹³ CORDEIRO, Luiz. Op. cit. p. 186.

¹⁴ Idem, ibidem. Anexos.

QUADRO 20

Movimento do Porto de Belém do Pará
(de longo curso)

ANOS	EMBARCAÇÕES	TONELA DAS	ANOS	EMBARCA ÇÕES	TONELA DAS
1872	189	109.558	1897	609	612.599
1873	185	114.641	1898	732	634.380
1874	147	92.530	1899	950	776.990
1875	160	190.380	1900	939	697.263
1876	219	165.607	1901	649	690.992
1878	234	197.357	1902	725	772.612
1879	263	230.073	1903	567	727.186
1880	292	258.115	1904	627	711.805
1881	311	225.484	1905	615	784.806
1882	333	229.365	1906	640	887.550
1883	362	261.659	1907	669	711.303
1884	358	306.517	1908	646	1.031.256
1885	326	333.027	1909	801	1.264.683
1886	315	325.108	1910	1.069	1.472.198
1887	394	363.588	1911	1.033	1.470.478
1888	373	359.191	1912	953	1.383.741
1889	378	386.869	1913	884	1.240.031
1890	347	338.555	1914	582	792.384
1891	480	472.327	1915	1.087	937.785
1892	438	570.130	1916	1.052	871.317
1893	409	406.089	1917	1.071	788.164
1894	443	533.672	1918	883	644.046
1895	504	485.304	1919	1.036	858.293
1896	781	538.695			

Fonte: CORDEIRO, Luiz. Op. cit. Anexos.

QUADRO 21
População do Pará Comparada à Sua Produção
e Consumo
(em contos de réis)

ANOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL
1872	275.237	12.645	8.479	21.124
1882	350.000	25.776	16.908	42.684
1887	500.000	29.107	9.575	38.682
1891	328.456	50.029	21.236	71.265
1893	500.000	68.053	22.000*	90.053
1896	432.887	95.035	27.000	122.035
1906	872.000	122.165	44.981	167.146
1916	1.000.000*	79.303	36.273	115.576
1918	950.000*	60.083	36.190	96.273

Fonte: CORDEIRO, Luiz. Op.cit. Anexos.

* Estimativas do autor. É provável que a população de 1916 a 1918 tenha sido superestimada.

Do interior vem a maior parte dos produtos exportáveis pelo porto de Belém onde são pagos os impostos que garantem o luxo, a ostentação e a imprevidência dos cidadãos. Continuamente os preços das importações se elevavam, mas poucos se importam. A borracha tudo garantia.

Enquanto isso no Oriente as plantações racionais da "hevea brasiliensis" dão os seus frutos. O Estado resolve enviar ao Oriente o Dr. Jacques Huber a fim de verificar a real situação dos concorrentes da borracha brasileira. Mesmo diante da exposição de Huber, que receava uma crise no setor, o governador é otimista quanto aos métodos que o Es

QUADRO 22

Exportação de Borracha: Pará

ANOS	QUANTIDADE (ton)	VALOR (em mil contos de réis)
1909	11.221	80.001
1910	9.414	48.031
1911	11.790	46.790
1912	11.021	36.680
1913	9.950	23.538
1914	9.475	21.027
1915	9.382	28.034
1916	9.441	36.200
1917	8.799	26.084
1918	5.934	12.500

Fonte: CORDEIRO, Luiz, op.cit. Anexos.

tado usava para combater as oscilações dos preços no mercado internacional. Considera que o rigor com que se fala da precária situação da borracha na região é mero interesse dos concorrentes. Dizia o governador João Coelho em Mensagem de 1912:

"O mercado consumidor absorve e absorverá com facilidade a produção que se offerecer, mesmo na proporção assombrosa em que vae augmentando o debite das plantações, sobretudo na Malásia"¹⁵.

Bastaria, acrescenta o governador, que houvesse diminuição do imposto sobre a borracha em face da competição es

¹⁵ COELHO, João Antonio Luiz. Mensagem de 7 de setembro de 1912 do governador — ao Congresso Legislativo do Pará. Belem, Imprensa Official do Estado do Pará, 1912. p. 81.

trangeira, embora não imediatamente a fim de evitar o desequilíbrio orçamentário do Tesouro¹⁶.

No ano seguinte a história, tardiamente, desautoriza-
va o irrealismo de João Coelho. O preço da borracha aumen
ta, a exportação diminui, de tal modo que, outro é o discur
so do governador Enéas Martins em sua Mensagem ao Congresso
Legislativo em 1913. Recomenda que se plante seringueiras,
mas também arroz, cacau, algodão, enfim medidas que amenizem
o presente, "regularizem e defendam o futuro".

"... à cultura intensiva da hevea brasiliensis em
zonas apropriadas para facilitar o transporte e de
fender a saúde e a vida dos trabalhadores, ajunte-
mos, promovendo para isso os meios precisos, espe-
cializados, a boa colonização e a navegação, a me
lhoria da nossa cultura de cacau e o plantio em lar
ga escala do algodão, do arroz, e de quantos outros
produtos que já tendo figurado até na nossa exporta
ção, hoje importamos para satisfazer necessidade
que, preocupados com assumptos de orgem inferior,
que outra não são os da política agitada, não soube
mos nem defender"¹⁷.

A cutucada no adversário político não invalida a crí
tica de Enéas Martins a João Coelho. Este firmara um convê-
nio com o Governo do Estado do Amazonas em 1911 para defesa
da borracha, mas nada de validez se fez para conter a crise.

¹⁶ Idem, p. 93.

¹⁷ MARTINS, Enéas. Mensagem dirigida em 11 de fevereiro de 1913 ao Con-
gresso Legislativo do Para, reunido em Sessão extraordinária, pe-
lo Dr. ——— governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial
do Estado do Para, 1913. p. 16.

A "valorização" tentada pela Liga dos Aviadores (1911) foi igualmente inócua.

Decreto Federal de 5 de janeiro de 1912 prescreveu uma série de medidas objetivando ativar a cultura da seringueira, do caucho, da mandioca e da mangabeira, numa tentativa de arrefecer a crise que se abatera sobre a borracha. Resumidamente, tais eram as medidas:

- criação de estações experimentais de agricultura para estudo e plantação de seringueiras além de outras plantas de valor industrial ou alimentar;
- montagem de usina para refinamento da borracha em Belém;
- estabelecimento de fábrica de artefatos de borracha em Belém;
- criação de fazenda modelo de agricultura e pecuária no Marajó;
- construção de estrada de ferro do Pará a São Luís no Maranhão, construção de vias férreas econômicas no vale do Xingu e Tapajós;
- promoção da colonização ao longo das estradas de ferro;
- construção de hospedaria de imigrantes na Ilha de Tatuoca, para 1.500 indivíduos, com almoxarifado para fornecimento de ferramentas e utensílios de trabalho aos imigrantes sem recurso;
- criação de hospitais com capacidade para 100 doen-

tes em Conceição do Araguaia, Xingu, Montenegro e Tapajós, com colônias agrícolas anexas;

- criação de empresa de pesca, salga e conservação de peixes;
- redução gradual de 10%, anualmente, no imposto sobre a exportação da borracha a partir de janeiro de 1914 até 20% em três anos o que fosse cobrado pela União;
- isenção de qualquer imposto estadual, municipal ou federal sobre "borracha de cultura";
- limitação de 8% "ad valorem" do total de impostos estaduais ou municipais que venham a ser criados sobre artefatos de borracha;
- redução do preço dos fretes nas embarcações subven^ucionadas pelo Estado;
- destinar 5% durante 15 anos sobre o que tiver rendido o imposto sobre exportação da borracha, para conservação das estradas de acesso aos seringais e às colônias agrícolas;
- o Governo Federal deveria solicitar ao Congresso Nacional a redução de 20% dos impostos sobre leite condensado, querosene, corda e linha de pesca, armas de caça e munições, artigos de vestuário e alimentação;
- revisão das leis sobre concessão e venda de terras;
- o Estado do Pará constituiria um distrito especial de fiscalização, subordinado à Superintendência de

Defesa da Borracha, com sede em Belém¹⁸.

O plano de defesa da borracha, ainda que não tenha sido efetivamente posto em prática, revela, pelo menos, a conveniência de se modificar o caráter da economia regional. Ainda que a borracha devesse ser "salva", urgia que a economia não se assentasse na monocultura e fosse diversificada. Plantação de seringueiras, mas igualmente, de outros vegetais. Industrialização e não simplesmente exportação da matéria prima. A qualidade da vida do trabalhador e não somente o aumento da força de trabalho. Meios financeiros para prover o programa de reorientação da economia.

Analisando os resultados do plano, Roberto Santos considera

"o saldo de todo o Plano, pois, quer no aspecto "substantivo", quer no "institucional", restringe-se aos estudos da comissão de Oswaldo Cruz — estudos, note-se bem, e não a aplicação de um programa de saúde"¹⁹.

A inoperância desse plano não impediu que outras medidas, ao menos no plano legal, fossem tentadas pelo poder público para minimizar os efeitos danosos da crise gomífera. Inúmeras leis são sancionadas outorgando privilégio para estabelecimento de indústrias, nas quais 3/4 dos operários de

¹⁸ MARTINS, Enéas. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913 ao Congresso Legislativo do Para pelo Dr. — governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Para, 1913. Anexo 1.

¹⁹ SANTOS, Roberto. Op.cit. p. 254.

veriam ser nacionais e onde houvesse meninos aprendizes. Es túmulo   agricultura com a cria  o de esta  es experimentais, doa  o de sementes, pr  mios   produ  o e escolas agrícolas.

O resultado foi menor que a legisla  o. Basta ver que, em 1918 existiam apenas 175 fábricas em Belém com 2.242 operários, segundo Luiz Cordeiro:

- 9 fábricas de arroz
- 3 de beneficiar algodão
- 4 de beneficiar milho
- 4 de farinha
- 7 de café
- 1 de cordoalha e estopilhas
- 2 de pregos
- 1 de chapéus de palha
- 5 de chapéus de sol
- 1 de cerveja
- 15 de calçados
- 13 de cigarros
- 5 de caixas para borracha
- 1 de carroças
- 7 de col   es
- 6 de artefatos de c  ra
- 2 de chocolate
- 5 de caixas de papelão
- 1 de espelhos
- 9 de malas
- 2 de artefatos de cimento
- 10 de móveis
- 2 de massas alimentícias
- 4 de óleos
- 1 de p  nc  is
- 2 de perfumarias
- 4 de roupas
- 2 de sacos de papel
- 8 de sabão

11 de vinho e vinagres de frutas

1 de vassouras

2 de obras de vime²⁰.

Essa lista fornecida pela Secretaria da Fazenda é in completa por ter deixado de relacionar as artes gráficas, olarias (estas empregavam cerca de 1.000 operários), engenhos de açúcar nos arredores de Belém, marcenaria, serrarias e construção naval²¹.

A vida artificial criada pelos enormes lucros de monocultura ruiu, inexoravelmente, atingindo de forma aflitiva a população. Muitos abandonam o interior buscando encontrar em Belém alguma maneira de sobreviver. Outros dirigem-se aos novos seringais do Acre. Nordestinos voltam à sua terra, embora outros tenham chegado em 1919.

Alguma reação positiva, entretanto, ocorre na agricultura com o aumento da produção a exemplo do algodão, ensejando até sua exportação para o exterior. A produção de algodão em 1917 foi de 1.348.892 kg indo a 4.143.919 kg em 1918-1919²². Em 1918 o Pará passa a ser o 6º lugar como exportador de arroz entre os Estados do Brasil. Chega, igualmente, a exportar feijão que entre 1910 e 1912 importava para seu próprio consumo. A produção de farinha de mandioca chega a 31.740.941 kg em 1918²³.

²⁰ CORDEIRO, Luiz, Op.cit. p. 247.

²¹ Idem.

²² Idem, ibid. p. 238.

²³ Idem. p. 240.

Mas, isto era muito pouco para enfrentar uma dívida interna e externa que se equivaliam em torno de 3.200.00 libras esterlinas sô na capital, a renda diminuída, o crédito bancário desaparecido²⁴.

O Pará — como toda a Amazônia — pagava o ônus da sua dependência ao capitalismo internacional. E, bloqueado pelas instâncias do poder federal, pela própria imprevidência de sua classe dominante, ficava em compasso de espera em face da letargia dos duros tempos.

²⁴ Idem. Ibidem. p. 212.

CONCLUSÃO

Partiu-se do pressuposto de que houve transformações na população do Pará na periodização proposta pela pesquisa, 1872-1920, induzidas pela economia gomífera, majoritariamente.

Ao final da pesquisa não cabem dúvidas de que tais transformações ocorreram, de sorte que o afluxo e refluxo de grupos populacionais ao Pará estão imbricados muito mais ao processo produtivo que a outros fatores históricos intervenientes, como as secas do nordeste. De igual modo, a qualidade de vida das populações, o comportamento social dos indivíduos, estão condicionados àquele processo.

A necessidade de diversificar a economia paraense a través de imigração e colonização, se é inspirada no que se fazia no sudeste em face à transição do trabalho escravo para o assalariado e no momento de ampliação da agro-exportação, é, no Pará, reinvidicada como um meio eficiente para suprir Belém de alimentos. Havia um esvaziamento da força de trabalho das atividades tradicionais, principalmente da agricultura, para os seringais. Não se encontram reclamações do Estado, ou de particulares, para superar a escassez da força de trabalho nos seringais. Facilmente buscam-se os trabalhadores para a borracha. Navios saem lotados do NE, com esta finalidade, quais caminhões de bôias-frias de hoje. Outros, espontaneamente, dirigem-se à coleta do látex. Só assim se explica que, permanecendo os métodos tradicionais de coleta de látex e fabricação da borracha, não haja sido in

suficiente à demanda da exportação da borracha a força de trabalho empregada neste setor da produção.

A proposta do Estado de imigração/colonização com estrangeiros é um fracasso. E, com nacionais não foi o sucesso pretendido. Considera Palma Muniz (1910) que o insucesso do projeto se deu pelo desinteresse do governo central pela imigração para o norte, a falta de propaganda externa, a falha de fiscalização quanto à localização do imigrante e a deficiente articulação entre a Inspetoria Geral de Terras e Colonização Federal e a Repartição de Obras Públicas e Colonização no Pará¹. Penteado, por sua vez, arrola como elementos do fracasso da colonização, a qualidade do imigrante, nem sempre um agricultor, o "desenvolvimento das condições geográficas do meio tropical" (determinista?), dificuldades para escoamento da produção até Belém, e para a industrialização dos produtos agrícolas e as precárias condições de comercialização². Acrescenta José Veríssimo* o preconceito do clima, a ineficiência administrativa, a desconfiança contra o estrangeiro, herança do "espírito cabano", "espírito desconfiado contra forasteiros", localização inadequada das colônias em zonas centrais como Benevides e a colônia Bom Gosto e os imigrantes da "pior casta"³. Tais considerações são em relação ao imigrante/colono estrangeiro. Ro

¹ MUNIZ, Palma. Op.cit. p. 54.

² PENTEADO, Antonio da Rocha. Op.cit. p. 143.

* Em artigos de 1915 no Jornal do Comércio.

³ VERTSSIMO, José. Estudos amazônicos. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. p. 94.

berto Santos as endossa dizendo que

"O diagnóstico econômico-social de José Veríssimo sobre as causas do insucesso permanece sendo muito mais exato"⁴.

Quanto à colonização por nacionais referenda a opinião de Penteado e Palma Muniz e acrescenta

"... a completa desproporção entre os gastos com a imigração e os resultados da produção..."⁵.

As frustrantes tentativas de colonização em parte são explicáveis pelos pontos referenciados nesta revisão da literatura. Contudo, é preciso considerar que na Amazônia a agricultura é uma atividade marginal à principal que é o extrativismo exportador. Se a imigração/colonização deve responder a certas aspirações não apenas do imigrante mas, de igual modo, do Estado — tais como diminuir a carestia, abastecer Belém através de novo modelo de agricultura — não deverá servir de obstáculo à plena maximização da produção gomífera. Assim é que, se é preciso mais trabalhadores nos seringais por que não utilizar os colonos da bragantina? A falaciosa idéia de enriquecimento fácil atraía nordestinos aos seringais. O que indicam estes dados é que a borracha agiu como fator de "dêvio" — na categoria de Graham⁶ — dos imigrantes/colonos que deviam se destinar à agricultura.

Todos os indícios é que efetivamente o programa ofici

⁴ SANTOS, Roberto. Op.cit. p. 91

⁵ Idem, p. 105.

⁶ GRAHAM, Douglas H. Op.cit. p. 32.

al de diversificação da economia fica nos limites do discurso, que contrasta com o abandono das lavouras, mesmo coloniais — de forma permanente ou sazonal. No seringal era vedado qualquer desvio da força de trabalho das atividades gomíferas para outras. Proibia-se a existência de qualquer roçado. É que a produção para a exportação é sempre altamente especializada e complementar, não se permitindo a variedade das atividades produtivas. Exportava-se borracha e importava-se do sudeste e do exterior desde o supérfluo ao mais necessário. Ninguém se importava, a borracha pagava todas as contas, até à crise gomífera. O "barracão" fornecia tudo ao seringueiro, que era um eterno endividado. As casas "aviadoras" forneciam as mercadorias aos seringalistas. E essas dependiam das casas importadoras. E, criava-se a cadeia de dependência que se completava nos países centrais.

Vê-se, no entanto, que com a desestruturação da economia gomífera, revitalizam-se atividades tradicionais, os núcleos coloniais que subsistem são reanimados, a produção agrícola aos poucos é mais eficiente. Mas, no geral, o quadro é desolador, sem horizonte, como mostram as tentativas oficiais, ou não, de reverter a situação. Belém, historicamente, mero entreposto comercial, não tem o que exportar, nem o que oferecer como alternativa aos que atônitos abandonam os seringais e chegam à Capital. A população toda sofre os efeitos danosos de uma economia periférica, não di-

versificada, podendo-se afirmar, parafraseando Emília Viotti, que no Pará os caminhos da população seguiam as etapas da economia⁷.

⁷ COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. Op. cit. p. 13.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatório do Presidente da Província à 1ª. sessão da 19ª. Legislatura Provincial, em 15 de fevereiro de 1874.* Belém, Diário do Grão-Pará, 1874.

AGUIAR, J.J. Ferreira. *Ofício ao "Capitão do Porto".* Fortaleza, 1878, 1ª. sessão de Manuscritos, n. 488. Arquivo Público do Ceará.

ABREU, José Coelho da Gama. *Falla do Ilmo. Sr. Presidente da Província do Pará na abertura da 2ª. sessão da 21ª. Legislatura da Assembléia Legislativa em 16 de junho de 1879.* Belém, Liberal do Pará, 1879.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Província do Pará: dados estatísticos e informações para os imigrantes.* Pará, Diário de Notícias, 1886.

BACHELARD, Gaston. *Epistemologia (trechos escolhidos por Dominique Lecourt).* Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

BALHANA, Altiva Pilatti et alii. *L'imigration au Brésil de la fin du XVIII siècle a nos jours.* In: *Les migrations internationales de la fin du XVIII siècle a nos jours.* Centre National de la Recherche Cientifique - CNRS. Paris, 1980.

BARROS, Sebastião do Rego. *Falla do Conselheiro Presidente da Província do Pará, à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1854.* Belém, Aurora Paraense, 1854.

BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Pará, na 1a. sessão da XIII Legislatura pelo Presidente da Província, em 19 de setembro de 1862.* Belém, Rhossard, 1862.

BRAGA, D. Pinto. Relatório. In: CARMO, José Joaquim de. *Fala do Presidente da Província do Pará, ao abrir a 1a. sessão da 21a. Legislatura da Província do Pará, em 22 de abril de 1878.* Belém, 1878.

BRAGA, Antonio José Ferreira. *Relatório com que o Ilmo. Sr. Presidente da Província do Pará abriu a sessão extraordinária da 26a. Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 18 de setembro de 1889.* Belém, A.F. da Costa, 1889.

BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens & PATARRA, Neide Lopes. In: *Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira.* CADERNO CEBRAP, 20. *Estudos sobre a população brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1975.

BRASIL. *Recenseamento do Brazil em 1872.* s.f.r.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas / Diretoria Geral da Estatística. *Synopse de recenseamento de 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro, Officinas da Estatística, 1896.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas / Diretoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento 31 de dezembro de 1900.* Rio de Janeiro, Typografia da Estatística, 1905.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE. *Recenseamento de 1920.* Rio de Janeiro, 1926.

BRITTO, Rubens & CARDOSO, Eleyson. *A febre amarela no Pará.* Belém, Ministério do Interior/SUDAM, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. *Os mé-
todos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CARDOSO, Francisco José. *Falla do Conselheiro, 1º Vice-Pre-
sidente da Província do Pará, em 10 de outubro de 1887*.
Diário de Notícias, 1887.

CARVALHO, Dr. José Paes de. *Mensagem dirigida ao Congresso
do Estado do Pará pelo Governador do Estado em 5.2.1900,
apresentando a proposta do orçamento da receita e despe-
sa para o exercício de 1900-1901*. Belém, Typ. do Diário
Official, 1900.

CARMO, José Joaquim de. *Falla do Presidente da Província do
Pará ao abrir a 1a. sessão da 21a. Legislatura da Assem-
bléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de
1878*. Belém, A Província do Pará, 1878.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Di-
fusão Européia do Livro, 1965.

_____. *Da monarquia à República: momentos de
cisivos*. São Paulo, 1979. Grijalbo, 1977.

COSTA, Orlando. *O povoamento da Amazônia*. Belo Horizonte,
1969. Separata da Revista Brasileira de Estudos Políti-
cos, (27): 151, jul, 1969.

COELHO, João Antonio Luiz. *Mensagem de 7 de setembro de
1912 do Governador ao Congresso Legislativo do Pará*. Be-
lém, Imprensa Official do Estado do Pará, 1912.

CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará: seu comércio e indústrias
de 1719 a 1920*. Belém, Tavares Cardoso, 1920.

CORREIA, Inocêncio Serzedello. *Relatório apresentado ao Exmº
Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado em
28 de fevereiro de 1899*. Belém, Imprensa Official, 1899.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Conselho Nacional de Pesquisas/INPA, 1958.

———. *A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. Belém, SPVEA, Falangola, 1955.

CRUZ, Guilherme Francisco. *Relatório com que o Presidente passa a administração da Província ao Dr. Pedro Vicente Azevedo, em 17 de janeiro de 1874*. Belém, Gram-Pará, 1874.

CUNHA JR, Domingos José. *Relatório do Presidente ao passar a administração da Província ao 3º Vice-Presidente Guilherme Francisco Cruz*. Belém, Diário do Gram-Pará, 1873.

DEMORO, Louis. *Coordenação de leis de imigração e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo, Nacional, 1976.

GUILHON, Norma de Azevedo. *Confederados em Santarém*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRAÇA, Abel. *Relatório do Presidente da Província à 1ª. sessão da 19a. Legislatura da Assembléia Legislativa do Pará, em 20 de janeiro de 1872*. Belém, Diário do Gram-Pará, 1872.

GRAHAM, Douglas H. *Migração estrangeira e a questão da oferta da mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, (3):1, abr, 1973.

GRAHAM, Douglas A. & BUARQUE DE HOLLANDA FILHO, Sérgio. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE/USP, 1971. Mimeo.

HENRY, Louis. Temas de Pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, 27 (105): 69, 1976.

HENRY, Louis & BALHANA, Altiva Pilatti. La population du Paraná depuis de XVIII^e siècle. *Population: demographie historique*. Paris, nov., 1975. Numero especial.

LEMONS, Antonio José. *O município de Belém, 1897-1902*. Pará, Alfredo Augusto Silva, 1902.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo, Pioneira, Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

MARTINS, Enéas. *Mensagem dirigida em 11 de fevereiro de 1913 ao Congresso Legislativo do Pará, reunido em sessão extraordinária pelo Governador do Estado*. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913.

MENDES, Armando. *A invenção da Amazônia*. Belém, Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônia - Série Tavares Bastos, s/d.

MORTARA, Giorgio. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. 2a. ed., Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

MUNIZ, Palma. *Imigração e colonização: história e estatística (1616-1916)*. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI a XVIII)*. Caderno CEBRAP, 17. 2a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1975.

PARÁ. Leis e Decretos. *Collecção das leis da Província do Gram-Pará, 1874*. Belém, Diário do Gram-Pará, 1874.

_____. *Atos do Governo da Província do Pará*. Belém, Diário da Tarde, 1883.

_____. *Collecção das Leis estaduais do Pará*. Belém, Imprensa Oficial, 1900.

_____. *Collecção das Leis estaduais do Pará, 1891-1900*. Belém, Imprensa Oficial, 1900.

SÁ E ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de. *Relatório do Presidente da Província apresentado ao Vice-Presidente Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração em 12.5.1860*. Belém, Comercial, 1860.

SÁ E BENEVIDES, Francisco Maria. *Relatório do Presidente à Assembléia Provincial, em 15 de fevereiro de 1876*. Belém, Gram-Pará, 1876.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiróz, 1980.

SODRÉ, Lauro. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em sessão solene de abertura da 3a. reunião de sua 10a. Legislatura a 7 de setembro de 1920 pelo Governador*. Belém, Imprensa Oficial, 1920.

SOUZA, Joaquim Norberto. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império de cada província de per si*. Rio de Janeiro, Perseverança, 1870.

SINGER, Paul Israel. *Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional*. In: ——— et alii. *Estudos sobre a população brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1975.

———. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1975. v. 1, t. 3.

VELLOZO, Pedro Leão. *Relatório do Presidente da Província ao passar a administração ao 1º Vice-Presidente Barão de Arary em 9 de abril de 1867*. Belém, Rhossard, 1867.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha e seus amigos*. São Paulo, 1938.

VEIGA, Simões. *Daquem & dalem mar: Portugal e Amazônia: estudo de política econômica*. Manaus, 1916.

VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975.